



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANGELA VILLARROEL MAGALHÃES

**POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E PRECONCEITO SOCIAL
CONTRA A FOLHA DE COCA:** Análise crítica da implementação da política de ‘guerra às
drogas’ na Bolívia.

FLORIANÓPOLIS

2024

Angela Villarroel Magalhães

**POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E PRECONCEITO SOCIAL
CONTRA A FOLHA DE COCA: Análise crítica da implementação da política de ‘guerra às
drogas’ na Bolívia.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Florianópolis

2024

Villarroel Magalhães, Angela
POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E PRECONCEITO
SOCIAL CONTRA A FOLHA DE COCA : Análise crítica da
implementação da política de 'guerra às drogas' na
Bolívia / Angela Villarroel Magalhães ; orientador,
Márcio Roberto Voigt, 2024.
87 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Guerra às drogas . 3.
Bolívia. 4. Folha de Coca. 5. Racismo. I. Voigt, Márcio
Roberto . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Relações Internacionais. III. Título

Angela Villarroel Magalhães

**POLÍTICAS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E PRECONCEITO SOCIAL CONTRA A
FOLHA DE COCA:**

Análise crítica da implementação da política de ‘guerra às drogas’ na Bolívia

Florianópolis, 12 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Camila Feix Vidal, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Miguel Borba de Sá, Dr.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da Banca examinadora.

Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.(a)
Orientador

Florianópolis, 2024.

Em memória às vítimas produzidas pela política de Guerra às Drogas.

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar esse trabalho sobre a Bolívia de outra forma senão agradecendo as minhas raízes. Eu demorei para ver o meu país sem as lentes colonialistas que permearam a minha vida, as quais só me permitiam observar o ‘atraso’ de um país através de um viés eurocentrista. Hoje eu consigo vê-lo na sua imensa grandeza. Desde o início da sua história a Bolívia é permeada por lutas de resistência aos modelos sociais-econômicos impostos ao longo dos séculos, a admiração e respeito pela ancestralidade andina, grande protagonista desses feitos, são o motivo deste trabalho. Agradeço aos povos originários bolivianos por serem resistência.

Assim, agradeço ao meu país natal, Bolívia, que me proporcionou os momentos mais felizes da minha vida, junto a minha família, e ao meu país de sangue, Brasil, que me acolheu faz 10 anos e me deu a possibilidade de ver a vida por outras lentes. Agradeço aos meus pais, Alberto e Angela, junção desses dois países que me formaram. Eles mesmo na distância se fazem presentes, me apoiam, me cuidam e me incentivam a seguir meus sonhos sempre. O amor que sinto por vocês realmente transborda fronteiras. Às minhas quatro irmãs: Olga, Olivia, Paula e Emma. Obrigada pelas brigas que impulsionam minha vontade de estudar mais as minhas contradições e obrigada pelo apoio e cuidado quando essas contradições atormentam demais. Vocês são meu alicerce, sem seus exemplos eu não teria conseguido persistir. À minha prima, Camila, a primeira pessoa que me incentivou ao senso crítico, sua influência na minha vida é gigante e se reflete nesse trabalho. Agradeço também às minhas amigas bolivianas: Fabi, Laura e Susi, que vieram me visitar e trouxeram um pouco da Bolívia para mim.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), não fosse pelas vivências no curso de Relações Internacionais não teria aprendido a capacidade de análise crítica que permeia este trabalho. Tenho enorme agradecimento pelas primeiras irmãs que ganhei nessa jornada na Ilha da Magia: Larissa e Flávia. Vocês são exemplos da mulher que almejo ser. Obrigada pela inspiração em seguir uma vida pautada a partir da realidade da qual se quer construir. Vocês se converteram na minha família nessa cidade distante de casa, me levantaram todas as vezes que caí e me acolheram com colo, comida e carinho sempre que precisei. Suas vidas foram essenciais para o movimento da minha e agradeço imensamente por isso.

Aos meus colegas e amigos de curso: Alice, Bruno, Emy, Isabela, Lira, Lucas e Ramon, vocês fizeram esse caminho ficar mais leve e significativo, as diversas risadas e debates que construímos juntos foram essenciais para a formação de quem sou hoje. Também agradeço à Júlia, que me acolheu nos meus estudos sobre Bolívia e me apresentou uma outra perspectiva

sobre o meu país. Da mesma forma, não posso deixar de mencionar a minhas amigas, colegas de curso e companheiras de casa: Gabi e Luiza, vocês me sustentaram ao longo desse árduo processo de escrita, sem vocês eu não teria conseguido completar este trabalho.

Aos professores de Relações Internacionais da UFSC que influenciaram imensamente minha trajetória: ao orientador deste trabalho, Márcio Voigt, que mesmo eu tendo mudado de tema no meio do caminho, com seu enorme coração conseguiu achar espaço para mais uma orientação por confiar nos meus estudos preliminares. Sua paciência, apoio e confiança foram indispensáveis para a construção desse trabalho; ao professor Miguel Borba de Sá que foi essencial na minha procura de estudos sobre a Bolívia e me incentivou a trilhar meu próprio caminho nessa pesquisa; às professoras Camila Feix Vidal e Karine Souza Silva, pela imensa importância delas ao introduzirem uma perspectiva crítica ao curso de RI na UFSC, seus ensinamentos transformaram a maneira que vejo mundo e estão presentes ao longo dessa investigação; à professora Graciela, que acompanhou os inícios desse projeto, as suas orientações ajudaram a encontrar o tema deste trabalho; e aos professores Danielle e Helton, suas aulas foram fundamentais para me formar como internacionalista. Obrigada.

Agradeço ao grupo de estudos sobre EUA e América Latina INCT-INEU, as trocas e sensação de pertencimento proporcionadas pelo coletivo que o compõe foram imprescindíveis para continuar afirmando diariamente o compromisso com a transformação do mundo como o conhecemos. Agradeço em especial a Solaris e o Víctor, que apontaram minhas contradições e me ajudaram a desenvolver um pensamento crítico em relação aos estudos sobre a Bolívia.

À SINTER, os anos de estágio foram fundamentais em meu aprendizado e experiência de trabalho. Também me deram a oportunidade de trabalhar com a integração das Universidades da América Latina, foi um prazer ter contribuído nos programas da *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM). Ao Gui, meu guia nesse percurso, sua leveza, cuidado e dedicação serão sempre exemplo.

Por fim, agradeço a toda a comunidade universitária. A educação pública e de qualidade que a UFSC nos oferece só existe graças aos servidores e servidoras públicas, aos técnicos administrativos, aos funcionários terceirizados, aos professores e professoras e estudantes. Sigamos reivindicando a valorização que a universidade pública merece.

RESUMO

O objeto de estudo da presente monografia é a relação entre a implementação do paradigma da ‘guerra às drogas’ no Estado boliviano e o preconceito social contra a folha de coca. Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como se articulam as três dimensões da realidade - internacional, estatal e societal – através das quais o paradigma se manifesta para sustentar as políticas repressivas em torno de corpos racializados na Bolívia. Para tal, foram considerados três objetivos específicos: (i) revisitar a origem do paradigma e sua internacionalização, buscando situar os principais alvos da mesma; (ii) examinar a implementação do paradigma dentro das políticas de controle de drogas na Bolívia e a sua relação com as elites locais; e (iii) analisar a construção do preconceito social e racial contra o indígena andino e seus costumes para entender o seu papel na legitimação das repressões militarizadas contra os produtores da folha de coca. Diante dos objetivos colocados, a hipótese deste trabalho argumenta que a estigmatização dos produtores de folha de coca como narcotraficantes, além de alimentar a narrativa da ‘guerra às drogas’, também beneficia as elites econômicas e políticas que lucram com o tráfico, enquanto os elos mais frágeis dessa conjuntura continuam sendo atacados com políticas repressivas militarizadas. Para tal, esta pesquisa utiliza três principais fundamentos teóricos: o conceito de securitização; os estudos neogramscianos; e o conceito de raça entendido a partir da colonialidade do poder. Trata-se de um estudo de caso histórico-analítico de abordagem qualitativa, no qual foram empregados recursos iconográficos e de análise de discurso para a interpretação dos elementos apresentados e foram examinadas fontes primárias e secundárias nacionais e internacionais. Como resultados, percebe-se que a ‘guerra às drogas’ é um dispositivo de poder de escala global que também se apresenta em contextos locais. Na Bolívia, as contradições desse paradigma se expressaram favorecendo uma elite política e econômica ligada, em muitas ocasiões, às atividades clandestinas, ao mesmo tempo que se direcionam políticas de erradicação forçada dos cultivos de folha de coca, estigmatizando os cocaleiros como narcotraficantes. Assim, a guerra às drogas no país passou a ser aplicada exclusivamente contra os produtores de coca e os estratos mais baixos, reféns do negócio da cocaína. Já no âmbito societal, verifica-se que a construção do imaginário anti-indígena na sociedade boliviana, principalmente na região Oriental, foi fundamental para perpetuar o preconceito específico contra os camponeses cultivadores da folha. Portanto, destaca-se que o paradigma da ‘guerra às drogas’ se encontra com o preconceito racial existente contra os indígenas andinos, sua cultura e costumes, passando a contribuir para a legitimação das repressões militares contra os cocaleiros.

Palavras-chave: Guerra às drogas; Bolívia; Narcotráfico; Folha de Coca; Racismo.

RESUMEN

El objeto de estudio de la presente monografía es la relación entre la implementación del paradigma de la 'guerra contra las drogas' en el Estado boliviano y el prejuicio social contra la hoja de coca. Esta investigación tiene como objetivo principal comprender cómo se articulan las tres dimensiones de la realidad - internacional, estatal y societal - a través de las cuales el paradigma se manifiesta para sustentar las políticas represivas dirigidas a cuerpos racializados en Bolivia. Para ello, se consideraron tres objetivos específicos: (i) revisar el origen del paradigma y su internacionalización, buscando situar los principales objetivos del mismo; (ii) examinar la implementación del paradigma dentro de las políticas de control de drogas en Bolivia y su relación con las élites locales; y (iii) analizar la construcción del prejuicio social y racial contra el indígena andino y sus costumbres para entender su papel en la legitimación de las represiones militarizadas contra los productores de hoja de coca. Ante los objetivos planteados, la hipótesis de este trabajo argumenta que la estigmatización de los productores de hoja de coca como narcotraficantes, además de alimentar la narrativa de la 'guerra contra las drogas', también beneficia a las élites económicas y políticas que lucran con el tráfico, mientras los sectores más frágiles de esta coyuntura continúan siendo atacados con políticas represivas militarizadas. Para ello, esta investigación utiliza tres principales fundamentos teóricos: el concepto de securitización; los estudios neogramscianos; y el concepto de raza entendido desde la colonialidad del poder. Se trata de un estudio de caso histórico-analítico de enfoque cualitativo, en el que se emplearon recursos iconográficos y de análisis del discurso para la interpretación de los elementos presentados y se examinaron fuentes primarias y secundarias nacionales e internacionales. Como resultados, se percibe que la 'guerra contra las drogas' es un dispositivo de poder de escala global que también se presenta en contextos locales. En Bolivia, las contradicciones de este paradigma se expresaron favoreciendo a una élite política y económica ligada, en muchas ocasiones, a actividades clandestinas, mientras se dirigen políticas de erradicación forzada de los cultivos de hoja de coca, estigmatizando a los coccaleros como narcotraficantes. Así, la guerra contra las drogas en el país pasó a aplicarse exclusivamente contra los productores de coca y los estratos más bajos, rehenes del negocio de la cocaína. En el ámbito societal, se verifica que la construcción del imaginario antiindígena en la sociedad boliviana, principalmente en la región Oriental, fue fundamental para perpetuar el prejuicio específico contra los campesinos cultivadores de la hoja. Por lo tanto, se destaca que el paradigma de la 'guerra contra las drogas' se encuentra con el prejuicio racial existente contra los indígenas andinos, su cultura y costumbres, contribuyendo a la legitimación de las represiones militares contra los coccaleros.

Palabras clave: Guerra contra las drogas; Bolivia; Narcotráfico; Hoja de Coca; Racismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupos étnicos da Bolívia	53
Figura 2 - Mapa físico da Bolívia	54
Figura 3 - Mapa político da Bolívia.....	54
Figura 4 – Densidade de cultivo de coca na Bolívia, 2022.....	55
Figura 5 - Ilustração da mastigação de folha de coca	57
Figura 6 - Mapa da Nação Camba proposto pelo MNC-L.....	65
Figura 7 - Cartaz escrito ‘Fuera de mi tierra’ com um ‘camba’ chutando o Evo Morales, satirizado de demônio	67
Figura 8 - Proibido bolear (mastigar coca).....	68
Figura 9 - Evo Chola de Chávez.....	68
Figura 10 - Jeanine Añez com a bíblia no Palácio Quemado.....	70
Figura 11 - Imagem ‘Viva Bolivia libre de índios’ escrito em uma rua de La Paz.....	71
Figura 12 - Imagem ‘Fuera índios’ escrito em uma rua de La Paz.....	71
Figura 13 - Mapa da Bolívia representando o departamento de Santa Cruz como um navio à vela desancorando do país	72
Figura 14 - Imagem de manifestante com cartaz escrito ‘Basta de Narcotráfico ¡Fuera!’, em Santa Cruz	72
Figura 15 - Imagem de manifestantes com um cartaz escrito: El sueño de Arce es ser cruceño y ‘no puede’, em Santa Cruz	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O PARADIGMA DA ‘GUERRA ÀS DROGAS’: ORIGEM, INTERNACIONALIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES	17
2.1	A ORIGEM DA GUERRA ÀS DROGAS: PROIBICIONISMO ESTADUNIDENSE 18	
2.2	A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PARADIGMA: DOS EUA PARA O MUNDO 24	
2.2.1	Políticas internacionais com relação ao tráfico ilícito de drogas: securitização do narcotráfico.....	24
2.2.2	Histórico da Política Externa dos EUA para a América Latina: o “inimigo” externo	27
2.3	CONTRADIÇÕES DO PARADIGMA: INTERESSES DAS ELITES E CONTROLE SOCIAL	30
3	A ‘GUERRA ÀS DROGAS’ NA BOLÍVIA E OS VÍNCULOS DO ESTADO COM O NARCOTRÁFICO	34
3.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A DITADURA <i>BANZERISTA</i> , OS GOVERNOS MILITARES E O NARCOESTADO NA BOLÍVIA	34
3.2	O PARADIGMA AVANÇA NA BOLÍVIA: O PERÍODO NEOLIBERAL	41
3.3	A GUERRAS ÀS DROGAS COMO PARADIGMA DOMINANTE DOS GOVERNOS BOLIVIANOS (GOVERNO BANZER II)	46
4	FOLHA DE COCA, PRECONCEITO SOCIAL E GUERRA ÀS DROGAS NA BOLÍVIA 51	
4.1	A FOLHA DE COCA NAS ‘DUAS BOLÍVIAS’: OCIDENTE E ORIENTE OU <i>COLLAS VERSUS CAMBAS</i>	52
4.2	FORMAÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE BOLIVIANA: MIGRAÇÕES AO ORIENTE	59
4.3	MANIFESTAÇÕES ANTI-INDÍGENAS E A QUESTÃO DA FOLHA COCA NOS TEMPOS ATUAIS.....	64
4.4	<i>COCA NÃO É COCAÍNA</i> : PRECONCEITO SOCIAL CONTRA A FOLHA DE COCA E A POLÍTICA DE ‘GUERRA ÀS DROGAS’	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1 INTRODUÇÃO

*Kawsachun coca! Wañuchun yanquis!*¹

Frustrados pela falta de capacidade de reduzir significativamente o fluxo de cocaína para o seu país, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) desde as últimas décadas do século passado tem direcionado a sua estratégia aos países ‘fonte’, com a finalidade de combater a cocaína no lugar de ‘origem’. No Estado Plurinacional da Bolívia, os governos historicamente têm implementado a sua versão da chamada ‘guerra às drogas’, desenvolvendo políticas de controle do narcotráfico que dão prioridade à erradicação forçada dos plantios de folha de coca, segundo a lógica duvidosa de que para frear a demanda é necessário atacar a matéria prima da oferta.

Este regime internacional da ‘guerra às drogas’ conta com considerável aval popular e baseia-se na securitização do tráfico de drogas ilícitas. Com isso, a ingerência estadunidense obteve legitimidade política e cada vez mais suas doutrinas beligerantes são direcionadas para o combate ao narcotráfico na América Latina, que atualmente, segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas do UNODC² (2024), possui os três maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia, que é o terceiro maior produtor de folha de coca do mundo (UNODC, 2024).

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como se articulam as três dimensões da realidade - internacional, estatal e societal – através das quais o paradigma da ‘guerra às drogas’ se manifesta para sustentar as suas políticas repressivas em torno de corpos racializados na Bolívia contemporânea. Ao mesmo tempo, possui três objetivos específicos os quais serão desenvolvidos em cada um dos capítulos desta monografia: (i) revisar a origem do paradigma e sua internacionalização, buscando situar os principais alvos da mesma; (ii) examinar historicamente a implementação do paradigma dentro das políticas de controle de drogas na Bolívia e a sua relação com as elites locais; e (iii) analisar a construção do preconceito social/racial contra o indígena andino e seus costumes para entender o seu papel na legitimação das repressões militarizadas contra os produtores dessa folha.

¹ Grito de guerra dos produtores de coca do Chapare boliviano: ‘Viva a coca! Morte aos yankees!’ (tradução nossa).

² Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Diante dos objetivos colocados, a hipótese deste trabalho argumenta que a estigmatização dos produtores de folha de coca como narcotraficantes, além de alimentar a narrativa da ‘guerra às drogas’, também beneficia as elites econômicas e políticas que lucram com o tráfico, enquanto os elos mais frágeis dessa conjuntura continuam sendo atacados com políticas repressivas militarizadas.

Dessa maneira, a produção e uso da folha de coca no país estão intimamente associados ao problema amplo da desigualdade social, rural e urbana, sendo que a Bolívia é um dos países mais pobres da América do Sul e dentre os mais pobres do país se encontram os agricultores camponeses e os trabalhadores das minas, de origem andina. Em vista disso, o imaginário coletivo sobre a folha de coca está ligado ao preconceito de raça e de classe presentes na sociedade boliviana, com maior expressão na região da Meia Lua³. Assim, com a chegada das políticas de ‘guerra às drogas’ no país, a folha de coca passa a ser equiparada com a cocaína, por ser o produto base para a elaboração da droga, corroborando com a visão preconceituosa sobre a mesma. É a partir dessa perspectiva que as políticas de militarização (securitização) do narcotráfico foram pautadas no país, uma vez que a folha de coca era considerada, em si, também uma droga e portanto, deveria ser criminalizada e erradicada. Embora, a partir de 2005, tenha se inaugurado uma nova era sobre o imaginário da folha de coca no país, capitaneada pela figura emblemática do líder sindical *cocalero*, agora ex-presidente, Evo Morales, este trabalho procura se debruçar sobre a trajetória política e social que levou até esse resultado.

Para tanto, serão utilizados três principais fundamentos teóricos. Primeiro, o conceito de securitização conforme elaborado pela chamada Escola de Copenhague. Ole Wæver enfatiza que o processo de securitização envolve a criação de um discurso empregado pelos atores estatais para justificar decisões e remover da esfera pública debates ao redor da ‘ameaça’ construída. Em outras palavras, ao tratar um tema social como se fosse uma ‘questão de segurança’, a audiência relevante tende a aceitar medidas excepcionais que, de outra forma, não teriam lugar numa dada sociedade (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; WÆVER, 1995).

Em conjugação com contribuições gramscianas nas Relações Internacionais, esse instrumental teórico também será usado para entender o essencial papel que as elites econômicas e políticas cumprem na securitização da problemática em questão. Segundo a perspectiva de teoria crítica pós-positivista (COX, 2021), as forças sociais, em suas lutas por hegemonia, constroem formas de estado e ordens mundiais de acordo com seus respectivos

³ A Meia Lua se refere à parte Oriental do país, composta por Pando, Beni, Santa Cruz e atualmente também Tarija.

interesses. Em nosso caso, podemos ver tanto a criação de ‘NarcoEstados’ como a tentativa de construir alternativas a ele, a depender do balanço de poder entre as forças sociais na Bolívia.

Além disso, do ponto de vista metodológico, Cox (2021) nos ensina que não é possível se isolar do objeto do trabalho, uma vez que fazemos parte do mundo que estudamos. Assim, esse método pós-positivista será usado para entender as estruturas sociais de dominação, baseado na noção de que as “[t]eorias são sempre *para* alguém e *para* algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. As perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente no tempo e no espaço sociais e políticos” (COX, 2021, p.13). Diante do exposto, é impossível assumir uma neutralidade científica, sendo melhor explicitar o ponto de vista, isto é, a perspectiva que informa o presente trabalho: a luta anti-racista e a descolonização de um imaginário do qual a própria autora é produto, na qualidade de cidadã boliviana nascida em Santa Cruz de la Sierra.

Isto nos leva ao terceiro fundamento teórico desta pesquisa, que pode ser sintetizado na noção de colonialidade do poder (QUIJANO, 2014). O conceito de raça, entendido a partir da colonialidade, define-se pela manutenção e reprodução de um padrão de poder mundial herdado da era colonial, mas que continua a existir e se reinventa a partir do fim do colonialismo. Segundo Quijano (2014, p. 777) “[u]m dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial sobre a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial”. Em paralelo a isso, o eurocentrismo é a expressão da colonialidade no plano das ideias.

Na Bolívia, é possível observar a colonialidade sob muitos ângulos no tema em questão. O eurocentrismo se manifesta, por exemplo, no preconceito racial contra o indígena existente na sociedade, principalmente na região oriental do país. Com a implementação das políticas de ‘guerra às drogas’, e a conseqüente securitização, esse preconceito racial, já existente, passa a contribuir para a legitimação do uso da violência estatal contra determinadas forças sociais, isto é, os produtores de folha de coca, na sua maioria indígenas, estigmatizados como narcotraficantes.

Estes conceitos serão espelhados ao longo desta pesquisa, sem a necessidade de nomeá-los todas as vezes, dando maior destaque à análise concreta do estudo de caso através das lentes teóricas oferecidas pelos mesmos. O que importa ressaltar é que a presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como um estudo de caso histórico-analítico. Foram empregados recursos iconográficos e de análise de discurso para a interpretação dos elementos apresentados e foram examinadas fontes primárias e secundárias dentre elas artigos, livros,

biografias, jornais locais, noticiários, entrevistas e declarações nacionais e internacionais.

Consideramos o estudo da problemática aqui apresentada de extrema importância, uma vez que, por mais que essas políticas não estejam mais presentes, na sua totalidade, o imaginário preconceituoso que as manteve ainda se encontra muito vigente na sociedade boliviana. Dessa maneira, se faz necessário destacar as relações sociais de poder por trás das políticas proibicionistas do país, para evidenciar que esse tipo de política beneficiou ao substrato social que deu apoio às mesmas, ao passo que estigmatizou e produziu violência sobre outros, ou melhor, sobre o 'Outro'. Tudo isto ocorre, vale dizer, dentro de uma ordem mundial que a presente monografia entende como imperialista, sendo esta uma premissa fundacional desta investigação: sem uma teoria do imperialismo não seria possível entender a aplicação do paradigma da 'guerra às drogas' em qualquer realidade particular.

Finalmente, busca-se contribuir com os estudos sobre Bolívia na área de Relações Internacionais no Brasil, para alargar o debate e encurtar as barreiras linguísticas entre o Brasil e a América Latina. Além disso, este trabalho é de profundo interesse da autora, que por ser boliviana nascida em Santa Cruz de la Sierra se posiciona dentro desta estrutura. Dessa forma, busca-se promover o debate e o desenvolvimento do pensamento crítico em relação à identidade do ser como ente político, ativo e questionador, com a chance de interferir na realidade imposta.

Essa monografia está dividida em três capítulos principais: o próximo examina a origem da 'guerra às drogas' nos EUA e a sua internacionalização. Aborda-se como esse paradigma legitima intervenções estadunidenses em países classificados como produtores de droga e como, também, justifica medidas repressivas contra grupos racializados para manter o controle social desses já marginalizados. O capítulo seguinte, trata da implementação desse paradigma nas políticas de controles de drogas bolivianas em perspectiva histórica, destacando como as elites políticas e econômicas se beneficiam da guerra, enquanto produtores de folha de coca e pobres são reprimidos e estigmatizados. Finalmente, o último capítulo analisa o preconceito social e racial contra os indígenas andinos da Bolívia, destacando como o racismo contra os cocaleiros sustenta a política da 'guerra às drogas', justificando a violência contra esse grupo social.

2 O PARADIGMA DA ‘GUERRA ÀS DROGAS’: ORIGEM, INTERNACIONALIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES

*Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
[...]
Una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera*

*Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!
[...]
La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca
El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
[...]
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que te recuerde' de mi apellido
La Operación Cóndor invadiendo mi nido
Perdono, pero nunca olvido, ¡oye!*

*Aquí se respira lucha
(CALLE 13, Latinoamérica, 2010)*

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, o atual capítulo dedica-se a compreender a dimensão internacional do paradigma da ‘guerra às drogas’. Dessa forma, começamos analisando a origem desse paradigma baseado no proibicionismo estadunidense embutido de um forte apelo moralista. Em sequência observamos a implementação das políticas anti-drogas estadunidenses dentro das convenções internacionais, tornando-as o modelo a ser seguido pelo sistema internacional. Da mesma forma, evidencia-se a internacionalização do paradigma, através da construção da narrativa do ‘inimigo externo’ como uma forma de legitimar as intervenções estadunidenses nos países caracterizados como produtores de drogas ilícitas e fonte de ‘origem’ da problemática. Assim, constata-se como a internacionalização do paradigma passa a justificar medidas repressivas e militarizadas contra grupos específicos racializados caracterizados como traficantes pela política internacional, instrumentalizando a securitização da problemática para manter o controle social de indivíduos historicamente marginalizados.

2.1 A ORIGEM DA GUERRA ÀS DROGAS: PROIBICIONISMO ESTADUNIDENSE

Em 1885 foi lançado pela primeira vez, mundialmente, um refrigerante que tinha na sua composição o princípio ativo da folha de coca, a Coca-Cola. Também nesse período, nos EUA, eram crescentes os movimentos conservadores puritanos que defendiam a proibição das drogas psicoativas e a regulamentação no acesso de produtos relacionados, como dito refrigerante. Com isso, foi aprovada a Lei Federal sobre Alimentos e Drogas (*Food and Drug Act*), em 1906, que regulamentava a produção e venda de drogas psicoativas, padronizando as condições de higiene na indústria farmacêutica.

Com isso, começaram os sinais de que o tema do controle de drogas passava a fazer parte da agenda dos governos estadunidenses. Em 1909, incentivada pelos EUA, ocorreu a Comissão do Ópio de Xangai, que reuniu as potências coloniais da época, os representantes do governo imperial chinês e os EUA para tratar sobre os limites da produção e comércio de ópio. Desse modo, o governo dos EUA, começa a pressionar as grandes potências mundiais para limitar o comércio internacional do ópio. Isto se manifestou com maior impacto na Conferência de Haia de 1912, na Holanda, a qual também foi incentivada pelo governo estadunidense. A conferência resultou no primeiro tratado internacional de controle de drogas que determinava que os acordantes empenhariam seus maiores esforços no controle da produção, venda e distribuição de morfina (analgésicos opióides) e, passa a incluir também, cocaína e seus respectivos sais (RODRIGUES, 2014).

Foi a partir desta estratégia internacional que o governo dos EUA passou a pressionar o Congresso Nacional para fortalecer o proibicionismo internamente, utilizando-se da sua assinatura na conferência. Dessa maneira, foi aprovada, em 1914, a lei que proibia qualquer uso de psicoativos que não fossem usados com finalidades médicas, o *Harrison Narcotic Act*. Porém, o consumo de drogas continuou também com fins hedonistas e de automedicação, mesmo com a aprovação da lei. Portanto, o que realmente mudou foi a possibilidade de acesso à droga, dado que somente a classe médica passaria a ter acesso legal aos psicoativos. Iniciando, assim, o mercado ilícito de drogas (RODRIGUES, 2014).

Esta nova lei também determinava duas figuras dentro da configuração do, agora, narcotráfico: o traficante, aquele que produz, e o viciado, aquele que consome sem permissão médica (RODRIGUES, 2014). Nesta lógica, o traficante tem que ser punido e o viciado tratado. Como afirma Rodrigues (2014), essas figuras eram encaixadas em estereótipos específicos, atacando uma classe desfavorecida enquanto beneficia a outra. Dessa forma, o proibicionismo estava ligado à tradição puritana do protestantismo e à “boa” moral, uma vez que associava o

tráfico de determinadas drogas a grupos sociais específicos (racializados), enquanto classes privilegiadas eram associadas com o vício e não o tráfico, sendo que grande parte dessas classes é composta por pessoas brancas.

De acordo com Olmos (1989), apoiando-se nas pesquisas de Sheerer (1977) e Helmet (1975), houve certos “iniciadores morais” que contribuíram para que esse discurso proibicionista fosse disseminado (OLMOS, 1989, p.82, tradução nossa). Um exemplo destes é o médico estadunidense Hamilton Wright, que contribuiu para a aprovação da lei Harrison Narcotic. Através do seu trabalho político, com ajuda da mídia da época, colaborou para disseminar narrativas preconceituosas para gerar um sentimento de medo e pânico no público.

Colocando certos grupos sociais como uma ameaça à sociedade, Wright fazia declarações como a seguinte: “*La cocaína es el incentivo directo del delito de violación entre los negros del Sur*”⁴ ou “*Una de las fases más lamentables del hábito de fumar opio en este país es el gran número de mujeres blancas que se han unido a los chinos en los diferentes barrios chinos de nuestras ciudades*”⁵ (MUSTO, 1973, p. 74 apud OLMOS, 1989, p.83). Com isso, é possível observar as bases racistas e xenofóbicas do proibicionismo, já que ao relacionar minorias e imigrantes ao uso de drogas, os colocam como ameaças aos valores estadunidenses por praticar o que seria visto como comportamentos moralmente reprováveis (RODRIGUES, 2014, p.20).

Nessa lógica, os mexicanos eram associados com a maconha, os chineses com o ópio, a comunidade negra com a cocaína e os irlandeses e italianos com as bebidas alcoólicas. Grupos sociais historicamente desfavorecidos, seja pelo passado escravagista estadunidense ou pelas condições econômicas e sociais as quais enfrentavam os imigrantes nos EUA, eram enquadrados como perigosos e associados às drogas com o intuito de manter essa faixa da população controlada pelos aparatos repressivos do Estado. Com isso, essa aversão aos imigrantes e pessoas racializadas também era uma questão econômica, por estarem disputando mercado de trabalho com os estadunidenses brancos (OLMOS, 1989, p.84; RODRIGUES, 2014, p.20).

Esta política proibicionista na medida que colocava as drogas, que não fossem para fins medicinais, na ilegalidade, também o fazia com os grupos sociais associados a estas. Já que essa associação “criava possibilidades concretas para que tais comunidades fossem assediadas

⁴ “A cocaína é o incentivo direto do crime de estupro entre os negros do sul” (MUSTO, 1973, p. 74 apud OLMOS, 1989, p.83, tradução nossa)

⁵ “Uma das fases mais lamentáveis do hábito de fumar ópio neste país é o grande número de mulheres brancas que têm se unido aos chineses nos diferentes bairros chineses das nossas cidades” (MUSTO, 1973, p. 74 apud OLMOS, 1989, p.83, tradução nossa)

pelos braços policiais do Estado” (RODRIGUES, 2014, p.21). Dessa forma, além de diferenciar o viciado do traficante, também se distinguia o uso médico do lúdico, sendo o primeiro aceito e o segundo, condenado. Enquanto as comunidades racializadas eram classificadas como traficantes por continuar o uso de drogas na ilegalidade, a classe média branca também continuou seu uso, só que era legitimado, visto que era disponibilizado dentro da relação médico-paciente. Logo, obteve um significado distinto e seu uso não era visto como moralmente censurável (RODRIGUES, 2014; OLMOS, 1989, p.85).

Outra questão importante de destacar sobre o *Harrison Narcotic Act* (1914) é que a folha de coca também era classificada, erroneamente, como um psicoativo. Portanto, também era proibida e continua sendo até os dias atuais. Porém, neste, há uma clara distinção entre a folha de coca natural e a folha de coca ‘descocainizada’: “*The provisions of this Act shall not apply to decocainized coca leaves or preparations made therefrom, or to other preparations of coca leaves which do not contain cocaine.*”⁶ (ESTADOS UNIDOS, 1914, p. 1309). Nesse sentido, a folha de coca era proibida pela sua falsa equivalência à cocaína e, com isso, pela sua associação com a comunidade negra. No entanto, aquela folha que era ‘descocainizada’ era aceita, uma vez que esta era essencial para manter o que se converteria em uma das mais famosas commodities dos EUA no século XX, a Coca-Cola (GOOTENBERG, 2008).

Quando o refrigerante foi criado tinha na sua composição a cocaína, já que foi idealizada como uma bebida saudável, que poderia curar dores de cabeças e outros distúrbios. Contudo, como já havia um crescente impulso proibicionista no país, em 1903 a cocaína foi removida da bebida, mas não sua fórmula secreta de extrato de folha de coca. Apesar de alguns desentendimentos da empresa com as autoridades depois da aprovação da *Food and Drug Act* (1906), a Coca-Cola passou de arrecadar vendas de mais de 500 mil dólares em 1900 para mais de 10 milhões de dólares em 1910. Mesmo o governo estadunidense tendo iniciado restrições ao comércio de cocaína a partir de 1906, em 1922 já estava instituído um sistema de importação totalmente operacional. Nesse momento, apenas duas empresas lidavam com coca e cocaína no país: a alemã americanizada, Merck e a parceira da Coca-Cola, Maywood Chemical. A primeira especializada em cocaína medicinal de alta qualidade e a segunda fornecia os extratos secretos de coca peruano para a Coca-Cola. Deste modo, o negócio assumiu uma forma monopolista. (GOOTENBERG, 2008).

⁶ “As disposições desta Lei não se aplicam às folhas de coca descocainizadas ou às preparações feitas a partir delas, nem a outras preparações de folhas de coca que não contenham cocaína.” (ESTADOS UNIDOS, 1914, p. 1309, tradução nossa)

Estas duas empresas estabeleceram uma relação próxima com a crescente burocracia federal antidrogas, por meio da qual negociavam informações e favores, garantindo que somente folhas de coca a granel sob supervisão entrassem no único porto de Nova Iorque. Assim, em vez de impor regulamentações em nível de varejo a milhares de farmacêuticos, dentistas e físicos, as autoridades concentraram seus esforços no controle da cocaína no ápice do seu ciclo de distribuição. Isso culminou em um alto nível de cooperação entre o Estado e as empresas farmacêuticas, com ambos colaborando na determinação das práticas comerciais e dos interesses dos EUA relacionados à coca. O efeito foi uma cadeia de coca centralizada e governada pelo Estado. Já em meados de 1950, a Merck parou de fabricar cocaína e passou a comprar e distribuir os resíduos de cocaína do extrato da folha de coca da Coca-Cola da Maywood Chemical. De fato, toda a cocaína medicinal estadunidense se converteu em um subproduto da Coca-Cola (GOOTENBERG, 2008).

A partir disso, é possível perceber que o modelo proibicionista dos EUA possui exceções quando beneficia o próprio governo e as grandes corporações, ao mesmo tempo que pune as minorias e nega a herança andina do seu famoso refrigerante nacional, uma vez que sem o extrato fluido da folha de coca na sua fórmula, a Coca-Cola jamais teria conseguido atrair as massas para os refrigerantes da maneira que o fez. Esta passou de um alvo dos proibicionistas em 1900, para um aliado do governo em 1920 (GOOTENBERG, 2008).

Ao falar das políticas proibicionistas estadunidenses, a Lei Seca (*Volstead Act*), de 1919, é um dos melhores exemplos das consequências trazidas por estas. A lei citada proibia a produção, circulação, estocagem e venda de bebidas alcoólicas nos EUA. Ao contrário do seu objetivo, a proibição não causou a redução do consumo, mas fez com que o hábito de beber publicamente fosse transferido para os bares clandestinos e, além disso, a população passou a consumir bebidas mais nocivas à saúde.

Dessa maneira, foi inaugurado o mercado ilícito de álcool, no qual surgiram inúmeras organizações ilegais que passaram a suprir este mercado. Assim, cresciam no país as máfias e as agências governamentais formuladas para perseguir o tráfico de álcool. Com isso, a Lei Seca teve como resultado o fortalecimento do crime nos EUA e o agigantamento dessas agências e da burocracia estatal, além do aumento da violência social derivada das disputas entre esses dois atores. Esta foi revogada em 1933, no contexto da recessão econômica, principalmente com a finalidade de arrecadar impostos (RODRIGUES, 2014, p.21). Porém, o proibicionismo nos EUA não retrocedeu.

Em 1930, foram criados os principais escritórios do governo estadunidense: o *Food and Drug Administration* (FDA) e o *Federal Bureau of Narcotics* (FBN). Este primeiro, até os

dias de hoje, tem a finalidade de aprovar as novas drogas e alimentos comerciais do país, enquanto o segundo, se responsabilizava pela repressão ao tráfico de psicoativos ilícitos (RODRIGUES, 2014, p.22). Isto contribuiu para o fortalecimento dos setores governamentais elaborados para seguir o modelo proibicionista e punitivo estadunidense.

Cabe apontar que cada detalhe do processo de destilação do extrato de coca ‘descocainizada’ da Maywood e da cocaína medicinal da Merck era regulamentado pela FBN. Conforme Gootenberg (2008, p. 198)

By 1930, the new chief of the FBN, Harry Anslinger, was in constant contact and on a first-name basis with top Merck and Maywood executives about cocaine, having forged a personal and political relationship with these two firms that would carry over three decades.

O diretor da FBN, Anslinger, também se encaixa nos anteriormente citados “iniciadores morais” (OLMOS, 1989, p. 83, tradução nossa). Ele pôs em prática uma campanha contra a maconha. Difundiu ‘casos’ de sua ficha como diretor do escritório nos principais meios de comunicação da época, descrevendo a maconha como uma “erva assassina” e “mais perigosa do que uma serpente cascavel” (OLMOS, 1989, p. 83, tradução nossa). Sendo um dos promotores da lei contra a maconha no país.

A *Marihuana Tax Act* foi promulgada em 1937, proibia o cultivo, comercialização e consumo de maconha no solo estadunidense. Esta teve influência pela associação da droga com os imigrantes mexicanos, que representavam uma ameaça pela sua força de trabalho durante a recessão econômica. Com o passar dos anos as leis proibicionistas só se intensificaram, com o *Boggs Act*, de 1951, e o *Narcotics Control Act*, de 1956. As novas leis estabeleceram normas proibicionistas mais severas, além de abranger o conteúdo das leis antidrogas aprovadas desde o *Harrison Act* de 1914. Por exemplo, estabeleceu a pena de morte para quem (maior de idade) vendesse drogas ilícitas a menores de dezoito anos (RODRIGUES, 2014, p.23-24; OLMOS, 1989, p.85-86).

Ao mesmo tempo que as políticas internacionais influenciaram as políticas proibicionistas estadunidenses, o enrijecimento dessas internamente também foi determinante para que a postura diplomática do país fosse a de defender a construção de uma lei internacional unificada antidroga. Depois da Conferência de Haia de 1912 houve um hiato nos acordos internacionais sobre drogas por causa da Primeira Guerra Mundial. Após, foram feitas três Convenções de Genebra sobre o assunto, em 1925, 1931 e 1936. Nestas os Estados Unidos defenderam sua postura proibicionista através de propostas que tinham como objetivo

endurecer a regulamentação da cocaína (e com isso, da folha de coca) e dos opiáceos. O tratado de 1931 obrigava aos Estados assinantes a instituir departamentos próprios de repressão ao tráfico de psicoativos nos moldes estadunidenses. Com isso, os EUA tentavam estabelecer internacionalmente este modelo como o correto para enfrentar o tráfico de drogas psicoativas (RODRIGUES, 2014, p.22).

Mas foi na Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 da ONU (Organização das Nações Unidas) que se condensou e oficializou a intolerância às drogas dos anos anteriores. A convenção resulta em um protocolo assinado em 1972, no qual pela primeira vez a nível internacional será incluída como “narcótico” a folha de coca e, também, a planta de maconha. Este, inspirado na equivocada classificação da lei Harrison de 1914, se tornou o marco legal das políticas públicas antidrogas dos 180 países signatários, responsabilizando-os pela restrição do uso medicinal e científico das plantas usadas para elaborar drogas (OLMOS, 1989, p.87; RODRIGUES, 2014, p.26). Com isso, ignoram o uso cultural destas plantas e colocam como criminosos aos produtores e consumidores da folha de coca, mesmo estes existindo por milhares de anos antes de existir a própria cocaína.

Também cabe ressaltar que dentro da convenção não há venda e compra internacional destes produtos que seja legalmente permitida, destacando como existe uma exceção para a Coca-Cola estadunidense. Assim, reforça-se o privilégio corporativo da empresa ligado à influência internacional dos EUA, dado os próprios interesses econômicos dos integrantes do governo (GOOTENBERG, 2008).

Ainda em 1972, o presidente dos EUA Richard Nixon, fez uma declaração pública afirmando que o principal inimigo dos Estados Unidos era o abuso de drogas, com a finalidade de aumentar a repressão através do fortalecimento das ações policiais de busca e apreensão de drogas ilícitas e o combate às redes de tráfico. Com isso, foi oficializado o início da “guerra às drogas”. Portanto, já se planejando para a guerra declarada, em 1974, os EUA formam a *Drug Enforcement Administration* (DEA), uma agência centralizadora do gerenciamento das ações contra o tráfico de drogas - extinguindo a antiga FBN. Desse modo, a DEA passa a assumir a aplicação das leis proibicionistas em território nacional e no exterior. Como apontado por Borges (2016, p.15),

Segundo uma entrevista do jornalista John Baum com o conselheiro do presidente Richard Nixon, John Ehrlichman, os alvos internos da guerra às drogas nos EUA eram sobretudo a esquerda antiguerra e os negros.

Além da justificativa para o aumento da repressão interna, essa lógica é levada para o âmbito externo. A DEA começa suas operações contra o narcotráfico no Caribe e no México,

as quais no final da década, com o aumento da cocaína, se voltariam para os países andinos (Bolívia, Peru e Colômbia) (RODRIGUES, 2012; 2014; BORGES, 2016). Desde então, a guerra às drogas se converteu em um paradigma em relação ao combate ao narcotráfico internacionalmente. Esse regime, além de não alcançar o seu objetivo de diminuir o comércio ilícito das drogas, fortaleceu as agências repressivas estatais e contribuiu para a ascensão do narcotráfico e a violência a este relacionada.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PARADIGMA: DOS EUA PARA O MUNDO

A partir da declaração do presidente Nixon se inicia a ‘guerra às drogas’ como uma problemática a nível internacional, com os EUA sendo os autodenominados líderes e modelo a ser seguido para combater a nova ameaça à segurança: o narcotráfico. A divisão entre produtor (traficante) e consumidor (viciado) de drogas ilícitas é levada para o dentro do sistema internacional, caracterizando os países produtores e países consumidores de psicoativos. Dessa forma, se justifica a militarização da problemática, legitimando intervenções dos EUA aos países denominados produtores sob uma lógica de segurança nacional. Assim, serão analisadas as políticas internacionais de controle de drogas ilícitas e o histórico de Política Externa dos EUA. Para entender a construção da narrativa do ‘inimigo externo’ e a necessidade, a partir disso, de securitizar a problemática.

2.2.1 Políticas internacionais com relação ao tráfico ilícito de drogas: securitização do narcotráfico

A partir da iniciativa estadunidense, a guerra às drogas passou a ser incorporada internacionalmente como modelo a ser seguido (e/ou imposto) para lidar com o uso e tráfico de psicoativos. Após a Convenção Única de Entorpecentes de 1961, ocorreram outras duas Convenções: A Convenção sobre Drogas Psicotrópicas (1971) e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, também conhecida como Convenção de Viena (1988). As três convenções das Nações Unidas se converteram no marco das políticas internacionais com relação às drogas. Estas reafirmaram o proibicionismo como política mundial para os psicoativos, colocando o narcotráfico como uma ameaça à ordem internacional.

Dentro dessa dinâmica, os países foram divididos em dois blocos: os produtores e os consumidores de psicoativos ilícitos. Enquanto os países latino-americanos e orientais seriam

julgados como produtores, os países norte-americanos e europeus seriam percebidos como consumidores. A criação dessas classificações acaba por exteriorizar o problema do tráfico de drogas, colocando países como os Estados Unidos na posição de vítima. Nessa lógica, os delinquentes latinoamericanos ou asiáticos seriam os responsáveis por levar o uso de drogas para corromper os cidadãos estadunidenses. Existindo, assim, uma justificativa para que estes se defendam do que seria colocado como uma ameaça a sua segurança nacional (RODRIGUES, 2014; 2012).

Contudo, esse raciocínio simplista ignora a produção de drogas que ocorre nos países classificados como meros consumidores e o grande consumo de drogas em alguns países vistos apenas como produtores, como o Brasil que é um dos maiores consumidores mundiais de cocaína. Já os EUA e o Canadá, além de serem dois dos maiores consumidores globais de drogas, são dois dos maiores produtores de maconha mundialmente (plantações da planta nos desertos do Oregon e Nevada). Dessa maneira, se constrói uma narrativa na qual passam a ser identificadas ‘fontes’ a serem combatidas fora das fronteiras dos EUA (RODRIGUES, 2014).

A Conferência de Viena de 1988 ao estabelecer que o narcotráfico deveria ser considerado uma ameaça à ordem internacional, além de tratar o tráfico de drogas como um problema que concerne à segurança global, reforça que seja também tratado como um problema de segurança nacional e regional de cada país (RODRIGUES, 2012).

Com isso, os estados-membros signatários passam a assumir uma universalidade das leis antidrogas, com base numa perspectiva de mundo ocidental e proibicionista, desconsiderando práticas culturais locais e a impossibilidade de se aplicar as mesmas premissas em todas as partes do mundo. Portanto, o narcotráfico para de ser visto somente como um problema de segurança nacional dos EUA e passa a ser classificado como uma questão de segurança nacional de cada país no qual houvesse tráfico ilícito de drogas em seu território (RODRIGUES, 2012).

Com seu discurso vitimista os EUA passaram a legitimar as intervenções militares nos países identificados como produtores, por serem a ‘origem’ da cadeia do narcotráfico e, por isso, representarem uma ameaça à sua defesa interna. Deste modo, acionando a retórica da segurança nacional, de acordo com o conceito de securitização teorizado por Buzan, Wæver e Wilde (1998), se torna possível justificar ações fora dos limites normais do procedimento político, a partir do reconhecimento e consenso dessa ameaça pela sociedade. Dessa maneira, se legitima o uso de medidas excepcionais para combater a dita ameaça.

Segundo esses autores, um assunto só é securitizado quando a questão apresentada como uma ameaça existencial é aceita pelo público como tal. Eles colocam o processo de

securitização equivalente ao que seria chamado, nas teorias de linguagem, de “*speech act*”⁷ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 26). Dentro deste conceito, a segurança não pode ser entendida como uma condição objetiva, mas como um constructo social subjetivo, assim, esses atos de fala elocutórios produzem uma realidade no momento da sua expressão (TICKNER, 2015).

Através do ato de fala efetuado pelo ator securitizador (agente que pauta a ameaça), o assunto em questão se torna uma ameaça à segurança e, ao convencer o público disso, o Estado e as elites podem contornar as regras do jogo político convencional com maior facilidade. Com isso, o debate público sobre a questão tende a parar e os cidadãos são mais prováveis a aceitar decisões estatais sem muito questionamento (WAEVER, 1995; MASMELA; TICKNER, 2017). De acordo com Waever (1995, p.6, tradução e grifo nosso),

Ao designar um determinado desenvolvimento como um problema de segurança, o “Estado” pode reivindicar um direito especial, que será, em última instância, sempre definido pelo Estado e pelas suas elites [...]. Os detentores de poder podem sempre tentar utilizar o instrumento de securitização de uma questão para obter controle sobre ela. Por definição, algo é um problema de segurança quando as elites declaram que o é.

Nessa perspectiva, a securitização pode ser compreendida como uma estratégia adotada pelos detentores do status quo nos órgãos estatais, visando evitar uma discussão aberta sobre um tema específico (GOIS; SÁ, 2020). Em vez disso, busca-se apresentá-lo como uma ameaça existencial ao regime político vigente. Desse modo, o discurso do Nixon, em 1972, pode ser entendido como um ato de fala que visou colocar o narcotráfico como uma ameaça à sociedade estadunidense e aos valores e princípios a esta embutidos. Para, a partir disso, gerar endosso público e conseguir justificar o uso de todos os meios necessários para se ‘defender’ contra a dita ameaça, incluindo recursos militares e ações emergenciais, legitimando as intervenções dos EUA em território estrangeiro (WAEVER, 1995).

Logo, para Waever (1995), o conceito de securitização enfatiza a importância do discurso empregado pelos Estados e outros agentes de poder para justificar decisões e ações. Nesse sentido, “quanto mais um assunto é securitizado, mais despolitizado fica” (GOIS; SÁ, 2020, p. 185), fazendo com que o Estado e as elites monopolizem certas questões definidas como ‘segurança’ e as removam da esfera pública, na qual são sujeitas a debates e à consideração de alternativas políticas distintas (MASMELA; TICKNER, 2017). Com base

⁷ “Ato de fala” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 26, tradução nossa)

nesses fundamentos teóricos, na seguinte seção é analisada a construção da ameaça global do narcotráfico, através do histórico da política externa dos EUA na América Latina.

2.2.2 Histórico da Política Externa dos EUA para a América Latina: o “inimigo” externo

Desde o século XIX, com a Doutrina Monroe, a política externa dos EUA tem como um dos principais espaços de interesse o continente americano, área de influência exclusiva estadunidense. No contexto das independências das antigas colônias europeias, a doutrina proclamava o slogan ‘América para os americanos’ e tinha como objetivo garantir que não haveria intervenção europeia em assuntos americanos para que, conseqüentemente, os EUA consigam se estabelecer como liderança no continente.

A partir do começo do século XX, o imperialismo estadunidense passou a se intensificar na América Latina. Até 1930, a diplomacia do *big stick* predominou na região. Esta era aplicada pela presença direta dos EUA na América Central e Caribe, mediante ocupações militares. Já até o fim da Segunda Guerra Mundial, essa presença direta foi revestida pela política da Boa Vizinhança, implementada durante o governo do presidente Franklin D. Roosevelt, um dos principais objetivos seria combater o comunismo e o anarquismo no continente, através de uma dominação cultural, política e até policial a partir da suas ‘boas’ relações com os governos da região. O intuito era mudar a imagem intervencionista dos EUA através da diplomacia e da dominação cultural, mas nunca deixaram para trás o seu caráter repressivo quando precisaram reafirmar o seu domínio.

No mundo pós-guerra, houve mais uma mudança nos rumos da segurança nacional do país com o começo da Guerra Fria. Na ordem mundial bipolar, o comunismo soviético era o principal oponente dos EUA, portanto, a principal ameaça à sua segurança. Com isso, a ameaça comunista deveria ser impedida de ser implementada no continente americano, domínio histórico estadunidense. Desse modo, de 1950 até a década de 1970, essa tentativa de maquiagem a presença militar dos EUA foi deixada de lado, com o país dando apoio a dezenas de golpes de Estado que levaram ao poder militares de direita, alinhados com as políticas norte-americanas. Esse apoio chegou a ser explícito, como no Chile em 1973, ou mais discreto, como no Brasil em 1964, mas em todos eles esteve a forte presença estadunidense para que os golpes se concretizassem (RODRIGUES, 2014).

Dessa forma, o intervencionismo militar, antes justificado pelo combate à presença europeia no solo americano, passou a ser justificado através da retórica da ameaça comunista. Em vista disso, o governo estadunidense, revestido de paternalismo, se autointitula polícia do mundo, principalmente do continente americano, e se designa dono da moral universal. Os povos ou grupos nacionalistas que fossem contrários à imposição estadunidense, mereceriam então serem reprimidos por representarem uma ameaça à ordem nacional e internacional.

Segundo Rodrigues (2004, p. 241 apud BORGES, 2016, grifo nosso), a política externa dos EUA sempre esteve à mercê de uma “ameaça externa” para poder justificar seus próprios interesses políticos e econômicos:

As políticas de segurança nacional norte-americanas legitimam-se perante a opinião pública doméstica quando uma crível ameaça internacional desponta no horizonte. O percurso que baliza a confecção das várias adaptações da doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos tem como eixo comum a identificação de um "perigo externo" que sempre vem acompanhado de uma "missão" que cabe ao povo estadunidense cumprir. A projeção do poder econômico e político dos Estados Unidos no século XX não pode ser analisada sem que se leve em conta a ambientação adequada proporcionada pela criação de consensos internos que unem a nação contra ameaças aos Estados Unidos, o que, ao longo do século cada vez mais significou "ameaças ao mundo".

Nesse cenário, com o enfraquecimento da União Soviética no começo da década de 1980, a Guerra Fria estava chegando ao fim e os EUA direcionaram sua defesa nacional para um novo “inimigo externo”: o narcotráfico (RODRIGUES, 2004, p. 241 apud BORGES, 2016).

Na metade da década de 1980 existiu um momento de transição no qual a ameaça do comunismo e do narcotráfico conviveram. Nos governos do presidente Ronald Reagan (1981-1989) verificou-se o incremento da repressão a traficantes e usuários e o endurecimento das penas, firmando o paradigma militarista nas políticas antidrogas. É nesse período que as duas ameaças passam a ser relacionadas como uma ameaça conjunta denominada de “narcoterror”. Essa relação foi registrada oficialmente em 1986, no *National Security Decision Directive* (NSDD 221) a administração Reagan afirma que “para o governo, comunismo e narcotráfico agiam em conjunto para minar a democracia e a saúde das populações”, colocando ambas questões como ameaças perigosas equivalentes (BORGES, 2016, p. 45; RODRIGUES, 2014).

Dessa forma, os EUA identificam a associação entre as guerrilhas de esquerda com o tráfico de cocaína, colocando-a como uma nova ameaça à segurança do continente americano. Sendo assim, o tradicional subversivo comunista da Guerra Fria foi substituído pelo traficante ou narcoterrorista, o inimigo latinoamericano da nova ordem mundial. Esse inimigo foi a nova

justificativa para conservar o predomínio militarista e imperialista estadunidense na América Latina, para além das ditaduras que promoveu e apoiou nas décadas passadas. E também, legitimou a persistência dos EUA na abordagem militar contra o narcotráfico e a pressão para a implementação de medidas repressivas pelos governos andinos. Essas medidas tiveram como resultado o aumento generalizado da violência sem conseguir efetivamente diminuir a oferta de cocaína (RODRIGUES, 2012; BORGES, 2016).

O mandato do presidente George H. W. Bush (1989 - 1993), anterior vice-presidente e coordenador das políticas antidrogas do governo Reagan, intensificou ainda mais a militarização do combate ao tráfico ilícito de drogas. Este convocou duas cúpulas com os chefes de estados latinoamericanos a respeito do comprometimento dos países ‘produtores’ em relação a guerra às drogas. Na Cúpula de Cartagena (1990), apresentou a proposta de criar uma força militar, formada por soldados desses Estados vistos como produtores, mas liderada pelos EUA, para enfrentar as organizações de tráfico de drogas nesses países.

Claramente, a proposta recebeu críticas tanto pelas oposições nacionalistas à ingerência estadunidense nos países latinoamericanos, como também dentro do Congresso norteamericano. Como resultado, na segunda Cúpula, de San Antonio (1992), a proposta foi abandonada, trocada pela proposta, implementada, dos EUA fornecerem incentivos econômicos àqueles países que substituíssem a plantação de matérias-primas de drogas ilícitas, como a folha de coca e a maconha, por plantações alternativas legais (BORGES, 2016). No entanto, estas resultaram na dificuldade de serem inseridas por causa da rentabilidade e facilidade de transporte da folha de coca, diferente dos novos plantios legais. Além dos motivos que envolvem a ligação cultural dos plantadores com a folha, que serão discutidos nos próximos capítulos.

Ainda, as diretrizes da cúpula continuaram pautando o militarismo, porém sem a intervenção direta dos EUA, sendo os próprios países latinoamericanos os responsáveis por aderir plenamente à repressão militarista da guerra às drogas. Já o governo Clinton (1993 - 2001), certificou-se que essa aderência seja também através do controle econômico. Seu mandato forma processos de certificação que listam os países a partir dos seus esforços no combate ao narcotráfico, aqueles sem a certificação seriam ameaçados a parar de receber o apoio financeiro estadunidense destinado à guerra às drogas, junto com a ameaça de perder auxílios econômicos de instituições como o FMI (Fundo Monetário Internacional). Logo, o paradigma da guerra às drogas passa a ser consolidado internacionalmente sob a concepção da responsabilidade compartilhada, na qual todos os Estados deveriam apoiar o proibicionismo e se unir contra o ‘inimigo’ em comum do tráfico de drogas ilícitas (BORGES, 2016).

2.3 CONTRADIÇÕES DO PARADIGMA: INTERESSES DAS ELITES E CONTROLE SOCIAL

Contudo, como afirmado anteriormente, a retórica da guerra às drogas funciona como uma justificativa para os próprios interesses estadunidenses na região, uma vez que passam a ignorar ou até a apoiar o narcotráfico em alguns países, quando este é de interesse geopolítico do país e das suas elites.

Os Estados Unidos protagonizaram diversas intervenções na América Latina sob o pretexto de combater o tráfico de drogas, muitas vezes tendo como consequência resultados contrários aos objetivos declarados. O escândalo Irã-Contras, revelado na década de 1980, exemplifica essa contradição. A CIA e outros agentes estratégicos coordenaram um esquema para financiar paramilitares de direita na Nicarágua contra o governo sandinista de esquerda, conhecidos como Contras. O presidente-ditador do Panamá, Manuel Antonio Noriega, foi um aliado nesse esquema, por estar diretamente envolvido com tráfico de drogas e possuir conexões ilegais importantes para a articulação das redes de tráfico de armas e drogas. Os EUA, cientes dessa informação desde 1971, não só foram omissos como fizeram acordos permitindo a entrada segura de drogas vindo do Panamá aos EUA, em troca de apoio aos Contras e interesses estratégicos, como o Canal do Panamá.

No entanto, o escândalo expunha o proibicionismo seletivo do governo dos EUA, fazendo com que a rede de apoio aos Contras se tornasse insustentável. O presidente George H. Bush, após a revelação do Irã-Contras, anunciou a Operação Causa Justa em 1989, invadindo militarmente o Panamá e condenando Noriega por tráfico de drogas, mesmo sendo parceiros nesse crime. Certos integrantes da gestão estadunidense também foram investigados e condenados no contexto do caso Irã-Contras, mas foram agraciados com o perdão presidencial concedido por Bush (BORGES, 2016, p.18-19).

Este episódio não apenas evidencia a possível dualidade no proibicionismo do governo norte-americano, como também a instrumentalização da retórica antidrogas para avançar nos seus interesses no continente americano. Também, mostra que para compreender os problemas enfrentados na região é essencial superar as simplificações da retórica da ‘guerra às drogas’ e considerar as nuances sociais e geopolíticas que moldam as relações internacionais na América Latina. Isto posto, uma questão essencial para entender o funcionamento dessa

política na região é o papel das elites locais. Como comentado na seção anterior, estas são as que, no limite, decidem quais questões são securitizadas ou não.

Apesar do intervencionismo dos EUA possuir grande caráter imperialista é importante destacar que a guerra às drogas na América Latina não teria se concretizado sem o apoio e legitimidade das elites locais e vice-versa (RODRIGUES, 2012). Conforme defendido por Beckmann (2021), os governos sul-americanos por interesse e iniciativa própria impulsionaram as políticas proibicionistas na região, desde os anos 1970. Na Conferência Sul-Americana Plenipotenciária sobre Entorpecente e Psicotrópicos de 1972⁸, representantes de todos os países da América do Sul (exceto Guiana, Guiana Francesa e Suriname) se reuniram em Buenos Aires para coordenar suas políticas em matéria de drogas. Dentre as recomendações estavam incluídas a ratificação obrigatória de todos os convênios de controle de drogas da ONU e uma maior cooperação com a Comissão de Narcóticos da mesma, para erradicar o atual problema do *'coquismo'*, elaboração e tráfico ilícito de cocaína.

O autor ainda defende que os governos de vários países sul-americanos requisitaram ajuda para o combate às drogas à comunidade internacional e aos EUA, por perceberem o uso de drogas como uma ameaça à cultura dominante e à estabilidade política dos seus países. Da mesma forma, em 1984, os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela publicaram uma declaração conjunta dirigida ao secretário geral da ONU, nela pediram que sejam adotadas medidas conjuntas pela organização e seja elaborada uma conferência para considerar as questões legais e institucionais do problema (BECKMANN, 2021).

Segundo Beckmann (2021), esse pedido culminou na Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988, atual marco das políticas antidrogas. Além disso, após a adoção dos convênios da ONU por quase todos os países da região, em diferentes instâncias foram iniciadas novas negociações solicitando ainda mais ajuda aos EUA e não o contrário.

Embora, sem a pressão e os recursos estadunidenses tivesse sido impossível fazer um combate frontal contra o narcotráfico, é importante ressaltar que a justificativa para essa 'guerra' foi amplamente compartilhada pelos governos regionais e recebeu apoio significativo

⁸ No discurso inaugural Oscar R. Puiggrós, ministro de Bem-Estar Social da Argentina, destacou o aumento no número de dependentes em substâncias entorpecentes e como isso significava uma "degradação moral" cada vez maior. Além de colocar as drogas como uma ameaça à soberania nacional (BECKMANN, 2021, p. 27, tradução nossa).

de setores das sociedades sul-americanas, principalmente por parte das elites econômicas e políticas de cada país.

Como afirma Borges (2016, p.17), em vez de uma subserviência automática por parte dos países latino-americanos

É mais coerente perceber uma simbiose de interesses entre as elites dos EUA e elites latino-americanas em colocar em movimento as engrenagens bélicas do proibicionismo para reprimir seletivamente grupos subalternos em seus países.

Nesse sentido, contando com o respaldo de elites latino-americanas, os EUA promoveram a narrativa do inimigo externo para justificar sua autoproclamada ‘missão’. Esta teve como resultado o fortalecimento de organizações ilegais e de órgãos de repressão estatais, além do aumento das variedades de drogas ilícitas e da violência que envolve o negócio ilegal (RODRIGUES, 2014). Isto materializa-se numa perseguição e repressão de grupos específicos, considerados ameaçadores ao modelo político-social e econômico existente, que historicamente já eram os alvos de ataques dos seus governos e os grupos julgados e marginalizados pelas suas sociedades.

Essas características em comum entre os países das Américas, remetem ao seu passado colonial semelhante. Este passado, composto por violência; escravização; razão divina; moralismo e conservadorismo, moldou e construiu sociedades parecidas, cada uma com suas singularidades, enraizadas numa hierarquia de raça, de classe e de gênero que sistematicamente cria modelos de controle para estes grupos historicamente marginalizados. De acordo com Rodrigues (2014, p.81)

Em geral, essas supostas classes perigosas são formadas pelos pobres, estrangeiros e subversivos: aqueles que defendem uma postura de vida dissonante, projetos políticos distintos ou simplesmente sustentam hábitos considerados inapropriados ou imorais pelos grupos da ordem.

Em vista disso, o autor defende que o proibicionismo funciona como uma estratégia de controle social, que trata a população como um conjunto de seres vivos com características específicas, demandando políticas de contenção, manutenção e controle, o que Michel Foucault denominou de biopolítica (RODRIGUES, 2012).

Este filósofo argumenta que a transição da soberania medieval para as preocupações da era industrial desencadeou desafios relacionados à gestão da população nas crescentes áreas urbanas. Dessa forma, a biopolítica surgiu para governar as dinâmicas próprias das populações, indo além da concepção tradicional de súditos do soberano. Com o advento da

era industrial, o Estado precisou equilibrar o aumento da saúde e vigor físico da sua população sem incitar contestações à ordem estabelecida. Nesse contexto, a intervenção do Estado na saúde das populações se tornou fundamental, permitindo a intervenção nos hábitos individuais sob a justificativa de melhorar a vida coletiva, configurando-se como um dos principais campos de exercício do poder político (RODRIGUES, 2012). Sendo assim, o controle de drogas tornou-se uma poderosa estratégia biopolítica, impactando não apenas os hábitos individuais, mas também justificando a repressão de camadas socioeconômicas desfavorecidas, alimentando preconceitos morais e raciais.

Essa ligação entre proibicionismo e controle social fica explícita ao retomar quais foram os indivíduos classificados como traficantes. O nascente tráfico ilícito de drogas recrutou os indivíduos postos à margem do sistema socioeconômico dominante: “Nos Estados Unidos, negros, mexicanos, chineses, irlandeses e italianos; no Brasil, negros, mulatos e os vulgos párias sociais” (RODRIGUES, 2014, p.82). Na Bolívia, objeto de estudo desta pesquisa, povos indígenas andinos, campesinos e trabalhadores rurais. A mesma classe de indivíduos que já eram o foco das políticas de controle social, já superlotavam os sistemas penitenciários e, devido à participação no narcotráfico, tinham que ser mais perseguidos e confinados.

Portanto, a internacionalização da securitização do narcotráfico em conjunto com as políticas proibicionistas estadunidenses tiveram como alvo manter os mesmos níveis de repressão contra grupos sociais historicamente minoritários, dentro e fora do seu território, principalmente na América Central e Andina. Sendo fundamental, nesta análise, reconhecer o papel das elites locais na promoção destas políticas, visto que cumpriram uma função crucial no processo de securitização do narcotráfico nos seus respectivos países.

Na Bolívia, o tráfico de drogas ilícitas tem suas raízes em grupos liderados por pessoas provenientes das classes dominantes, que ocupam cargos públicos importantes ou têm vínculos por parentesco ou associação com figuras políticas influentes e líderes militares (RODRIGUES, 2014). O capítulo seguinte está focado em analisar a aplicação da política da ‘guerra às drogas’ no território boliviano e os narco vínculos com as elites políticas e econômicas locais.

3 A ‘GUERRA ÀS DROGAS’ NA BOLÍVIA E OS VÍNCULOS DO ESTADO COM O NARCOTRÁFICO

Personalmente tengo una filosofía: al amigo, todo; al indiferente, nada; y al enemigo, palo (Hugo Banzer Suárez apud Martin Sivak, 2001, p.11).

Como no anterior capítulo enfocamos na realidade internacional da ‘guerra às drogas’, no atual analisaremos a realidade estatal, evidenciando a implementação do paradigma nas políticas de controle de drogas no Estado boliviano. Em primeiro momento, relataremos os antecedentes históricos à chegada do paradigma no país, analisando as relações das elites políticas e econômicas com as atividades de tráfico de drogas no período militar. Em seguida, revisaremos a implementação do paradigma dentro das políticas de controle da Bolívia no período democrático, dando destaque às políticas repressivas de erradicação forçada e substituição de cultivos. Para, posteriormente, mostrar o ponto alto do paradigma no país, no governo democrático de Banzer, o qual reproduz uma sistemática estigmatização e ataque aos produtores de folha por serem retratados como traficantes.

Assim, demonstra-se as presentes contradições da ‘guerra às drogas’ visto que suas políticas terminam sendo aplicadas majoritariamente contra os produtores de coca e os estratos mais baixos do negócio da cocaína, justificando a repressão e violação dos direitos dos mesmos, enquanto beneficia as elites políticas e econômicas que continuam lucrando com a economia clandestina.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A DITADURA *BANZERISTA*, OS GOVERNOS MILITARES E O NARCOESTADO NA BOLÍVIA

A intervenção estadunidense na política boliviana vem de longa data. O caráter internacional do golpe militar de 21 de agosto de 1971, que levou ao poder o ditador Hugo Banzer Suárez⁹, é uma clara exemplificação disso. Do lado golpista tínhamos a coalizão

⁹ Militar de direita, nascido no departamento de Santa Cruz, na cidade de Concepción, em 1926. Passou pela Escola das Américas (ou Escola de Ditadores) na década de 60, a mesma pela qual passaram Augusto Pinochet e

político-partidária da Frente Popular Nacionalista (FPN) conformada por integrantes conservadores das Forças Armadas, pelos partidos MNR¹⁰, FSB¹¹, e pela *Confederación de Empresarios Privados de Bolivia* (CEPB), que operou como partido político, representando as classes dominantes do país. E do outro lado tínhamos no poder o militar Juan José Torres¹², que em outubro de 1970 chegou ao poder com apoio da *Central Obrera Boliviana* (COB)¹³ e de setores populares, após um conturbado período no qual a Bolívia teve seis presidentes em 24 horas.

As primeiras medidas do governo Torres preocuparam a direita boliviana e o governo estadunidense. Ele instaurou a Assembleia Popular¹⁴, nacionalizou a mina Matilda de propriedade capital estadunidense, realizou a reposição salarial dos trabalhadores mineiros e fechou uma base militar dos EUA (chamada de ‘Guantanamo’). Assim, desde que Torres entrou no poder começaram as conspirações contra o seu governo e a participação do governo estadunidense foi de grande relevância (SIVAK, 2001).

Devido à ameaça que este governo (visto como comunista) significava para os interesses norte-americanos, o governo dos EUA ofereceu apoio econômico ao golpe de 71, além de apoio logístico por meio da embaixada do país e da Agência de Inteligência estadunidense (CIA). Segundo o jornalista, investigador e escritor argentino Martín Sivak¹⁵, os EUA manipularam o

Jorge Rafael Videla. Foi presidente da Bolívia em dois períodos, no regime militar de 1971 a 1978 e posteriormente eleito democraticamente de 1997 a 2001, sendo o único ditador militar latino americano dessa época a voltar ao poder pela via democrática.

¹⁰ Partido político *Movimiento Nacionalista Revolucionário*, fundado em 1942 após a Guerra do Chaco. Pelo esgotamento militar e críticas à oligarquia dos barões do estanho surgiram movimentos nacionalistas, o MNR formou alianças entre a classe média e setores operários, sendo elaborado um plano nacionalista para tomar o poder. Em primeiro momento, possui caráter revolucionário, liderando a Revolução Boliviana de 1952. Porém, esse caráter não foi aprofundado: “Bolívia desenvolveu, a partir de 1952, uma grande revolução que derrotou o exército, nacionalizou as minas, conquistou o voto universal e realizou a reforma agrária. Essa revolução, no entanto, não se aprofundou, ficando contida nos moldes do capitalismo e da dependência pela claudicação das lideranças da COB, que confiaram no MNR e em Paz Estenssoro, antes de confiarem em suas próprias forças” (BARTOLINI, 2007, p. 14, tradução nossa). O autor indica que de 1952 a 1985 a Bolívia viveu sob um capitalismo de estado já com o apoio dos EUA para a reconstrução do exército com a intenção de contrapor o poder das milícias dos obreiros mineiros. Posteriormente torna-se um partido reformista (1985-2003) de orientação liberal-conservadora.

¹¹ Falange Socialista Boliviana, partido de extrema direita boliviano de orientação fascista. Desde a década de 50 se converteu no principal opositor ao governo do MNR, até o golpe de Estado de 1971. Na década de 70, a maior parte dos seus integrantes migraram para o novo partido do ditador Banzer, o ADN.

¹² Militar de esquerda, nascido em Cochabamba. Foi presidente da Bolívia, chegando ao poder através de um golpe, de 1970 a 1971.

¹³ Principal central sindical da Bolívia, fundada em 1952 no marco da Revolução Nacional Boliviana.

¹⁴ “Órgão de poder estável do movimento obreiro boliviano que se reuniu desde o 1º de maio de 1971 no Palácio Legislativo” (Sivak, 2001, p.49, tradução nossa).

¹⁵ Sivak dedicou maior parte da sua carreira pesquisando sobre a história política boliviana e escreveu por muitos anos em jornais bolivianos. É autor da biografia não autorizada de Hugo Banzer Suárez *El dictador elegido*,

crédito internacional para fins políticos e bloquearam economicamente o governo Torres, suspendendo os empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. Em um primeiro momento, a embaixada dos EUA até tentou subornar o governo Torres oferecendo créditos estadunidenses em troca de uma mudança de política em seu governo (SIVAK, 2001).

A embaixada comprova seu conhecimento sobre o golpe, visto que recomendou antecipadamente aos cidadãos norte-americanos locais para não saírem às ruas entre 18 e 22 de agosto. Houve ataques aéreos militares em algumas capitais bolivianas e várias mortes de pedestres. Consumado o golpe militar, ainda no primeiro semestre da ditadura Banzer, a Bolívia recebeu 32 milhões de dólares dos EUA para a área de ‘administração e governo’, uma grande quantidade, dado que nas três décadas passadas (de 1942 a 1970) a Bolívia recebera um total de 6,7 milhões de dólares dos EUA para a mesma categoria (SIVAK, 2001, p.58).

Conforme o cientista social e politólogo Duran Gil (2014), a CIA recrutou o nazista alemão Klaus Barbie¹⁶, conhecido como ‘carneiro de Lyon’, para ser um membro do serviço secreto boliviano. Ele era comandante de uma “guarda pretoriana”, grupo paramilitar *banzerista* que teve um papel determinante no golpe e foi subordinado ao Ministério do Interior e ao Exército durante o governo Banzer (1971 - 1978) e também no posterior governo militar de Luis García Meza¹⁷ (1980 - 1981). Cabe ressaltar que este grupo também era o braço armado de um setor do narcotráfico comandado por Roberto Suárez Gómez¹⁸, conhecido como ‘rey de

utilizada no transcurso deste capítulo. Também escreveu os livros *El asesinato de Juan José Torres: Banzer y el Mercosur de la muerte e Jefazo: Retrato íntimo de Evo Morales*.

¹⁶ Mudou de nome para Barbie Altmann na Bolívia e lhe foi concedido cobertura institucional, passando a ser parte do serviço secreto boliviano. Mudou para a Bolívia através de uma *ratline*, rota de escape organizada para que criminosos de guerra nazistas e fascistas pudessem escapar. No governo do general Barrientos, Barbie foi nomeado gerente geral da companhia marítima estatal (Companhia Transmarítima Boliviana), criada por Barrientos em 1967, com capital público e privado. A França pediu sua extradição pelo massacre cometido em Lyon na época da ocupação nazista alemã no país, mas foi protegido pelos governos militares bolivianos e pela CIA até a década de 80, quando finalmente foi extraditado pelo governo democrático de Jaime Paz Zamora. Posteriormente, foi condenado por 341 encargos e faleceu na prisão na França (GIL, 2014). Interessa destacar que no livro *Klaus Barbie Un Novio de la Muerte: Vida y crímenes de un nazi no arrepentido* os autores McFarren e Iglesias mostram fragmentos de mais de 100 cartas do nazista, nas quais se mencionam amigos pessoais, dentre eles, o falangista Carlos Valverde Barbery (OPINIÓN, 2014)

Klaus Barbie y su fiel camarada y secretario personal Álvaro de Castro, donde se reiteran menciones a amigos y enemigos, entre ellos el entonces senador falangista Carlos Valverde Barbery

¹⁷ Luis García Meza, chefe do Exército boliviano, ditador militar que entrou no poder através de um golpe em 1980, reconhecido pelo seu envolvimento com o narcotráfico, fazia parte da ‘guarda pretoriana’ criada na ditadura banzerista (GIL 2003 p.164).

¹⁸ Maior narcotraficante boliviano do século XX, era primo de Hugo Banzer Suárez por parte de pai e primo de Luis Arce Gómez (braço direito de Garcia Meza), por parte de mãe.

la cocaína’ e primo-irmão de Banzer. Naturalmente, o Departamento de Estado negou qualquer envolvimento no golpe (GIL, 2014, p. 294).

O caráter internacional do golpe de 71 não se solidifica somente pelo apoio dos EUA, mas também do Brasil, Argentina e Paraguai. O governo militar brasileiro, sob comando do general Emilio Médici, se destacou nessa aliança contribuindo com armas e apoio operativo. Segundo Sivak, “[a]ntes dos golpistas tomarem o controle de Santa Cruz, aviões brasileiros aterrissaram no aeroporto El Trompillo com metralhadoras INA que logo foram distribuídas entre os falangistas [integrantes da FSB]” (SIVAK, 2000, p. 60, tradução nossa). Tudo o que o Brasil beneficiou em armas voltou em forma de recursos naturais e outros benefícios. A ditadura *banzerista* assinou vários acordos que privilegiavam a participação brasileira na exploração de recursos naturais bolivianos, como as reservas de gás e de ferro da região de Santa Cruz.

Dentro do apoio operativo recebido pela ditadura militar é imprescindível destacar a Operação Condor, da qual a Bolívia fez parte¹⁹. Com sede em Buenos Aires, a operação foi uma campanha de repressão política e de terrorismo de Estado apoiada pelos EUA com participação da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Nela foram compartilhadas informações de inteligência e coordenados o desaparecimento, tortura e morte dos opositores de seus regimes em solo internacional. Existiam centenas de registros de pessoas classificadas como subversivas que eram compartilhados entre estes países com o intuito de perseguição política além das fronteiras de cada um.

A Bolívia participou comprovadamente da Operação Condor. Um dos casos é o do ministro de Interior do presidente deposto Torres, Jorge Gallardo. Ele mesmo relata que foi sequestrado no Chile e transferido à Bolívia em um operativo conjunto dos exércitos dos governos Banzer e Pinochet²⁰. Da mesma forma, após o golpe de 71, Juan José Torres foi assassinado no seu exílio na Argentina, durante o regime banzerista. Igual a esses exemplos, é possível verificar 35 bolivianos desaparecidos na Argentina (SIVAK, 2001).

Além desse apoio internacional, é necessário enfatizar o apoio do setor empresarial, em especial o empresariado alemão em Santa Cruz²¹. Esta foi a primeira cidade a apoiar o golpe e a elite *cruceña* ajudou a financiá-lo. Com medo das políticas de Torres, a colônia alemã apoiou

¹⁹ Banzer negou a participação da Bolívia na Operação Condor até sua morte.

²⁰ Uma investigação do jornal britânico *The Guardian* estabeleceu que a ditadura de Pinochet no Chile traficava toneladas de cocaína para os EUA e a Europa (O’SHAUGHNESSY, 2000).

²¹ É de referir que Hugo Banzer é neto do imigrante alemão Georg Banzer.

com recursos, armamentos e até esconderijos para Banzer e outros conspiradores. O empresário Erwin Gasser, em 1972, admitiu publicamente que lhes custou muito caro comprar todos os oficiais para apoiarem o golpe. A família Gasser seria muito beneficiada durante a ditadura Banzer através de empréstimos governamentais. Cabe ressaltar que esta família apareceu em várias publicações vinculadas ao narcotráfico na época. Posteriormente, o herdeiro do grupo, Roberto Gasser (ex-cônsul de Banzer na Alemanha Federal), foi preso em flagrante em Miami com 300 quilos de cocaína na sua bagagem, mas foi solto após a família pagar sua fiança no valor de um milhão de dólares (SIVAK, 2001).

Esse caso não foi pontual. Outros familiares de Banzer e apoiadores do seu regime também fizeram parte de escândalos envolvendo tráfico de cocaína. Dois casos se destacam: em 1973, a Interpol descobriu um carregamento de cocaína que pertencia ao Ministro de Saúde dos primeiros anos da ditadura Banzer, Carlos Valverde²²; e em 1974, o secretário geral da presidência, Edwin Tapia, foi preso com cocaína em Toronto. No mesmo operativo, também foi preso Luis ‘Chito’ Valle, genro do ditador, que era encarregado dos negócios em Montreal (SIVAK, 2001). Foram constantes os escândalos de integrantes do corpo diplomático boliviano no exterior envolvidos com o narcotráfico, a maioria deles eram integrantes da burguesia *cruceña*, entre eles parentes e amigos de Banzer.

Da mesma maneira que o governo dos EUA promovia a retórica a favor da ‘segurança nacional’, os militares de direita bolivianos se utilizaram da narrativa anticomunista para justificar o golpe - o próprio Banzer se referia ao golpe como um meio para prevenir uma “vietnamização” e “cubanização” da Bolívia (GIL, 2014, p. 294). Isto demonstra a subordinação do governo boliviano às políticas dos EUA, que se dá pelo apoio ao estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista estadunidense, que também beneficia política e economicamente algumas elites locais. Segundo Marcelo Quiroga Santa Cruz²³ (1979),

²² Em 1973, o mesmo se separou do governo banzerista quando junto ao seu partido (FSB) tentaram fazer um golpe contra Banzer, se acuartelando 200 falangistas em uma fazenda em Santa Cruz. “A sua justificativa era a de que o governo tornara-se uma ‘empresa’, em direta alusão à burguesia mineira, e que os integrantes militares do mesmo deveriam ser “dignos representantes das forças armadas”. Na verdade, os vários intentos golpistas contra o governo liderados por Valverde disfarçavam a verdadeira intenção do movimento: criar uma ‘narcoditadura’ (que se concretizou com o governo Meza em 1980). As revoltas estavam relacionadas com conflitos internos das máfias do narcotráfico que operavam em Santa Cruz, pois ele estava articulado tanto a estas como à ‘guarda pretoriana’ de Banzer, também articulada àquelas máfias” (GIL, 2003, p. 411).

²³ Deputado de esquerda do Partido Socialista (PS-1), fundador do mesmo. Militante contra a ditadura e responsável pelo juízo contra a ditadura de Banzer, foi assassinado na COB em 1980, durante o golpe de Meza. Sustenta-se que sua morte foi mandada por Banzer, para acabar com as denúncias da sua ditadura.

El golpe del 21 de agosto de 1971, se produce no para derrocar al general Torres como finalidad en sí misma, si no como un medio para detener un proceso esencial de las masas, (...) y para consolidar un régimen de gobierno que asuma la defensa de los intereses de la oligarquía y del imperialismo norteamericano. (Transcrição do julgamento de responsabilidades da ditadura banzerista, La Paz, 9 de agosto de 1979, p.21, grifo nosso).

Nesse sentido, o envolvimento das elites com o tráfico de cocaína assume um papel crucial no rumo que a política boliviana começa a tomar a partir desta época, uma vez que passa a ser o principal negócio dos governos militares. As redes do negócio da cocaína com vínculos estatais não começaram totalmente com Banzer. Foram estabelecidas pela primeira vez durante o governo militar autoritário do General René Barrientos (1964–1969), mas foi a partir da ditadura de 1971 que houve um salto histórico na produção e comercialização desta droga. Nessa década, o exponencial aumento da demanda estadunidense favoreceu à Bolívia se tornar fornecedor de matéria prima destinada à elaboração de cocaína.

Grande parte da capitalização deste negócio foi direcionada ao empresariado que respaldou Banzer. O pesquisador boliviano Hugo Rodas Morales (1996) no seu livro *‘Huanchaca, modelo empresarial de la cocaína en Bolivia’* defende que a partir da ditadura Banzer foi desenvolvido um sistema de mediação estatal da cocaína, em benefício da formação de uma fração burguesa vinculada diretamente com a produção e tráfico da droga. Este mecanismo foi instaurado através de uma política de dotação de terras, créditos e subsídios no Oriente boliviano, da qual muitos beneficiários estariam implicados em casos de narcotráfico.

Milhões de dólares foram concedidos em subsídios à atividade algodoeira na região, majoritariamente dirigida às famílias *cruceñas*, sendo utilizados como pretexto para o crescimento do narcotráfico. No seu governo, 52% dos empréstimos do Banco Agrícola foram destinados ao algodão e nos primeiros anos a área cultivada aumentou em 70%. Porém, foi um fracasso dado que a superprodução aumentou os preços e os subsídios nunca foram devolvidos. Em 1975, até o próprio governo de fato reconheceu o fracasso da agroindústria baseada no algodão. Em 1979, 69% das dívidas não pagas pertenciam aos grandes interesses das famílias de Santa Cruz. (SIVAK, 2001; LAGUNA, 2013).

Além disso, segundo os informes do Banco Central da Bolívia, na metade da década, os bancos Industrial e Ganadero de Beni e Santa Cruz tiveram um crescimento extraordinário de 308% anual. Bancos nos quais Banzer era acionista e que possuíam filiais no Panamá e Miami, lugares conhecidos pelo seu privilégio de capitais financeiras do narcotráfico nas Américas. De acordo com Rodas Morales: “O regime de Banzer conseguiu arrecadar um

bilhão de dólares para o desenvolvimento agroindustrial que não foi alcançado e que, na realidade, foi uma contribuição indireta ao narcotráfico” (MORALES, 1996, p.62, tradução nossa). Ainda, em 1980, na fazenda ‘*El potrero*’ de propriedade de Hugo Banzer foram encontrados 300 quilos de pasta base de cocaína, além de uniformes militares que eram utilizados pelos motoristas dos caminhões que transportavam a folha de coca. O proprietário denunciou que estavam utilizando a sua fazenda para meios ilegais fora do seu conhecimento²⁴ (SIVAK, 2001; DUNKERLEY, 2003).

Contudo, se na ditadura Banzer foram fundamentadas as bases do negócio, foi na ditadura Meza que estas se consolidaram. Após uma série de eleições e governos breves e conturbados, em julho de 1980 uma nova ditadura militar se institui através do golpe liderado pelo general Luis García Meza e seu braço direito, o coronel Luis Arce Gómez (primo por parte de mãe do narcotraficante Roberto Suárez Gomez). Vale salientar que Arce Gómez vinha de um período como chefe da polícia secreta nacional anteriormente citada, a ‘guarda pretoriana’, cargo que lhe rendeu contatos na esfera da repressão bélica na América Latina.

Ambos os militares tinham conhecidos vínculos com os maiores traficantes do país, por causa disso essa tomada de poder ficou apelidada de Narcogolpe. Este regime durou pouco mais de um ano e foi nele que a Bolívia se transformou em um verdadeiro ‘NarcoEstado’²⁵. Os íntimos laços dos mais altos cargos governamentais com os mais conhecidos traficantes de cocaína fizeram com que este fosse um dos maiores casos de penetração institucional do narcotráfico na história contemporânea.

Na teoria, o país oficialmente era proibicionista e seguia as leis internacionais antidrogas. Em 1973, devido a pressões internacionais, o governo de fato²⁶ de Banzer promulgou a *Ley de Control de Sustancias Peligrosas*. E, em 1976, assina a Convenção Única de Entorpecentes de 1961, que classifica a folha de coca como um narcótico. Com esse cenário,

²⁴ “En los primeros meses de 1980, una serie de incidentes pusieron de relieve la creciente audacia de los narcotraficantes y su cada vez mayor invulnerabilidad a ser descubiertos o capturados. En enero, la división de narcóticos de la policía de Santa Cruz, bajo el comando del mayor Carlos Fernández Navarro, allanó una hacienda de la región de San Javier y confiscó una avioneta colombiana, cuyos frecuentes vuelos a la zona habían sido comunicados. Ante la resistencia ofrecida por varios hombres armados, la policía tuvo que retroceder para ir en busca de refuerzos. Cuando regresó, Fernández encontró una avioneta boliviana en lugar de la colombiana y junto a ella a un oficial de la escuela de entrenamiento local, quien ordenó a la Policía abandonar el lugar inmediatamente. Fernández se rehusó y procedió a allanar la hacienda El Potrero, de Banzer, donde se descubrieron varias valijas que contenían trescientos kilos de sulfato de cocaína, además de un almacén de uniformes militares. Al día siguiente, el expresidente alegó que alguien estaba utilizando su hacienda con fines ilegales.” (DUNKERLEY, 2003, p.384)

²⁵ “País no qual o Estado ou setores do aparelho estatal estão implicados no tráfico e/ou utilizam lucros do tráfico de drogas” (LABROUSSE;KOUTOUZIS, 1996, p. 82, apud SIVAK, 2001, p.60)

²⁶ ‘*de facto*’ é uma expressão em latim que significa ‘na prática’, ou seja, sem reconhecimento jurídico, tendo como seu oposto ‘*de jure*’ que significa ‘de direito’ ou pela lei.

a relação narco-estatal exigia o pagamento de altas taxas a integrantes do governo para evitar os ataques da polícia. Dessa forma, por mais que na teoria tivesse sido decretada a erradicação do cultivo de coca, na prática, esta lei funcionou como uma maneira de eliminar seletivamente a concorrência dos grupos de narcotraficantes menores, favorecendo os mais importantes empresários ilegais do tráfico de drogas boliviano (RODRIGUES, 2014; STIPPEL; MORENO, 2018).

3.2 O PARADIGMA AVANÇA NA BOLÍVIA: O PERÍODO NEOLIBERAL

Em junho de 1980 foi realizada uma eleição presidencial que teve como vencedor Hernán Siles Suazo, com uma grande aliança de partidos de esquerda denominada União Democrática e Popular (UDP)²⁷, mas sua eleição não foi formalizada por causa do Narcogolpe. Após a queda de Meza, depois de uma sucessão de juntas armadas, finalmente foi restaurado o modelo democrático, em outubro de 1982, com a posse do vencedor das eleições de 80.

Entretanto, a volta deste regime não significou o fim das relações institucionais com o narcotráfico. Conforme exposto por Rodrigues (2014, p.61), este modelo favorecia a economia ilegal da coca-cocaína, já que “expunha menos os grupos e as organizações aos olhos da mídia, dos EUA e da comunidade internacional”. Com a ‘guerra às drogas’ já declarada, a direta conexão da ditadura Meza com o narcotráfico se tornou alvo da crítica internacional, fazendo com que seu regime ficasse insustentável, bem como o apoio dos EUA ao mesmo. Portanto, o *modus operandi* devia ser modificado.

Desde meados da década de 80, foram implementadas reformas neoliberais das quais a fração burguesa vinculada ao narcotráfico se beneficiou, se rearticulando e fazendo mais complexa a sua influência sobre o Estado e a sociedade. Os governos do período da redemocratização organizaram suas políticas de controle de drogas com base nas convenções internacionais das Nações Unidas e nos acordos com os EUA. Assim, as políticas proibicionistas foram implementadas e institucionalizadas no Estado boliviano, seguindo a cartilha do paradigma estadunidense.

²⁷ “En la UDP se agrupaban el MNRI, el MIR y el Partido Comunista. El MIR se fue a los tres meses de gobierno, volvió en abril de 1984 y, al poco tiempo, se retiró para siempre. Fue una coalición débil, evidenciada en una cifra asombrosa: 80 ministros y siete gabinetes en menos de tres años. El MNR, ADN y la Confederación de Empresarios Privados (CEPB), por derecha, y la COB, por izquierda, hicieron una oposición devastadora” (SIVAK, 2001. p. 245).

Com isso, a partir desse período começou a se configurar um modelo político na Bolívia, posteriormente conhecido como ‘democracia *pactada*’, no qual essa lógica de consenso e acordos entre os diferentes partidos foi feita para dar prioridade à luta contra as drogas. Porém, esse consenso questionável só existiu entre as elites econômicas e políticas que estavam expostas a pressões estrangeiras (STIPPEL; MORENO, 2018).

O governo de Victor Paz Estenssoro (1985-1989) lançou no seu primeiro ano o Decreto Supremo 21060, emblema das políticas neoliberais, que estabelece o antecedente político e econômico direto para as privatizações futuras e no qual contém um artigo que possibilita a lavagem de fortunas ilegais. Também lançou o *Plan Trienal de Lucha Contra el Narcotráfico* que, com o intuito de eliminar a produção de cocaína, ordenava a erradicação de cultivos excedentários de folha de coca através da política de substituição das plantações de coca por cultivos alternativos. Foram projetados planos compensatórios financiados por organismos externos - cooperação europeia, Nações Unidas e governo estadunidense. Mas, não cobriam nem a décima parte do capital que circulava na produção da folha de coca, além de estarem ligados a programas repressivos de erradicação (STEFANONI; ALTO, 2006; MORALES, 1996). Ainda, em 1987, foi criada a *Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico* (FELCN), com membros do exército e da Polícia Nacional, que tinha a única função de combater o tráfico de drogas, isto é, os cocaleiros.

Como citado anteriormente, os governos do período neoliberal se comprometeram com os EUA a erradicar os cultivos ilícitos de coca. A criação da *Unidad Móvil de Patrullaje Rural* (UMOPAR) junto com a Operação *Blast Furnace* (Alto Forno) marcam o apoio ao paradigma por parte dos governos da Bolívia. Em julho de 1986, foi posta em marcha dita operação com a presença estadunidense em território boliviano. Esta tinha o objetivo de destruir laboratórios na selva boliviana e tinha como principal alvo o rei da cocaína, Roberto Suárez.

Chegaram no aeroporto de Santa Cruz de la Sierra dentro de três aviões de transporte militar da força aérea estadunidense: helicópteros *Black Hawk*, veículos especializados e mais de uma centena de estadunidenses, sendo eles soldados, técnicos militares e agentes da DEA. Esta operação era acompanhada por oficiais e soldados da UMOPAR, força policial criada pelo governo boliviano para ações de combate ao narcotráfico (também conhecidos como Leopards), que eram financiados pelo governo dos EUA. Os resultados foram poucos laboratórios destruídos e vazios, um menor de idade preso e nenhum sinal do ‘rei’. Com isso, houve vários protestos da sociedade boliviana contrária à operação por representar uma submissão às determinações de Washington (RODRIGUES, 2014).

Esta intervenção fica ainda mais controversa quando explode o escândalo do caso ‘Huanchaca’. Em setembro de 1986, uma expedição científica comandada pelo naturalista Kempff Mercado descobriu uma enorme fábrica de cocaína, por acaso, no Alto Valle Huanchaca, localizado no nordeste de Santa Cruz²⁸. O líder da expedição foi assassinado na hora da aterrissagem junto com outros três cientistas, só um deles conseguiu escapar pela selva e denunciar o caso.

O investigador Rodas Morales (1996) nos mostra que uma das questões mais significativas deste escândalo é a maneira como operaram os organismos do Estado boliviano e a DEA. Narrada com detalhes, a sua pesquisa indica que a demora nos operativos de resgate a mando das autoridades bolivianas aconteceu com o intuito de ocultação e proteção dos envolvidos no caso. Porém, o autor argumenta que essa decisão veio por parte das autoridades estadunidenses, já que controlavam diretamente as operações de interdições na Bolívia e já tinham conhecimento da existência da fábrica em Huanchaca pelo menos três meses antes do escândalo.

Somente mais de 72 horas depois as autoridades bolivianas chegaram à fábrica, dado que os operativos de resgate e de intervenção armada no local foram se postergando e sendo abortados várias vezes. Enquanto isso, os protestos da sociedade boliviana iam se agravando com o passar do tempo, principalmente as manifestações em Santa Cruz de la Sierra, cidade natal do cientista e citada como capital do narcotráfico por Rodrigues (2014) e pelo Departamento de Estado dos EUA em um documento desclassificado sobre o perfil de Banzer (SIVAK, 1996). A revolta se acentuava pelo fato de no momento existirem forças militares estadunidenses no solo boliviano, da Operação *Blast Furnace*, com equipamentos de alta tecnologia especificamente para combater o narcotráfico.

Com isso, no debate público da sociedade boliviana aumentavam as críticas em relação às contradições da implementação da ‘guerra às drogas’ no seu território e à associação do Estado boliviano com o narcotráfico. Assim, Morales destaca a relação de negligência e proteção do Estado com o negócio das drogas e a relação de subordinação do Estado com as políticas imperialistas estadunidenses. Da mesma forma, o autor ressalta as peculiaridades do narcotráfico boliviano. Diferente do peruano e colombiano, mais violentos, na Bolívia seria um modelo empresarial quase pacífico. E, apesar do constante esforço dos EUA de categorizá-lo no espectro de ‘narcoterrorismo’, estaria longe de entrar nessa categoria. Dessa forma, a guerra

²⁸ Atualmente chamado de Parque Nacional Noel Kempff Mercado.

às drogas no país termina sendo aplicada quase exclusivamente contra os produtores de coca e os estratos mais baixos do negócio da cocaína (MORALES, 1996).

Nesta linha de raciocínio, vale voltarmos à ditadura de Banzer para destacarmos a sua relação com a região de Huanchaca e seus narco vínculos. Em 1976, junto ao seu Ministro de Assuntos *Campesinos*, foram cedidas terras da região de Huanchaca no marco de entrega irregular de terras mediante resolução suprema do governo, com a promessa de desenvolvimento da produção agropecuária. A máxima extensão permitida por lei, 50 mil hectares, foi concedida para vários beneficiários, dentre eles ministros, generais, majores, coronéis e tenentes do regime banzerista (SIVAK, 2001; MORALES, 1996).

Segundo Laguna (2013), essa entrega indiscriminada das terras implicou uma distribuição totalmente desigual, similar ou ainda pior que nos tempos coloniais: “Para 1984, o 2,71% dos proprietários controlavam 72,44% da terra em Santa Cruz (com propriedades de mais de mil hectares), enquanto o 74% dos proprietários (com 50 ou menos hectares) controlavam apenas 7% da terra do departamento” (LAGUNA, 2013, p. 35, tradução nossa).

No mesmo ano de 1976, comemorando o quinto aniversário do golpe, foram autorizadas as vendas destas terras. Vários dos proprietários as transferiram de forma real ou fictícia aos estadunidenses Ronald Bruce Von Lindenberg e Stephen Green, fundadores da empresa Nuevo Mundo Ltda. Dois filhos daquele primeiro foram presos por narcotráfico na casa de Abraham Baptista, Chefe da Direção de Investigação Nacional no *banzerato* conhecido por ser o contato entre os chefes militares e os principais narcotraficantes. Ao mesmo tempo, Lindenberg comprou um pequeno avião ao Coronel Ariel Coca no qual em cada viagem aos EUA ele voltava com grandes quantidades de dinheiro que oscilavam entre 100 mil e 500 mil dólares. O coronel depois foi vinculado ao narcotráfico ao ser capturado no Panamá com um carregamento de 100 kg de cocaína. Vale ressaltar que posteriormente seria denunciado que a fábrica de Huanchaca financiava os operativos dos *Contras* na Nicarágua, anteriormente citada (MORALES, 1996; SIVAK, 2001).

As conexões de Banzer com o narcotráfico são contínuas. Em 1985, ocorre um novo episódio que envolve o ex-ditador e o partido por ele criado: *Acción Democrática Nacionalista* (ADN). Antes das eleições desse ano, em que este ainda tinha chances de vencer, houve uma reunião na fazenda do narcotraficante Roberto Suárez, no Departamento do Beni. Nela estavam presentes, além do anfitrião, personagens da ADN, dentre eles o chefe da bancada de deputados Alfredo Arce Carpio. Na reunião, Suárez admitiu ter contribuído com 200 mil dólares na campanha eleitoral de Banzer e, após Suárez comentar que o principal problema que deveria ser resolvido era a lavagem de dinheiro, o chefe da bancada fez a seguinte declaração:

Se conseguirmos criar mecanismos legais para que esse dinheiro seja incorporado na economia, seria como dar luz verde à sua produção (...). Se criarmos instituições econômicas, um sistema financeiro para que o dinheiro sujo se transforme em dinheiro limpo, teremos feito o comércio funcionar. Não se trata de inventar um sistema econômico para ser usado apenas uma vez, mas permanentemente (SIVAK, 2001, p. 243, tradução nossa).

Toda essa reunião foi filmada secretamente e, em 1988, foram entregues ao Congresso os três vídeos que ficaram conhecidos como ‘narcovídeos’ pelo seu conteúdo. Banzer ficou em silêncio sobre o ocorrido e os adenistas foram expulsos ou renunciaram do partido.

Ainda em 1988, após o Plano Trienal de Estenssoro, foi aprovada a Lei 1008, *Ley de Régimen de la Coca y Sustancias Controladas*. Esta, como afirmado por Stefanoni e Do Alto (2006), “constitui o marco legal que regula as políticas estatais em relação à coca na Bolívia, sobre o qual se sustentaram as posteriores políticas governamentais” sobre controle de drogas (STEFANONI; ALTO, 2006, p. 30, tradução nossa). A lei determina que a detenção do acusado seria obrigatória ao abrir o processo por qualquer crime que se encaixe nesta, sem direito à liberação provisória. Mesmo pequenas quantidades de drogas levariam à prisão, presumindo-se a responsabilidade do acusado. Também, criou tribunais especiais para substâncias controladas e promotores destas substâncias. Com isso, os casos poderiam ser feitos com base em processos conduzidos pela FELCN e não era necessário seguir o procedimento ordinário, brindando base legal para violações dos direitos humanos.

A nova normativa distinguia três zonas de cultivos de coca: tradicional, sendo a área de produção anterior à conquista espanhola, principalmente nos Yungas de La Paz; excedentária, correspondendo às áreas de colonização recente mediante planos de desenvolvimento alternativo anteriormente citados, principalmente a área do Chapare, nos trópicos de Cochabamba; e a ilícita, sendo as zonas de cultivos definidas como ilegais, também sendo alvo a área do Chapare. Esta lei desatou a resistência dos sindicatos cocaleiros, tanto pelo aumento da repressão quanto pelo fato do desenvolvimento alternativo não ter sido uma verdadeira opção de sobrevivência para os produtores, ao contrário, representava a erradicação dos seus meios de subsistência (STEFANONI; ALTO, 2006; STIPPEL; MORENO, 2018).

Em 1994, durante o primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada²⁹ (1993-1997), foi lançado o *Plan de Acción Inmediata Opción Cero*, o qual continuou com as políticas de erradicação, agora vista como uma ‘opção zero’. Consequentemente, foram crescentes os

²⁹ Apelidado de ‘Goni’, foi presidente da Bolívia duas vezes. Seu segundo governo (2002-2003) é marcado por uma crise política causada pelas políticas neoliberais de privatização de recursos naturais. Renuncia em 2003 pelas constantes manifestações e repressões do Estado que estavam ficando insustentáveis e foge para os EUA, ficando no poder seu vice-presidente Carlos Mesa Gisbert, que acaba renunciando também posteriormente.

casos de enfrentamento entre os cocaleiros e as forças armadas. Segundo informes da Defensoria do Povo, a política de militarização do conflito teve como resultado, entre 1987 e 2002, 57 *cocaleros* mortos, 500 feridos por tiro e quatro mil detidos em celas policiais sem o devido processo (STEFANONI; ALTO, 2006). Em 1988, ocorre o Massacre de Villa Tunari, no Chapare, no qual 11 produtores de folha de coca são assassinados por protestar contra o uso de herbicidas na erradicação dos cultivos. De acordo com os sindicatos dos camponeses, os agentes responsáveis pelas mortes foram a UMOPAR e a DEA (SIVAK, 2008).

Como reação ao plano, camponeses e *cocaleros* organizaram a ‘*Marcha por la Vida, la Coca y la Soberania Nacional*’, na qual era exigida a retirada de militares e policiais das áreas de cultivo, a descriminalização da coca e a modificação da Lei 1008. Esta mobilização marca o começo de um ciclo de manifestações no país e representa “um momento fundacional para o imaginário do MAS” (*Movimiento al Socialismo*), partido do dirigente *cocalero* Evo Morales, que se tornaria presidente da Bolívia, posteriormente, em 2005 (STIPPEL; MORENO, 2018, p.279, tradução nossa). Mas, antes disso, o processo de militarização das políticas criminais alcançaria seu auge durante a nova presidência do ex-ditador Hugo Banzer, desta vez eleito, entre 1997 a 2002, com o ‘*Plan Dignidad*’ que será analisado na próxima seção.

3.3 A GUERRAS ÀS DROGAS COMO PARADIGMA DOMINANTE DOS GOVERNOS BOLIVIANOS (GOVERNO BANZER II)

Até 1997, nenhum ditador dos regimes militares latino-americanos dos anos 60 e 70 tinha voltado a governar democraticamente. No 6 de agosto desse ano, Hugo Banzer tornou-se novamente presidente da Bolívia, sendo o primeiro e único ditador militar desta época que conseguiu voltar ao poder por vias constitucionais. Neste país, as eleições presidenciais só se vencem com o voto popular se o candidato tiver mais de 50% dos votos, caso contrário, é levado para o Congresso decidir entre os três candidatos mais votados. Assim, apesar de Banzer ter recebido apenas 22% dos votos, ele foi eleito presidente com Jorge ‘Tuto’ Quiroga como vice-presidente. Isto aconteceu uma vez que foi feita uma grande coalizão de oito partidos, dentre eles o MNR, MRI e ADN, com os quais nas eleições anteriores o partido de Banzer já tinha estabelecido alianças³⁰.

³⁰ Em 1979 Banzer fundou seu próprio partido de direita, a Ação Democrática Nacionalista (ADN). Nas eleições presidenciais de 1985 a ADN obteve o maior número de votos (32,8%), mas no parlamento quem ganhou com maioria absoluta de senadores e deputados foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido do presidente eleito, Victor Paz Estenssoro. Assim, foi formado o *Pacto por la Democracia*, no qual a ADN assume

Um dos principais motivos da sua candidatura se devia à tentativa de querer abafar as denúncias de violação dos direitos humanos do seu primeiro governo *de facto*. O então deputado Marcelo Quiroga Santa Cruz, ícone da esquerda boliviana, liderava o julgamento de responsabilidades da ditadura Banzer, feito em 1979, e sofreu graves represálias pela sua busca por justiça para as vítimas da ditadura. No julgamento foram relatados 234 crimes infringidos pelo regime *banzerista*, os quais ficaram impunes até os dias atuais. Como afirmou o ex-presidente Paz Zamora, “o verdadeiro fundador de ADN é Quiroga Santa Cruz” (SIVAK, 2001, p.252, tradução nossa), uma vez que somente criaram o partido depois do começo do julgamento: não fosse pela necessidade de limpar sua imagem, o ADN dificilmente existiria.

Mas as tentativas de acabar com as denúncias não pararam por aí. Como referido acima, o deputado Quiroga Santa Cruz foi assassinado no ano seguinte ao julgamento, após o assalto à *Central Obrera Boliviana* (COB) durante o narcogolpe de García Meza em 1980, sendo previamente torturado. Seu corpo continua desaparecido. Este último ditador, diferente de Banzer, posteriormente foi julgado e condenado à prisão, dentre outros delitos, incluindo o assassinato a Quiroga Santa Cruz. Na prisão, ele afirmou que os assassinos eram paramilitares que receberam ordens de Banzer.

O Ministro de Interior e braço direito de Meza, Luis Arce Gómez, era o encarregado dos paramilitares. Ele já havia afirmado que os bolivianos que desobedecerem ao decreto-lei de Segurança Nacional “deveriam andar com o testamento debaixo do braço” porque seriam rigorosos e não haveria perdão (SIVAK, 2001, p.135, tradução nossa). Ele teve várias reuniões junto com o ex-ditador Banzer durante sua gestão, demonstrando a proximidade de Banzer ao regime do ‘*mezismo*’.

Ainda durante o seu novo mandato ‘democrático’, as tentativas de ocultar os crimes da ditadura que liderara continuaram. Banzer, por exemplo, obstruiu a investigação do juiz Costa Obregón sobre os restos do corpo de Quiroga Santa Cruz. O juiz sofreu com a falta de colaboração por parte do Ministério Público, não conseguindo prosseguir com a investigação. Este processo foi aberto pelos filhos de Quiroga, em 1997, dias antes da posse de Banzer, após a descoberta dos restos mortais de Ernesto ‘Che’ Guevara numa vala comum na selva boliviana.

No primeiro ano do seu mandato democrático, Banzer cometeu um enorme ato falho ao se referir às Forças Armadas. Em uma cerimônia, em Sucre (capital constitucional da

o controle das duas câmaras e, em troca, se compromete a apoiar as iniciativas do executivo nas câmaras, fazendo possível a governabilidade. Já nas eleições de 1989, após o MNR quebrar o Pacto pela Democracia com o ADN, foi estabelecido o *Acuerdo Patriótico* entre ADN (segundo lugar no voto popular) e MIR (terceiro lugar), no qual o Jaime Paz Zamora (MIR) e o Luis Ossio (ADN), ocupam o cargo de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Bolívia), o general-presidente começou o discurso falando: “Senhores paramilitares... perdão, pré-militares” (SIVAK, 2001, p. 76). Ironicamente, o discurso convocava os presentes a combater o narcotráfico. A militarização das políticas de controle de drogas dentro do regime democrático tem a sua maior expressão no governo de Banzer/Tuto (1997-2002). Em 1998 foi lançado o *Plan Dignidad*, o qual é baseado na prevenção, desenvolvimento alternativo, intervenção e erradicação das plantações ilícitas da coca excedentária.

A política de controle de drogas do seu governo tinha novamente o lema ‘Coca Zero’, definindo como principal objetivo a erradicação dos cultivos e utilizando-se da retórica de segurança nacional para justificar a militarização do combate ao narcotráfico, em um claro exemplo de securitização. No seu governo foi criada a Força Tarefa Conjunta (FTC), formada pelas forças armadas, a UMOPAR e reforçada com a força mercenária militar denominada Força Expedicionária, sob o mando de oficiais da Narcotic Agency Section (NAS) dos EUA. Em 1998, se coloca em marcha o Plano Zero, marco das operações da FTC, definido pelo governo e a embaixada estadunidense, que tem como finalidade a erradicação dos cultivos de folha de coca no Trópico de Cochabamba sem nenhum tipo de diferenciação entre as zonas de cultivo, anteriormente citadas, e também entre traficantes e camponeses. Porém, a constituição do Estado boliviano não reconhece nenhuma força armada irregular e, além disso, a Lei 1008 não menciona a erradicação forçosa, somente compensada e paralela ao desenvolvimento alternativo (ORTUÑO, 2003). Logo, essa força tarefa desde sua organização era inconstitucional.

As operações desta força tornam a região do Chapare em um centro de guerra combinando uma guerra de baixa intensidade com uma guerra psicológica, uma vez que tinha o objetivo de identificar e monitorar dirigentes e pessoas ligadas às organizações de produtores de coca. Dentro das suas ações incluíam deslocar, assediar e até mesmo eliminar os indivíduos que apoiavam os sindicatos cocaleiros. Dentro da lógica militar da FTC, a organização sindical campesina de produtores de coca do Chapare é vista como delinquente, estando junto ao objetivo da erradicação dos cultivos também o fim do sindicalismo. O *modus operandi* consistia em infiltrar seus agentes em organizações de *cocaleros*, fazer seguimentos dos meios de comunicação locais, departamentais e nacionais; incorporar indivíduos que tinham processos na lei para recompilar informação em troca de dotação de liberdade; obter informações mediante os técnicos que trabalhavam nas agências de desenvolvimento alternativo; além da prática de tortura a moradores e dirigentes detidos e sequestrados (ORTUÑO, 2003).

Após mais de uma década, a lei 1008 só se mostrou prejudicial aos produtores de coca e àqueles que estão em escalões inferiores no negócio da cocaína. Assim, enquanto os

traficantes de alto nível conseguiram evitar as prisões graças ao modelo empresarial de subornos estruturado com os altos escalões do Estado, os menos favorecidos enfrentaram detenções arbitrárias e encarceramentos prolongados sem julgamentos, com quase nenhuma chance de obter fiança. O pior período para os cocaleiros do Chapare foi no governo Banzer/Tuto. Com as erradicações forçadas implementadas nesse período, não somente os produtores sofriam nas mãos da polícia, mas também as famílias camponesas da região foram colocadas em uma grave crise econômica quando os programas de desenvolvimento não conseguiram acompanhar o ritmo da erradicação forçada (FARTHING; KOHL, 2010).

Deste modo, é possível perceber que o acionar das forças armadas nos conflitos sociais na verdade significava a militarização contra os movimentos sociais, retornando a práticas militares dos anos da ditadura, com assassinatos, torturas, perseguições, desaparecimentos, vigilância, intimidação e violações aos direitos humanos. Nunca foi parte das políticas do governo Banzer o respeito a essas entidades. E, mesmo governando em um regime democrático, continuou com as mesmas práticas de outrora, sendo justificadas pela retórica da segurança nacional, porém agora com o argumento de lutar contra o narcotráfico. E, desnecessário lembrar, continuando com a tradição de seguir as políticas ditadas pelos EUA.

Da mesma forma como o discurso do governo dos EUA estabeleceu o narcotráfico como uma ameaça à segurança nacional e internacional, com a política de ‘guerra às drogas’ os governos bolivianos, principalmente os de Banzer, definiram não somente o narcotráfico como a ameaça a ser combatida, mas os produtores de coca como seus inimigos declarados. Em 2001, o ex-ditador fez a seguinte declaração para a imprensa:

A mí no me han puesto en el gobierno los cocaleros, ellos no me pueden exigir absolutamente nada. Lo que yo les tengo que decir a ellos es que cumplan la ley 1008 y dejen de sembrar coca y hacer cocaína (...). Las expresiones que me preocupan son la de los cocaleros, porque con ellos no se puede negociar, ellos quieren que negociemos la coca libre, que se siga plantando coca en el Chapare y en toda el territorio nacional. O sea, romper la ley 1008 y eso no es negociable, simplesmente no vamos a dialogar (THE ASSOCIATED PRESS, 2001, La Paz, grifo nosso).

Banzer se refere aos produtores de coca do mesmo modo que os EUA se referem aos ‘terroristas’, afirmando que não haverá diálogo. Este discurso iguala a produção da folha de coca e a produção da cocaína, continuando a difundir a mesma narrativa simplista e preconceituosa sobre a folha de coca. Com essa retórica, Banzer fomenta a política de segurança nacional, colocando a produção da folha como o principal problema do narcotráfico e a principal ameaça a ser combatida. Seguindo a teoria de securitização de Weaver, apresentada anteriormente, é possível ver como através desse ‘ato de fala’, Banzer reforça ao público o

‘perigo’ que produtores representam, gerando assim, endosso da sociedade boliviana (principalmente da região da Meia Lua) às políticas repressivas, através do pânico induzido a fim de poder justificar a militarização e os abusos causados.

Dessa forma, constata-se que os programas de desenvolvimento alternativos serviram como tentativas para legitimar as ações militares e policiais, financiadas pelos EUA, ao colocar uma face amigável numa política repressiva destinada a erradicar os meios de subsistência de *campesinos* empobrecidos e demonizar uma folha que faz parte da ancestral cultura andina. Portanto, é importante destacar que os interesses das políticas estadunidenses se encontram com os interesses das elites bolivianas e, através de retóricas controversas que deliberadamente distorcem o tema, resultaram no ataque a corpos e culturas específicas. No próximo capítulo será analisada a cultura andina da folha de coca, a sua diferença com a cultura oriental boliviana e como o preconceito presente em relação àquela se mistura com as políticas repressivas da ‘guerra às drogas’, ao dar um substrato social e identitário racista às políticas repressivas do paradigma da Guerra às Drogas na Bolívia.

4 FOLHA DE COCA, PRECONCEITO SOCIAL E GUERRA ÀS DROGAS NA BOLÍVIA

Infelizmente, as pessoas que não conhecem muito a Bolívia pensam que somos todos apenas índios [...] pessoas pobres e pessoas muito baixas e índias Eu sou do outro lado do país, [...] somos altos e somos brancos e sabemos inglês (Miss Bolívia 2004 Gabriela Oviedo apud FLESKEN, 2013, p.17).

Durante séculos a folha de coca fez parte da cultura milenar da região Andina do país e tem sido utilizada para alimentação, além de fins medicinais, sociais, ritualísticos e religiosos. Na Bolívia, é normal encontrar grandes sacas de folha de coca à venda nos mercados populares ao lado de outras ervas e produtos típicos. A produção e comercialização da folha é não somente normal como perfeitamente legal. Além da sua importância cultural, a coca também é um cultivo de alta produtividade e rentabilidade que se destaca pelo maior valor econômico em relação a outros cultivos, sendo parte do sustento de milhares de famílias.

Após entender a realidade internacional e estatal, este capítulo propõe examinar o paradigma no âmbito da sociedade boliviana, analisando o preconceito social existente em relação a esta folha. Mais especificamente, o preconceito racial contra os indígenas andinos do país (que tradicionalmente fazem uso da coca) e como esse racismo serve à política de ‘guerra às drogas’ por contribuir com a estigmatização dos cocaleiros, principais alvos dessa política que os retrata como narcotraficantes.

Para entender a sociedade boliviana será feita uma breve contextualização da formação geo-histórica do país, constatando a divisão regional entre Ocidente e Oriente. A partir disso, será analisada a construção social e cultural das sociedades bolivianas, identificando a criação de um imaginário coletivo preconceituoso em torno de duas Bolívias: uma indígena e atrasada e outra branca e moderna. Assim, serão estudadas as narrativas racistas ao redor dos movimentos autonômicos crescentes na região da Meia Lua, com maior destaque em Santa Cruz, para mostrar o imaginário fabricado ao redor de um desprezo visceral ao indígena andino e seus costumes.

Assim, esse racismo encontra-se com as políticas de ‘guerra às drogas’ e funciona como instrumento para justificar as repressões contra o elo mais frágil do circuito do narcotráfico de cocaína: os cocaleiros, majoritariamente indígenas andinos. Com isso, finalmente, será analisado o estigma social da equiparação da folha de coca com a cocaína e, como

consequência, do cocaleiro com o traficante. Para, assim, constatar a contribuição do pensamento racista anti-indígena andino como sustentáculo das políticas de ataque aos produtores de folha de coca da ‘guerra às drogas’.

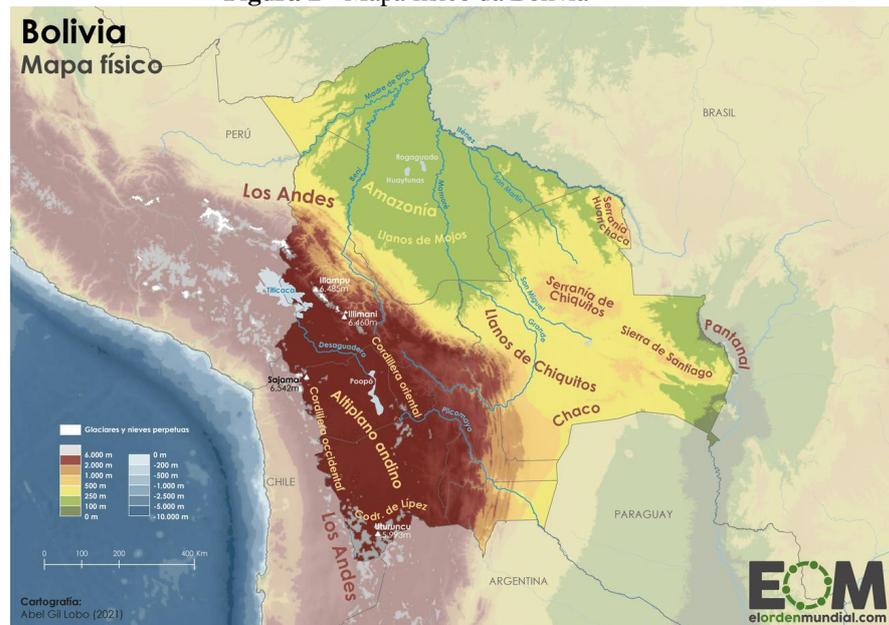
4.1 A FOLHA DE COCA NAS ‘DUAS BOLÍVIAS’: OCIDENTE E ORIENTE OU *COLLAS VERSUS CAMBAS*

A Bolívia é geralmente retratada internacionalmente somente como um país andino com uma influência cultural incaica. Esta percepção gera um ressentimento em parte dos habitantes da região Oriental do país, que não compartilham da mesma cultura andina³¹. Assim, não se identificam com essa cultura e se consideram em sua maioria brancos, descendentes de europeus, ou ‘*mestizos*’³². Essa divisão, em primeiro lugar, foi uma consequência geográfica, mas atualmente é uma questão cultural com principal fundamento na raça. Esta questão é primordial para conseguir entender o preconceito racial existente na Bolívia, principalmente o preconceito da região Oriental denominada ‘Meia Lua’, majoritariamente branca ou *mestiza*, contra a região Ocidental do país, constituída majoritariamente por indígenas andinos ou descendentes dos mesmos (Figura 1). Assim, vejamos como o país é composto geográfica, social e culturalmente, para melhor entendimento das problemáticas sociais que nele se inserem.

³¹ A cordilheira dos Andes é considerada, por estes, uma divisão geográfica entre os domínios coloniais do Vice-Reino do Peru (área das terras altas com influência da cultura dos Andes, antigamente dominada pelo Imperio Inca) e o Vice-Reino do Rio da Prata (área das terras baixas com influência da cultura do Chaco). Posteriormente, partes das duas regiões, a antiga região do Alto Perú e parte do antigo Vice-Reino rio-platense, constituíram o que hoje conhecemos como Bolívia.

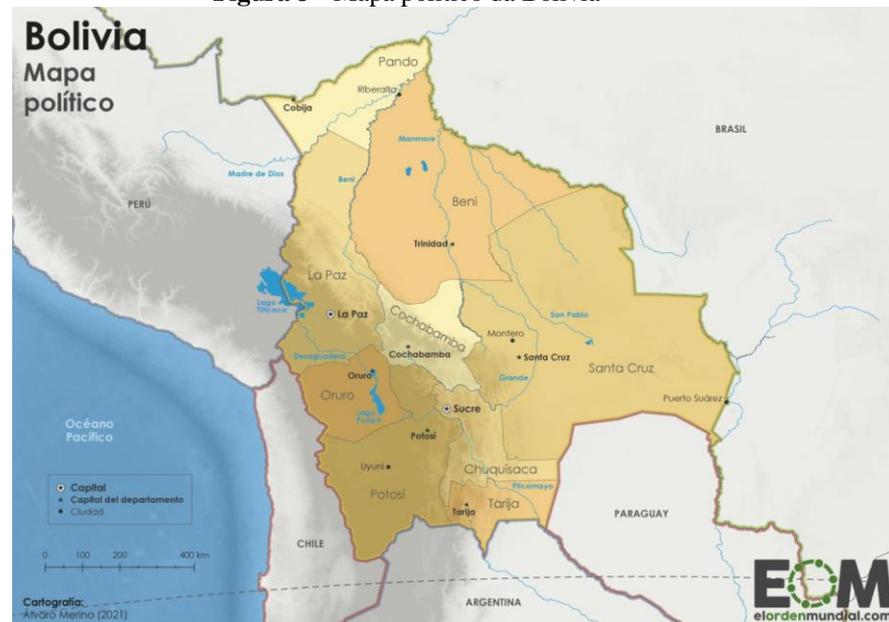
³² Denominam-se de *mestizos* aqueles que se consideram descendentes de espanhóis brancos (europeus no geral) e de indígenas orientais (guaraní, chiquitano, entre outros).

Figura 2 - Mapa físico da Bolívia



Fonte: Lobo, 2021.

Figura 3 - Mapa político da Bolívia



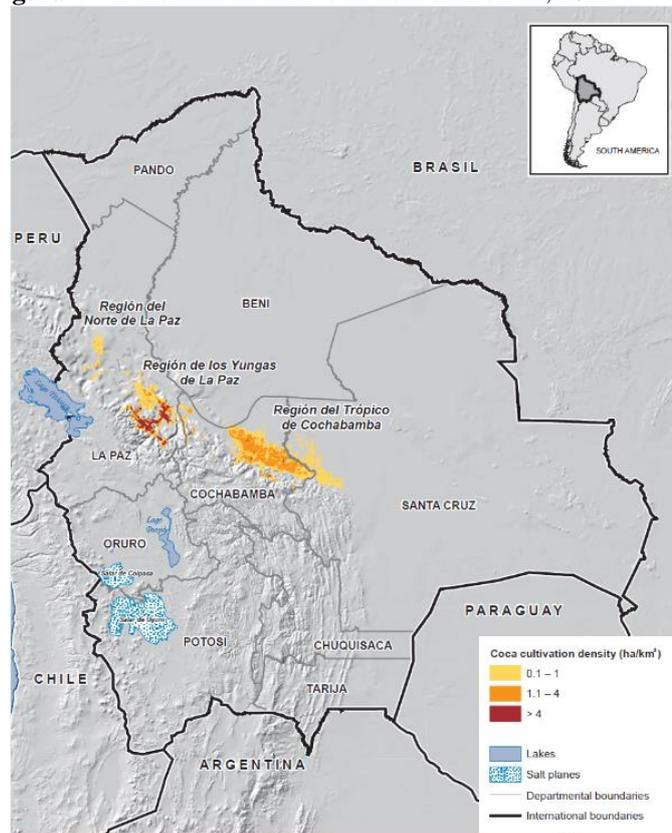
Fonte: Merino, 2021.

Já a capital constitucional do país é Sucre, também capital do departamento de Chuquisaca, e se encontra na região Sub-andina ou *Valles*. Encontra-se no centro-sul do país e é a região intermediária entre os Andes e o Oriente. Possui uma altura média de dois mil metros acima do nível do mar, um clima semi-tropical, semi-árido e culturalmente tem influência tanto andina como oriental. Abarca os departamentos de Cochabamba, Chuquisaca e Tarija. A maior cidade é a capital de Cochabamba, de mesmo nome. Cochabamba também é conhecida por

abarcam hoje a maior área de cultivo de folha coca do país: o Chapare, região tropical e subtropical que a partir da década de setenta teve uma grande expansão do cultivo.

É seguida pela região de cultivo tradicional de Yungas, ao sul de La Paz (Figura 4). Esta área de cultivo tornou-se em um dos principais locais atacados pelas políticas de erradicação e repressão militarizada da ‘guerra às drogas’ perpetuada pelo Estado boliviano e pelas intervenções estadunidenses no país. As implicações da região no contexto político serão analisadas no último subcapítulo (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Figura 4 – Densidade de cultivo de coca na Bolívia, 2022



Fonte: UNITED NATIONS - UNODC, 2024.

No Nordeste se encontra a parte dos Llanos (Oriental). Como o seu nome indica, é uma planície conhecida como ‘terras baixas’, com uma altura média de 400 metros acima do nível do mar. Possui um clima úmido tropical, a maioria da sua população se identifica como branca ou ‘mestiza’, ainda que 25% da sua população se considere indígena (guarani, chiquitano, mojeño, dentre outros). Culturalmente, tem em maior parte influência do Chaco e da Amazônia. Abarca os departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz e sua maior cidade é a capital Santa Cruz de la Sierra, considerada a atual potência econômica agro-industrial do país. Outra questão regional importante de ressaltar é que os povos das terras baixas bolivianas se denominam de

‘*cambas*’, em contraposição aos ‘*collas*’ das terras altas andinas, geralmente denominados de esta maneira de forma pejorativa, referindo-se aos indígenas andinos como inferiores³⁴.

Esta pequena contextualização se faz necessária uma vez que é importante destacar que o uso da folha de coca faz parte da cultura milenar andina, sendo um costume tradicional dos indígenas andinos do país, mas não dos indígenas orientais. Isto não significa que não exista o uso da folha no Oriente. Atualmente a folha é utilizada no país inteiro, mas foi um uso adquirido posteriormente pelo grande fluxo migratório do ocidente para o oriente desde a metade do século passado, com a Revolução de 1952.

Esta diferenciação é essencial para entender que o preconceito em relação à folha de coca é fundamentalmente um preconceito em relação ao indígena andino e seus costumes. Esse é um dos motivos pelo qual os produtores de folha de coca são uns dos indivíduos que mais sofrem racismo no país. Uma vez que, além das violências estruturais sofridas pelo preconceito racial direcionado às suas etnias (a maioria são quéchuas e aymaras), eles sofrem as consequências das políticas antidrogas: são constantemente caracterizados como narcotraficantes e atacados fisicamente pelas políticas de erradicação do cultivo forçada e militarizada por parte do Estado (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

O uso da folha de coca na Bolívia antecede a própria formação do país. Remete à época pré-colombiana, antes da colonização europeia. O registro mais antigo sobre o seu uso tem mais de quatro mil anos de antiguidade. Na visão das antigas civilizações andinas, o homem possui direta relação com a natureza. Sua postura é de respeitá-la e conviver com ela: a folha de coca não pertence ao homem, mas o homem pertence à folha de coca, pois é ela que cuida dos povos autóctones da região (QUISPE, 2020).

As maneiras mais comuns do consumo de coca são o chá da folha e o *acullico* (*picheo* ou *boleo*), que seria o que é chamado de mastigação da folha. Mas, melhor explicado, consiste em colocar as folhas no lado da boca para a absorção do seu suco, até formar um *bolo* que se mantém na boca e vai sendo absorvido paulatinamente até perder o sabor (Figura 5). Esta técnica de consumo funciona como um leve estimulante, ajuda a reduzir a fome, sede, sono, fadiga e facilita a digestão, além de possuir vitaminas e minerais, sendo amplamente usada

³⁴ Antigamente o termo ‘*camba*’ também possuía uma conotação pejorativa, uma vez que se referia aos indígenas orientais. Porém, atualmente a denominação foi inserida na memória histórica do *cruceño* como símbolo de orgulho da mestiçagem do ‘conquistador’ espanhol com o ‘forte’ indígena guarani. Assim, o termo foi politizado para causar um sentimento de união regional. O termo ‘*colla*’ deriva da palavra *collasuyo* que era uma das quatro divisões do Império Inca, parte desta corresponde à atual região andina da Bolívia. Vale ressaltar que este é um termo ambíguo: “Embora no discurso politicamente correto se diga que “*colla*” se refere a todas as pessoas do ocidente do país (incluindo os “brancos”), a verdade é que o seu uso mais honesto e significativo aponta essencialmente para o “índio” das terras altas” (LAGUNA, 2013, p. 46, tradução nossa).

como medicina nos Andes (QUISPE, 2020; FARTHING; KOHL, 2010). Também ajuda a mitigar os efeitos da altitude, sendo muito úteis no dia-a-dia das regiões montanhosas andinas.

Figura 5 - Ilustração da mastigação de folha de coca



Fonte: Abya Yala Soberana, 2024.

Na cultura indígena andina, o consumo da folha também remete ao trabalho. Tradicionalmente acompanha trabalhos de grande importância na região, como na agricultura e na mineração. Portanto, acaba sendo uma atividade praticada majoritariamente entre camponeses e habitantes rurais, dentre eles os cocaleiros (cultivadores e coletores das folhas de coca), que se encontram nas classes mais pobres da sociedade. Porém, desde a implementação das políticas neoliberais nos anos 1980, tem se intensificado o fluxo de migração do meio rural ao meio urbano, pelo aumento da pobreza no campo e as demissões massivas nas regiões de mineração (SOUSA, 2006). O que significou também um deslocamento populacional do Ocidente para o Oriente, pelos polos urbanos crescentes na região.

Assim, atualmente, o uso da folha não acontece somente no meio rural. Na cidade, o *acullico* é também muito comum. Segundo o pesquisador sobre sociedades andinas Rosinaldo de Sousa (2006 p. 42), “na Bolívia, a coca é consumida por taxistas, trabalhadores da construção civil, estudantes, universitários, intelectuais, agricultores, mineiros, políticos e outros”. Assim, o consumo é praticado por todas as classes. No entanto, nas classes mais populares urbanas é possível ver seu uso no dia-a-dia de trabalho, já dentre as elites econômicas seu uso é mais restrito ao âmbito privado, alguma festa ou quando estão no campo (QUISPE, 2020).

É importante ressaltar que a folha foi cultivada em grande escala pela primeira vez na época colonial pelos comerciantes espanhóis, que precisavam abastecer o consumo de coca dos indígenas forçados a trabalhar nas minas de prata de Potosí para, assim, conseguir explorá-los mais, obrigando-os a trabalhar grandes jornadas que só seriam possíveis com o uso contínuo da

folha (VAZUALDO, 2014; FARTHING; KOHL, 2010). Dessa maneira, é possível ver que, dentro da sociedade boliviana, o imaginário sobre a folha de coca, além de possuir o componente de raça, também se mistura com a questão de classe, como aliás é a regra dentro do paradigma da ‘guerra às drogas’ desde seu início, conforme visto no capítulo 2.

Isto se torna explícito no Oriente boliviano, especificamente em Santa Cruz de la Sierra, onde o uso da folha de coca foi uma atividade trazida pelas migrações da população ocidental, que em grande parte se assentaram nas periferias da cidade. Dessa maneira, como relatado acima, o seu uso é restrito para o âmbito privado entre a elite e a classe média, em sua grande maioria brancos ou autodenominados ‘*mestizos*’, enquanto entre as classes menos favorecidas economicamente, na sua maioria pessoas racializadas, o seu uso é público e mais cotidiano (SOUSA, 2006).

Dentre a população local tem se adaptado o consumo da folha sem tomar em conta o seu significado cultural. Os ritos e costumes tradicionais são desconhecidos pela população cruceña, ou não praticados, e seu consumo é mais relacionado ao efeito extasiante que a folha ocasiona, de conseguir ficar mais acordado, sem fome e menos cansaço. Porém, por mais que exista o hábito de *bolear* nessa cidade, é geralmente visto como vulgar ou desagradável, relacionado ao forte cheiro da planta ao ser consumida, muitas vezes misturada com bicarbonato para potencializar seu efeito. Assim, seu uso é comumente caracterizado como de mal cheiro e asqueroso por parte das classes médias e elites locais, razão pela qual o seu consumo fica mais restrito ao contexto privado dentre as classes mais privilegiadas. Um dos principais motivos dessa visão pejorativa sobre a folha se deve ao fato de ser um costume não próprio da cultura local, sendo comum ser desprezada por ser uma prática associada aos ‘*collas*’ (ANTELO; SCHULMEYER, 2021).

Desse modo, na próxima seção será apresentado um panorama da formação cultural do Oriente boliviano, com enfoque na sociedade *cruceña*, para melhor entendimento da criação desse ‘inimigo’ externo – indispensável a qualquer contexto de ‘guerra às drogas’ - e seu exacerbado discurso em torno à raça. A escolha de enfocarmos na sociedade de Santa Cruz de la Sierra deriva das enraizadas e crescentes manifestações racistas [contra o indígena andino e seus costumes](#) presente na cidade, principalmente a partir dos anos 90, quando os movimentos sociais contra as reformas neoliberais vinham ganhando força em todo o país. Naquela altura, destacavam-se os movimentos *cocaleros*, que resistiam à erradicação forçada do cultivo de folha imposta pelos governos nacionais e patrocinada pela DEA.

4.2 FORMAÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE BOLIVIANA: MIGRAÇÕES AO ORIENTE

Até a metade do século XX, a região Oriental tinha sido relativamente ignorada pelo Estado central. Com uma economia baseada na extração de minérios, em primeiro momento prata e posteriormente estanho, os interesses do Estado não recaíam nas vastas áreas do Leste, mas sim nas serras do ocidente. Com isso, por todo esse período até a década de 1950, em Santa Cruz a formação econômica baseada no agro possuía praticamente as mesmas condições do tempo da colônia, com uma estrutura hierarquizada, latifundiária, patrimonialista e baseada na escravização do indígena oriental.

A partir do crescimento da economia da borracha em Santa Cruz, no começo do século XX, essa região se insere no mercado mundial e a sua elite entende esse *boom* gomeiro como a chegada da modernidade. Assim, param de projetar-se como província colonial e passam reclamar a sua participação no desenvolvimento e na aclamada modernidade, com um discurso regionalista contrário ao governo centralista ‘*colla*’ que em sua visão sempre os marginalizara.

Essa estrutura que se baseava na terra como fonte de riqueza e na sistemática exclusão dos indígenas através de um discurso racista, formou não apenas a base da elite cruceña, mas a de todas as elites regionais do país. Com a Revolução de 1952, se concretiza a ruptura desse sistema desfazendo as bases econômicas da elite senhorial do Ocidente boliviano ao expropriar minas e fazendas e democratizar o poder político. No entanto, os efeitos da revolução foram completamente diferentes na região Oriental. O governo do MNR promoveu em Santa Cruz um modelo de desenvolvimento agroindustrial, no intuito de construir uma burguesia nacional e abastecer o mercado agrícola interno. Como resultado, grandes investimentos foram feitos para transformar a elite tradicional *cruceña* em uma burguesia agrária, mantendo seus privilégios intactos e influenciando tanto a economia quanto a ideologia da região (LAGUNA, 2013; LOWREY; 2006).

O autor do livro ‘*Los enemigos del alma: Élite terrateniente y discursos racistas en Santa Cruz*’ (2013), Arián Laguna, descreve como em Santa Cruz seguiu-se um modelo de desenvolvimento capitalista tipo *junker*, conceito proposto por Lenin e retomado pela linha marxista, que analisa a transição de uma produção agrícola feudal para uma capitalista e as consequências materiais e ideológicas desse processo. Esse modelo modernizou a produção e estabeleceu salários, ao mesmo tempo que manteve as relações de poder hierarquizadas da era colonial, com a classe dominante se transformando em capitalista através do poder estatal, sem mudanças democráticas. Assim, a elite *cruceña*, ao se converter em classe capitalista, preservou

seu núcleo autoritário e racista, perpetuando um discurso explicitamente racializado e hegemônico que reflete as lógicas patrimonialistas em um contexto capitalista. O que o autor chama da “via reacionária da transição ao capitalismo” (LAGUNA, 2013, p.32, tradução nossa).

Dessa maneira, é essencial o papel que o Estado central teve na construção do capitalismo em Santa Cruz. As fazendas na região foram protegidas por serem o início das futuras empresas agrícolas capitalistas. Houve uma série de projetos rodoviários para integrar a cidade ao resto do país e ao exterior. Além disso, como constatado no capítulo anterior, nos governos militares, principalmente na ditadura Banzer, o trato privilegiado à economia cruceña fez com que fosse consolidada a classe capitalista agropecuária em Santa Cruz com a dotação indiscriminada de créditos e terras, em grande medida a conhecidos pessoais do ditador (LAGUNA, 2013; GUEVARA, 2008; LOWREY, 2006).

Esta distinção é importante uma vez que um dos principais argumentos das elites cruceñas, até os dias de hoje, é que Santa Cruz sempre foi abandonada pelo poder central. Isto poderia ser argumentado até a década de cinquenta, porém se torna uma meia verdade na medida em que, a partir da revolução, o Estado torna-se o principal propulsor do crescimento agropecuário na região (Plano Bohan). E, no período militar, esse papel é ainda mais aprofundado (GUEVARA, 2008). Isto teve uma enorme importância para que atualmente Santa Cruz seja o maior polo agroindustrial da Bolívia, não sendo possível constatar a narrativa ‘*self-made*’ que tanto usam para enaltecer a identidade *cruceña* e se diferenciar do Ocidente.

Outro pilar do projeto do MNR foi o incentivo das migrações ao leste do país, com o intuito de redistribuir a densa população da região andina e dos vales e pela necessidade de força de trabalho para a crescente empresa agrícola cruceña. Em vista disso, desde a metade do século passado, começa o processo de grandes fluxos de migração do Ocidente para o Oriente, que foi ainda mais acentuado, posteriormente, na época neoliberal.

Deste modo, a mão de obra de *campesinos* que provinham do altiplano e dos vales foi central para o desenvolvimento capitalista cruceño. Esses denominados colonos acabaram se assentando nas regiões mais periféricas da cidade, se tornando provedores de força de trabalho para a agroindústria crescente ou fornecedores de sua própria produção para usinas de algodão, sempre em condições extremamente mais desfavoráveis que os grandes produtores. Foi a partir deste encontro que o discurso contra os ‘invasores *collas*’ foi se intensificando no Oriente, junto com a necessidade de definir a identidade *cruceña* ou ‘*camba*’, entendida a partir da diferenciação com o ‘outro’, precisamente o ‘*colla*’.

Anteriormente entendida de maneira pejorativa, a denominação ‘*camba*’ se referia ao indígena oriental e aos homens do campo mais pobres e em geral de pele mais escura, vistos

como inferiores pelas elites brancas de suposta origem hispanânica (GUEVARA, 2008). Dessa maneira, o ‘nós’ da identidade cruceña desde a época colonial se baseava na identificação com o espanhol em termos raciais e tinha como elemento contrário, o ‘outro’, aqueles de raças vistas como inferiores dentro de um discurso darwinista social. Nesse sentido, se constrói dois modelos contrapostos, o da Santa Cruz hispânica e harmônica e, em contrapartida, o estado de crise turbulenta causado pela chegada dos indígenas e migrantes na cidade:

[A cruceña] É a única população boliviana que não fala, nem nunca falou, outro idioma além do castelhano; também foi a única de pura raça espanhola, e se orgulhava disso.

[...]

O povo guardava eterna aversão contra o colla (altoperuano), o camba (castas guaranis das províncias departamentais e do Beni) e o português (brasileiros fronteiriços, quase todos mulatos ou zambos). Daqui vem o artigo inviolável da doutrina popular cruceña: Os inimigos da alma são três: colla, camba e português.

[...]

Encontramo-nos pela primeira vez na história com dois turbilhões invasores do claro manancial: um que vem da serra e outro que flui do cercado e das províncias indígenas do departamento; de um lado, o mestiço altoperuano e, do outro, o índio guarani; ambos prosperando rotineiramente um pouco o comércio de Santa Cruz, mas também contaminando de consumo, com os glóbulos amarelos de seu sangue, a linfa azul do sangue cruceño.

(Gabriel René Moreno no livro Nicomedes Antelo, [s.d.], apud LAGUNA, 2015, p. 25 e 26, tradução e grifo nosso).

Com isso, a partir das afirmações de Gabriel René Moreno³⁵, é possível observar a grande ênfase dada à raça na construção da identidade *cruceña*. Dado que a colonização no Oriente aconteceu mediante o confronto permanente da elite contra o indígena oriental (através da captura e, em muitos casos, do extermínio), eles eram percebidos como a ameaça direta dessa classe senhorial. Só existiram encontros esporádicos com o indígena andino. Embora houvesse pouco contato, restava ainda muito desprezo. Nesse sentido, a submissão das populações indígenas do Oriente e o orgulho com que a historiografia de Santa Cruz enfatiza esse feito resultaram em uma mudança discursiva na qual o *colla* gradualmente passou a ocupar o lugar que antigamente pertencia ao *camba*, ou seja, a figura do indígena selvagem e belicoso como ameaça. Como resultado, se estruturaram dois tipos de indígenas no imaginário da elite

³⁵ Considerado o ‘príncipe dos escritores bolivianos’ ou “maestro da historiografia do oriente boliviano” como citado pelo escritor cruceño Alcides Parejas Moreno (2019, p. 343, tradução nossa). René Moreno foi um historiador, bibliógrafo, crítico literário e educador renomado boliviano, nascido em Santa Cruz de la Sierra no século XIX. A quarta maior universidade pública da Bolívia, e a maior de Santa Cruz, leva o seu nome, a Universidade Autónoma Gabriel René Moreno (UAGRM). E, além disso, seu retrato aparecia na nota de 100 bolivianos até 2018, quando foi feita a nova série de notas do Estado Plurinacional da Bolívia. Até os dias atuais continua sendo homenageado e não causa alvoroço na sociedade os seus textos que explicitamente demonstram um racismo científico.

cruzenha, o bom selvagem (indígena oriental) e o bárbaro indomável (indígena andino), pensamento que será contínuo na ideologia cruzencha e explica o constante sentimento de assédio dos ‘invasores *collas*’ que se expressa nos discursos das elites (LAGUNA, 2013).

Assim sendo, a partir da década de 1950, o discurso regionalista ressurgiu e com ele nasceu o ‘mito de origem’ do *camba* transformando o significado da palavra para a qual é usada nos dias de hoje, como sinônimo de *cruceño mestizo* (também usada para se referir aos nascidos na região Oriental). Em 1950, como resposta conservadora a um levantamento do MNR no ano anterior, é fundado o Comitê Cívico Pró Santa Cruz (CCPSC)³⁶, entidade regional entendida como o ‘governo moral’ do departamento. Criada com o objetivo de defender os interesses locais frente ao Estado e de reivindicar seus direitos de infraestrutura, saneamento e serviços básicos de água e luz dos quais a região ainda não usufruía. Seus principais propulsores foram a Falange Socialista e os dirigentes da Federação Universitária Local (FUL) departamental, dois setores de ideologia radicalmente conservadora, senão fascista. Tinha grande apoio das elites pelo medo das possíveis ações do MNR na região que poderiam fazê-las perderem seus privilégios materiais, o que não aconteceu, como relatado anteriormente (LAGUNA, 2013; LOWREY, 2006).

Isto posto, é nessa época que se faz necessário adaptar o significado do que é ser *camba* para conseguir construir um discurso regional que unificasse todas as classes cruzenchas. Nessa perspectiva, nasce o mito de origem do *camba* como sendo o encontro de dois ‘gigantes’: o conquistador espanhol e o nobre guerreiro guarani, ainda que com uma maior predominância racial do espanhol branco. Assim, os intelectuais cruzenchos dos anos cinquenta desenterraram um artigo de 1917 que narra academicamente um encontro belicoso entre os indígenas guaranis (de terras baixas) e o Império Incaico (andino) na base da Cordilheira dos Andes, no começo do século XVI, para convertê-lo em uma inspiradora história de ‘resistência’ guarani à expansão incaica, confronto do qual os indígenas cambas saem gloriosamente vitoriosos³⁷. Daí surge o mito de que o indígena andino “*no pudo bajar*”³⁸ por causa da valentia e coragem do indígena oriental, embora não seja possível evidenciar se realmente existia o desejo de expansão dos incas para o território guarani ou se somente foi o resultado de uma incursão nas extremas margens do território inca por indígenas guaranis em busca de implementos de metal (LOWREY, 2006, p. 68).

³⁶ Interessante destacar sua criação a partir da Falange Socialista, já que a CCPSC, da mesma forma como a FSB, apoiou o golpe de Banzer de 1971.

³⁷ ‘The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century: An Historical Indian Migration’ (1917), escrita pelo etnólogo sueco Erland Nordenskiöld (LOWREY, 2006).

³⁸ “Não conseguiu descer” (LOWREY, 2006, p. 68, tradução nossa).

Em vista disso, o discurso *cruceño* identitário do *camba* deixa de lado o indígena de terras baixas como inimigo e o passa a considerar como elemento constitutivo da identidade regional, produto da necessidade da Santa Cruz moderna em unificar a região e construir um inimigo em comum ainda definido racialmente: o ‘*colla* incaico’³⁹.

Outro fator fundamental na construção da identidade cruceña e a narrativa do inimigo externo/interno são as lutas cívicas dos anos cinquenta. Entre 1957 e 1959, Santa Cruz viveu uma série de conflitos entre regionalistas e milícias do MNR. Em outubro de 1957, foi fundada a União Juvenil Cruceñista (UJC) por Carlos Valverde Barbery, líder da FSB citado no capítulo anterior, o qual afirma:

Nós estávamos indo, a UJC, praticamente para fazer uma guerra de guerrilhas, porque é bom dizer de forma muito clara que a UJC foi fundada para ser o braço armado do CCPSC. Não apenas para a luta de rua, mas também para a questão da mentalidade. Além disso, garantir que o povo esteja completamente de acordo e apoie militantemente o CCPSC (HISTORIA de la Unión Juvenil Cruceñista, Carlos Valverde Barbery em entrevista, 2019, tradução nossa).

Em 1958, como consequência de uma tentativa de golpe de Estado gestado pela FSB, o governo central enviou milícias campesinas desde Ucuireña (Cochabamba), obrigando a rendição dos setores cruceñistas, sendo assassinados quatro membros da FSB no que ficou marcado na história cruceña como Massacre de Terebinto (MORENO, 2019; LAGUNA, 2013; EL DEBER, 2017). Este fato tem sido incorporado na construção da identidade *cruceña* como comprovação da ‘selvageria’ do indígena andino e seus atentados contra Santa Cruz e é sempre lembrado para defender a narrativa do inimigo externo, o ‘nós’ contra o ‘outro’.

Dessa maneira, através desses processos históricos de migrações para o oriente e os incidentes em Terebinto, o regionalismo em Santa Cruz estabelece o *colla* como o inimigo principal da região. Isto é possível observar no ponto de vista de um dos ex-presidentes do CCPSC, Carlos Dadboud Arrien⁴⁰:

³⁹ “Se o “chiriguano” (indígena guarani) pode ser incluído como elemento constitutivo do *camba*, é porque houve um processo de subsunção violenta dos povos das terras baixas ao poder *junker* cruceño e, nesse sentido, não se constitui como um perigo; é, na verdade, um adorno étnico da identidade regional. O “*colla*”, por outro lado, é um elemento sempre alheio que nunca foi subsumido pelo poder *junker* e, portanto, é visto como um inimigo potencial. Embora os migrantes das terras altas estivessem em uma situação de absoluta desigualdade frente à empresa agrícola e ao latifúndio cruceño, nunca chegaram a depender plenamente da elite latifundiária. Dessa forma, o sentimento de propriedade absoluta sobre o espaço e o trabalho, característico do poder patrimonialista cruceño, foi resistido por uma população migrante andina com densas lógicas organizativas e corporativas, que a tornam mais resistente ao poder *junker*. Nesse sentido, apesar dos esforços da elite para submetê-los ao modelo cruceño de desenvolvimento sob seu comando e liderança absoluta, a organização própria dos “*collas*” se desenvolve de forma relativamente autônoma, despertando assim um racismo visceral, característico do discurso hegemônico cruceño.” (LAGUNA, 2013, p.40, tradução e grifo nosso)

⁴⁰ El é também um dos principais fundadores do Movimento Nação *Camba* de Liberação (MNC-L), que será analisado na próxima seção.

Pouco depois do motim de 14 de maio, hordas cegas pelo ódio, pelo álcool e pela folha de coca assassinaram de maneira cruel e sanguinária cerca de dez pessoas, a maioria delas jovens universitários. Previamente, eles haviam sido torturados, depois mutilados e finalmente assassinados. Este ato de barbárie é conhecido como a "massacre (holocausto) de Terebinto" (19 de maio de 1958). Simultaneamente, na capital, as forças invasoras cometeram atrocidades, saques, violações de mulheres, incêndios e destruição de escritórios e instituições, bem como de residências de famílias notáveis (COMITÉ PRO SANTA CRUZ, 2013, tradução e grifo nossos).

Importa notar a ênfase que se coloca ao estigmatizar esses invasores por fazerem o uso da folha de coca, que estariam "cegados" pela folha, igualando-a aos efeitos de estar embriagado por álcool (ou entorpecido por cocaína). Isto mostra o desdém existente não só pelas pessoas provenientes das terras altas, mas também pelos seus costumes que são constantemente lembrados para frisar as diferenças destes com a identidade cruceña.

Desse modo, as lutas cívicas de 1957-59 permitiram à elite e aos setores conservadores rearticularem o regionalismo cruceño e ativar a UJC como seu braço armado. Esse processo consolidou o regionalismo não mais como um discurso exclusivo da elite, mobilizando agora a maioria da população de Santa Cruz, especialmente os setores médios muito identificados com a identidade *cruceña*, com a resistência às mudanças sociais e os interesses regionais (LAGUNA, 2013).

Com isso, o Comitê Cívico tornou-se a instituição representativa por excelência da região devido à sua eficácia e capacidade política durante as lutas. Além disso, o regionalismo se consolidou como um mecanismo fundamental da elite para defender seus privilégios de forma conservadora. Portanto, é possível constatar dentro do discurso regionalista *cruceño* três principais argumentos: (i) o Estado central como inimigo; (ii) o caráter racialmente diferente do Outro; e (iii) o indígena *colla* como origem dos problemas da região (LAGUNA, 2013).

Como veremos, a seguir, esse discurso será retomado décadas depois pela elite cruceña e seus intelectuais que tentarão esconder os conteúdos explicitamente racistas da narrativa, mas manterão a sua essência intacta.

4.3 MANIFESTAÇÕES ANTI-INDÍGENAS E A QUESTÃO DA FOLHA COCA NOS TEMPOS ATUAIS

Na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, se encontram os crescentes movimentos cocaleiros, ao mesmo tempo sendo atacados pelas políticas militarizadas de erradicação dos cultivos de coca. Os embates entre os militares e os sindicatos cocaleiros se tornam quase

quotidianos nessa época, fazendo com que as famílias campesinas sofressem grandes atropelos das forças estatais. Por causa disso, as organizações dos produtores de coca construíram um dos movimentos sociais mais importantes da história do país (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

Nesse cenário, em contraposição à ascensão desses movimentos indigenistas e cocaleiros, liderados, respectivamente, por Felipe Quispe e Evo Morales (quem posteriormente se converteria em presidente do país), é fundado o *Movimiento Nación Camba de Liberación* (MNC-L), em Santa Cruz de la Sierra, no ano 2001. Esse movimento sintetiza as expressões anti-indígenas mais extremadas da região oriental do país. O MNC-L se baseia na narrativa das diferenças dos *cambas* da planície em relação à população andina, mas chegam a propor a separação territorial dos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz para formar a Nação Camba, como visto na Figura 6⁴¹ (FLESKEN, 2013; CHAVES; SÁ, 2009).

Figura 6 - Mapa da Nação Camba proposto pelo MNC-L



Fonte: Flesken, 2013, p.12.

Esse movimento define os *cambas* como uma “entidade social etno-histórica de características próprias, ao serem todos mestiços, brancos e morenos que habitam o Oriente boliviano, provenientes do cruzamento de indígenas e espanhóis” (NACIÓN CAMBA, 2001, p. 1, tradução nossa). Podemos observar que, a partir dessa auto definição, ao se descreverem

⁴¹ O mapa também sugere que a Nação Aymara-Quechua (ou Alto Peru) inclua partes do Peru, enquanto o departamento de Tarija se integre à Argentina, na província de Salta.

‘morenos’, revela-se uma incorporação subalterna do indígena oriental. Por outro lado, a população andina é descrita como “subdesenvolvida e miserável” e que “pratica um execrável centralismo colonial [...] e impõe sua cultura de subdesenvolvimento” (MNC-L, 2001, apud FLESKEN, 2013, p. 13, tradução nossa)⁴². É necessário destacar que a folha de coca é um dos símbolos mais visíveis dessa ‘cultura de subdesenvolvimento’.

Ao enfatizar as diferenças dos *cambas* das planícies em contraposição aos andinos das terras altas, o movimento traça uma clara fronteira entre ambos com bases explicitamente racistas. Assim, apesar da postura pró-secessão do MNC-L não contar com o apoio da maioria da população cruceña, seu discurso político estabeleceu as bases intelectuais para uma corrente política mais ampla, que rapidamente passou a reivindicar a autonomia departamental, ainda com fortes traços de diferenciação civilizatória das identidades regionais (FLESKEN, 2013).

Por exemplo, em 2003, membros do CPSC, MNC-L e UJC interceptaram militantes políticos indígenas e cocaleiros em Santa Cruz, resultando em sete feridos e quatro detidos. Os grupos de choque celebraram cantando o hino de Santa Cruz e hasteando a bandeira cruceña. No ano seguinte, como resposta à redução dos subsídios ao petróleo pelo governo de Mesa, o CCPSC organizou greves de fome, boicotes e ocupações violentas de instituições estatais através da UJC, que liderou a organização de espancamentos contra a população *colla* residente em Santa Cruz (FLESKEN, 2013; GUEVARA, 2008)⁴³.

No mesmo ano, durante um *cabildo*, o presidente do CCPSC, Rubén Costas, propôs a criação de uma ‘nova’ Bolívia focada na autonomia departamental, além de expressar conotações de superioridade racial, ao afirmar que: “Agora os ocidentais podem ser orientalizados” (Rubén Costas apud CLAROS, 2006, p.102, tradução nossa).

A fala da Miss Bolívia de 2004, no concurso Miss Universo, exemplifica o imaginário regionalista cruceño:

Infelizmente, as pessoas que não conhecem muito a Bolívia pensam que somos todos apenas índios [...] pessoas pobres e pessoas muito baixas e índias ... Eu sou do outro lado do país, [...] somos altos e somos brancos e sabemos inglês (Miss Bolivia 2004 Gabriela Oviedo apud FLESKEN, 2013, p.17).

⁴² A página online do MNC-L, da qual a pesquisadora Anaid Flesken obteve suas referências, atualmente ainda existe, porém não contém mais nenhum conteúdo além da página inicial no qual está *linkada* a página do Facebook do mesmo movimento. Esta última está vigente e ativa até os dias de hoje. Supomos que a eliminação dos conteúdos da página oficial se deve ao caráter explicitamente racista destes, o qual atualmente tentam se desvincular.

⁴³ “Em setembro de 2008, vários edifícios foram ocupados e roubados, com o objetivo proclamado de colocar as instituições estatais sob controle departamental. Escritórios de organizações indígenas e de várias ONGs foram atacados e destruídos, e nos bairros mais pobres e majoritariamente de migrantes da capital Santa Cruz de la Sierra, numerosas pessoas foram vítimas de violência. Posteriormente, os ataques foram justificados como provocados pelo governo” (FLESKEN, 2013, p. 23, tradução nossa).

Da mesma forma, Sergio Antelo Gutiérrez, um dos fundadores da Nação Camba, no seu livro *‘Los cruceños y su derecho de libre determinación’*, enfatiza as grandes diferenças entre os *cambas* e *collas* e deixa claro que aos países terceiro-mundistas “não lhes resta mais que duas alternativas: modernizar-se ou morrer. [...] Isto requer a construção de um conjunto de pilares que sirvam como base programática para construir um Estado moderno e competitivo”. Nesse sentido, dentre esses pilares destaca a necessidade de resgatar radicalmente a identidade *cruceña* e que o desenvolvimento deve ser feito sob as bases dos grandes recursos naturais cruceños e a industrialização destes. Nessa passagem ele faz questão de ressaltar que “[n]enhum arbusto de coca deve ser plantado no território Camba” (GUTIERREZ, 2003, p.160 e 161, tradução nossa).

Dessa forma, ao realçar as características excepcionais dos cruceños mostra-se a necessidade crônica de se distinguirem do altiplano e dos indígenas *collas*, que na visão deles ‘sujam’ e invadem a cidade com seus costumes primitivos. Em vista disso, os cocaleiros são um grupo considerado inimigo direto – o ‘Outro’ - da identidade cruceña.

Esses traços se encontram dentro das expressões do cotidiano da sociedade cruceña. Em uma pichação feita perto da Terminal de ônibus de Santa Cruz de la Sierra estava escrito *“Muerte a los collas cochinos”* (Registro diario de campo, mayo 2008, apud GUEVARA, 2008, p.55). Pichações desse nível faziam parte corriqueira das paredes do centro da cidade no começo dos anos 2000, as quais foram piorando com a eleição do primeiro presidente indígena do país, em 2005. A seguir, pode-se ver as fortes conotações racistas em imagens passadas pelas redes sociais dos habitantes dessa cidade:

Figura 7 - Cartaz escrito ‘Fuera de mi tierra’ com um ‘camba’ chutando o Evo Morales, satirizado de demônio



Fonte: Orgullosamente Camba, Facebook, 2013.

Figura 8 - Proibido bolear (mastigar coca)



Fonte: Whatsapp, 2023.

Figura 9 - Evo Chola de Chávez



Fonte: Acervo Pessoal, 2007.

Ainda que de forma menos explicitamente racista, um dos formuladores jurídicos das autonomias departamentais, o advogado Juan Carlos Urenda Díaz, dedica um capítulo do seu livro sobre as autonomias para defender a necessidade de mudar a mentalidade do homem boliviano. Ele afirma que no povo boliviano existe “um déficit de consciência ética e moral, mais ou menos generalizado, [...] com relação ao cumprimento da norma e dos contratos”. Para o autor é exatamente esse constatado ‘déficit’ que “constitui uma das causas do nosso

subdesenvolvimento. É que, como afirma Larry Harrison, o subdesenvolvimento está fundamentalmente na mente ” (DÍAZ, 2006, p. 38, tradução e grifo nosso)⁴⁴.

Com isso, Díaz não só reitera que a Bolívia é um país atrasado e fracassado, como argumenta que o motivo disso é a mentalidade boliviana, que teria como características a tendência de preservar convenções e rotinas irracionais, a baixa produtividade laboral e o desdém pelo desenvolvimento científico, dentre outros. É importante ressaltar que um dos autores utilizados para sua argumentação é H.C.F. Mansilla. Este último considera que um título mais preciso para o seu livro (‘O caráter conservador da nação boliviana’) teria sido:

‘Breve tratado introdutório de índole estritamente hipotética sobre alguns traços rotineiros, irracionais, autoritários, convencionais, provincianos, paternalistas e santarrões da mentalidade (transitória) **de uma parte da população boliviana que habita nas hostis regiões montanhosas do Ocidente** e que tem experimentado a modernidade, especialmente em seus aspectos técnico-econômicos, muito menos na área política e quase nada no campo da ciência’ (Mansilla, 1993 apud Díaz, 2006, p. 38, grifo nosso).

Por sua vez, a UJC, conhecida por suas táticas agressivas e frequentemente violentas, também desempenhou um papel importante na perpetuação de divisões regionais e étnicas. Ao adotar uma postura militante contra os indígenas, cocaleiros e os migrantes andinos, contribuiu para a solidificação de estereótipos negativos e preconceitos raciais. Com base nisso, o aumento da polarização política levou a mais confrontos nas ruas entre movimentos indígenas, cocaleiros e sindicais, de um lado, e pró-autonomistas, de outro, em todo o país. Em janeiro de 2007 em Cochabamba, o confronto entre ambos lados resultou em duas mortes de produtores de coca e mais de uma centena severamente feridos, sob o emblema de ‘tirar os índios da cidade’. Já em Sucre, os protestos ao longo de 2007 e 2008 se tornaram abertamente racistas quando apoiadores do MAS⁴⁵ e bolivianos em trajes tradicionais andinos foram insultados e atacados (ORTUÑO, 2009; FLESKEN, 2013)

No entanto, os dias mais violentos ocorreram em setembro de 2008 no chamado Massacre de Pando (ou Massacre de Porvenir), no qual pelo menos dezoito manifestantes desarmados foram mortos em uma ação incitada pelo governo departamental contra os “*collas*

⁴⁴ Vale notar que Larry Harrison era um político canadense do partido progressista conservador considerado uma linha 'moderada' da filosofia dos Red Tory. Derivada da tradição Tory, o 'toryism' é uma filosofia que tende a defender as políticas sociais comunitárias, enquanto seja mantido o respeito pela estrutura social e política estabelecida (monarquia). Dessa maneira, provém da tradição clássica conservadora que passa a justificar a desigualdade econômica e política entre as classes sociais com tal que membros das classes privilegiadas praticassem sua obrigação 'nobre' e contribuíssem para o 'bem'. É feita esta ressalva uma vez que não deve-se passar batido a escolha dos autores conservadores para legitimar o argumento das autonomias departamentais.

⁴⁵ Movimento ao Socialismo, partido do ex-presidente Evo Morales e do atual presidente Luis Arce.

de mierda”, dentre eles mulheres e crianças⁴⁶ (GUSTAFSON, 2009 apud FLESKEN, 2013). Esses confrontos podem ser interpretados com base em divisões regionais, ideológicas ou de classe, porém os componentes racistas nas violências e nos discursos não podem ser ignorados, sobretudo a clara rivalidade estabelecida contra os cocaleiros, por serem representantes da cultura andina tão desprezada na região.

Para finalizar este capítulo, será feita uma pequena recopilação dessas manifestações a maneira de destacar como o racismo dentro da sociedade boliviana, especialmente na Meia Lua, é alarmante e não deve ser tomado à ligeira. No auge da crise de 2019, Luis Fernando Camacho, presidente do CCPSC e líder da oposição regional⁴⁷, chegou a viajar até La Paz com o objetivo de simbolicamente ‘retornar’ a bíblia ao Palácio Queimado (sede de governo). Camacho liderava as mobilizações populares contra a quarta reeleição do presidente Evo Morales, denunciando uma fraude eleitoral. Em meio a isso, Jeanine Añez assumiu a presidência de facto e na sede de governo ergueu uma bíblia consideravelmente grande em mãos, agradecendo a deus por ter “permitido que a Bíblia volte ao palácio” (LA BIBLIA, SinEmbargo, 2019, tradução nossa; MIRANDA, BBC News Brasil, 2019).

Figura 10 - Jeanine Añez com a bíblia no Palácio Quemado



Fonte: Revista Exame, 2019.

⁴⁶ “Durante os acontecimentos, camponeses que marchavam em direção a Cobija para participar na Assembleia convocada pela Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses foram emboscados nas localidades de Tres Barracas, na rota para Puerto Rico, a três quilômetros de Porvenir, por opositores ao governo do presidente Evo Morales. Entre os agressores estavam funcionários da prefeitura de Pando que, ao confrontarem os camponeses, fizeram uso desproporcional de armas de fogo não convencionais, contra homens, mulheres e crianças que estavam em estado de indefesa e ainda foram perseguidos enquanto tentavam fugir do local” (FEDERACIÓN INTERNACIONAL POR LOS DERECHOS HUMANOS, 2010, tradução nossa)

⁴⁷ Começou sua trajetória como vice-presidente da UJC de 2002 a 2004. Virou presidente do CCPSC em 2019 e posteriormente governador de Santa Cruz. Parece ser o caminho correto a ser seguindo nessa cidade para chegar a ser líder departamental. Também foi candidato à presidência pelo partido de extrema direita Creemos em 2020. Alguns meios de comunicação o denominam o ‘Bolsonaro boliviano’ (MIRANDA, BBC News Brasil, 2019).

A nova presidente autoproclamada já tinha pronunciado anteriormente seu desdém à comunidade andina ao caracterizar o Ano Novo Aymara (realizado em junho) de “satânico”, nas suas redes sociais em 2013 (BARBERENA, 2019). Nessa mesma época, manifestantes da oposição roubaram da Prefeitura Municipal de Cochabamba a bandeira *whipala*, símbolo dos povos originários dos Andes, e a queimaram no meio da praça principal (RADIO TELEVISIÓN POPULAR, 2019).

Da mesma forma, ainda é possível ver manifestações populares com um forte componente regional e até explícitas conotações raciais. Elas possuem constantes acusações de narcotráfico ao governo do dirigente cocaleiro Morales, compactuando com a narrativa da ‘guerra às drogas’ ao continuar retratando os produtores de coca como traficantes e legitimando a abordagem militar contra esse grupo. Em seguida, seguem exemplos dessas expressões:

Figura 11 - Imagem ‘Viva Bolivia libre de índios’ escrito em uma rua de La Paz



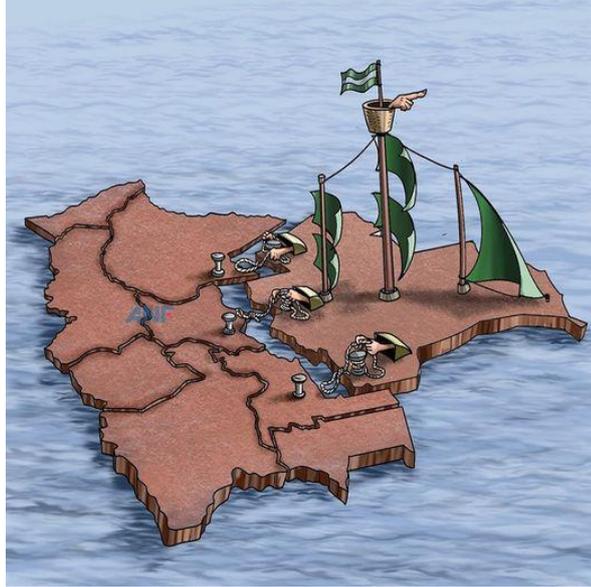
Fonte: Rede Brasil Atual, 2019.

Figura 12 - Imagem ‘Fuera índios’ escrito em uma rua de La Paz



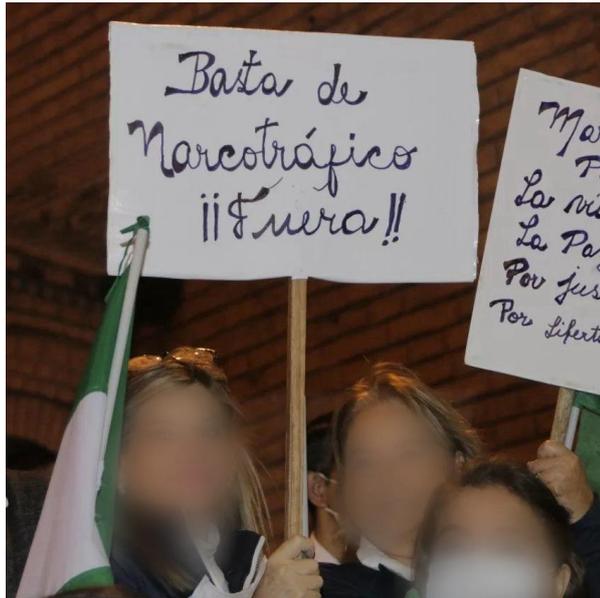
Fonte: SUPLEMENTO OJARASCA, Facebook, 2019.

Figura 13 - Mapa da Bolívia representando o departamento de Santa Cruz como um navio à vela desancorando do país



Fonte: UJC, Facebook, 2023.

Figura 14 - Imagem de manifestante com cartaz escrito 'Basta de Narcotráfico ¡Fuera!', em Santa Cruz



Fonte: UJC, Facebook, 2022.

Figura 15 - Imagem de manifestantes com um cartaz escrito: El sueño de Arce es ser cruceño y 'no puede', em Santa Cruz



Fonte: Alexia Dabdoub, Instagram, 2023.

Em suma, é promovida no imaginário coletivo a ideia de que os indígenas são um povo atrasado, radical e que precisa ser ‘civilizado’. Assim, esse racismo da sociedade passa a servir à política de Guerra às Drogas ao contribuir com a caracterização dos produtores de folha de coca (especialmente aqueles politicamente organizados) como traficantes de cocaína e com a lógica punitivista contra os mesmos. Com isso, é impossível ignorar a influência que o preconceito racial contra o indígena andino teve na legitimação e persistência da abordagem militarizada contra os cocaleiros, resistentes às imposições das políticas estadunidenses na Bolívia. Em outras palavras, o racismo serve à guerra às drogas, mas esse paradigma também serve para perpetuar um racismo pré-existente na sociedade boliviana, sendo a sua expressão ideológica atual.

4.4 *COCA NÃO É COCAÍNA*: PRECONCEITO SOCIAL CONTRA A FOLHA DE COCA E A POLÍTICA DE ‘GUERRA ÀS DROGAS’

Como visto no primeiro capítulo, a folha de coca é incluída na lista de psicoativos das Convenções que regem o tráfico de drogas das Nações Unidas, mesmo com essa tendo efeitos similares ao da cafeína, sem causar dependência e com consequências à saúde mínimas

comparadas com as de outras drogas legalizadas, como o álcool e o tabaco. Com isso, a coca em seu estado natural passa a ser preconceituosamente igualada à cocaína através de uma narrativa proibicionista impulsionada pelos EUA para beneficiar seus interesses na ‘guerra às drogas’ (RODRIGUES, 2014).

Esta folha contém 20 alcaloides conhecidos, sendo apenas um destes a pequena quantidade do alcaloide denominado cocaína (varia entre o 0,1 e 0,8 por cento). Além disso, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) indica que é necessária uma tonelada métrica de folha de coca para conseguir produzir 1,45 kg de cocaína (WALSH; JELSMA, 2023). Isto posto, o uso da folha possui ínfimos níveis de concentração de cocaína, sendo um equívoco a equiparação das mesmas.

Dessa forma, se faz necessário reforçar que a folha de coca não é cocaína, mas ocorre um grande empenho nessa assemelhação para servir aos propósitos do paradigma. A descriminalização da mesma a nível internacional sofre grandes obstáculos, principalmente por parte dos EUA. Em 1995, um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) constatou que a folha não tinha efeitos nocivos à saúde. Esse estudo foi vazado ao público, mas nunca publicado oficialmente, pois foi impedido pelos EUA com a ameaça de que iriam suspender o financiamento de pesquisa para a OMS (FARTHING; KOHL, 2010). Ao que parece, qualquer evidência que contribua para reforçar as diferenças entre a folha e a droga pode demonstrar a falta de fundamentos para sustentar as premissas do paradigma.

É interessante perceber que os interesses proibicionistas do imperialismo estadunidense se mostram muito bem recebidos na sociedade oriental boliviana, que também possui fortes fundamentos conservadores, religiosos e moralistas (tal qual eram os EUA aquando da origem do paradigma proibicionista). Especialmente em Santa Cruz de la Sierra, reconhecida como capital do narcotráfico na Bolívia pelos próprios documentos de Departamento de Estado dos EUA. Como vimos na anterior seção, as reivindicações autonomistas se centram na negação do Ocidente-andino, utilizando um discurso que coloca o ‘nós’ cruceño como moderno, civilizado, livre e empreendedor; em contraposição ao ‘outro’ indígena andino retratado como pré-moderno, falido, ingovernável e radical (CHAVES; SÁ, 2009). Assim, esta ânsia da sociedade cruceña de pertencer à civilização ocidental se torna ideal para os planos do imperialismo dos EUA, uma vez que encontra dentro da sociedade boliviana um reduto que consiga ecoar e reforçar as suas políticas proibicionistas perpetuadas pelas elites políticas na Bolívia, dando validação para os atos de repressão contra estes ‘outros’ indígenas.

Da mesma forma que o preconceito racial foi essencial nos EUA para inaugurar e perpetuar a guerra às drogas, reprimindo principalmente negros e latinos por serem vistos como

ameaças, na Bolívia essa mesma lógica é reproduzida de forma semelhante, com o alvo nos produtores indígenas de folha de coca. Em Santa Cruz, a elite e a classe média se consideram brancos em comparação a esse ‘outro’ indígena andino. Logo, passam a cumprir o mesmo papel que o ‘latino’ genérico cumpre na mentalidade estadunidense, uma vez que também são vistos como ameaças ao representarem uma postura de vida dissonante à ordem dominante.

Com isso, como visto no primeiro capítulo, a securitização do narcotráfico em conjunto às políticas proibicionistas estadunidenses assumiram a posição de manter os níveis de repressão contra grupos sociais historicamente minoritários e racializados à nível internacional, funcionando como uma ótima estratégia de controle social, se adequando aos contextos moralistas e racistas de cada sociedade (RODRIGUES, 2014).

Essa equiparação da coca à cocaína se espalha na sociedade boliviana no início da década de 1980, quando as culturas de coca vinham crescendo no ritmo do desenvolvimento do narcotráfico no continente. Em um primeiro momento, o excedente de folhas de coca desviadas para o tráfico de drogas ilícitas, na Bolívia, provinha da região de cultivo tradicional de Yungas. Porém, nos anos seguintes, as plantações expandiram-se para outras áreas, principalmente no Chapare, região de transição entre as altitudes dos Andes e a planície úmida do leste do país (Figura 4), da qual provém pouco mais de dois terços da coca destinada à cocaína atualmente. Assim sendo, o impulso para esse crescimento se deve pelo aumento da demanda estrangeira de matéria prima para o processamento final da cocaína e pela grave crise econômica que agravou as condições de vida de milhares de bolivianos (RODRIGUES, 2014; FARTHING; KOHL, 2010).

Em 1983, uma seca sem precedentes no altiplano obrigou a centenas de famílias camponesas a migrar em busca de subsistência. Já em 1985, o Decreto Supremo 21060, citado no capítulo 3, teve como consequência a demissão em massa de mais de 20 mil mineiros. Desse modo, com poucas oportunidades econômicas ao seu alcance, grande parte da população do altiplano afetada por essa crise migrou para o Chapare, aumentando a quantidade de produtores de coca e a superfície de cultivo da mesma. Segundo Stefanoni e Do Alto (2006), a população da região cresceu de quase 33 mil habitantes para mais de 100 mil, de 1976 a 1992 (STEFANONI; DO ALTO, 2006).

A maioria dos cocaleiros, então, se configuraram como migrantes quéchuas e aymaras colocados nessa realidade por causa da pobreza e falta de cuidado do Estado, dada a escassez de nichos rurais que ofereçam alguma margem de crescimento - uma outra alternativa sendo migrar aos crescentes cinturões de pobreza urbana do oriente comentados anteriormente. Da mesma forma, o cultivo de coca se mostra um dos poucos rentáveis para subsistir, já que é fácil

de cultivar, produz em média quatro colheitas por ano, é resistente a pragas e sua relação valor/peso relativamente elevada facilita o transporte, representando grande valor cultural e econômico para a sobrevivência das famílias camponesas (ALBÓ, 2002; FARTHING; KOHL, 2010).

Como consequência desse conjunto de fatores e influências externas, os produtores de folha de coca bolivianos se conectaram ao início do circuito internacional da economia da cocaína com a produção de matéria prima e a elaboração da pasta base, primeira etapa do processamento da droga. Em virtude disso, o narcotráfico passa a ser promovido como uma ameaça à ordem internacional, que classifica os países como produtores e consumidores, posicionando o país produtor e os indivíduos produtores da folha de coca como ‘origem’ do problema da economia da cocaína. Logo, passam a proibir, reprimir e estigmatizar o produtor que cultiva e faz uso da folha de coca com a qual os povos originários conviveram por mais de 4 mil anos antes do alcaloide da cocaína ter sido isolado da folha. Com isso, os cocaleiros se tornam o ‘inimigo’ principal da ‘guerra às drogas’ importada dos EUA pelos governos bolivianos, que a partir da lógica proibicionista reprimem o elo mais frágil e vulnerável da economia clandestina. Assim como no discurso dessa guerra a folha de coca é igualada à cocaína, o cocaleiro também se torna sinônimo de narcotraficante (RODRIGUES, 2014; ALBÓ, 2002).

Nesse contexto crescente de repressão, militarização e criminalização da folha, os movimentos cocaleiros se tornaram um dos atores mais organizados no cenário nacional, como resistência às políticas de erradicação. Com isso, foi criada, em 1992, a Coordenação das Seis Federações do Trópico de Cochabamba, plataforma pela qual Morales ganhou sua liderança nacional, sendo eleito como chefe da mesma em 1996⁴⁸. Em 2002, o embaixador estadunidense Manuel Rocha, fez declarações contra o líder cocaleiro, então candidato à presidência do MAS, ameaçando bloquear as exportações da Bolívia aos EUA se ganhasse um “narcotraficante” (STEFANONI; DO ALTO, 2006, p. 49). Da mesma forma, após o dirigente cocaleiro ficar em terceiro lugar nessas eleições, o responsável pela política oficial estadunidense para a América Latina na época, Otto Reich, ameaçava por em risco a ajuda dos EUA à Bolívia se o ‘índio’ vencesse o pleito (BARBOSA FILHO, 2008).

A oposição ao dirigente cocaleiro na Bolívia também reproduzia os mesmos julgamentos. Em 2009, época de campanha eleitoral, Morales foi atacado por receber aporte de folha de coca *in natura* pelos produtores para financiar parte da sua candidatura, uma prática

⁴⁸ Desde então Evo Morales continua sendo eleito como líder das seis federações. A última eleição em 2023, o consagrou novamente como chefe da coordenação, cargo que continua vigente na atualidade.

rotineira em suas campanhas desde os anos 90. O presidente do CCPSC Luis Nuñez afirmou ser uma “narco campanha”. Já o líder do partido Podemos, Tuto Quiroga, declarou que Morales estava “fomentando a criminalidade e o vício de drogas” ao apoiar o cultivo legal de coca controlada (MENDOZA, El Día, 2009, tradução nossa). Igualmente, após um discurso do presidente Morales na ONU - no qual mascou folhas de coca enquanto pediu para que fosse corrigido o erro histórico de colocar a coca dentro da lista de narcóticos - o jornalista Carlos Valverde o qualificou de “ridículo”, afirmando que na Bolívia “se consegue cocaína em qualquer esquina, onde você quiser e isso é produto desse seu movimento indígena do presidente” (Carlos Valverde em SIN LETRA CHICA, 2009, s.p.).

É importante destacar que esse jornalista é filho de Carlos Valverde Barbery, político anteriormente citado, líder do partido fascista FSB, que apoiou o golpe de Banzer em 1971. Ele também já foi militante do partido do pai e fez parte do governo Jaime Paz Zamora (1989-1993) como Diretor de Inteligência do Ministério de Interior. Hoje ele tornou-se uma das maiores vozes da oposição aos governos do MAS, sendo um dos formadores de opinião mais influentes em Santa Cruz. Ele tem escrito livros atacando o governo de Morales como ‘NarcoEstado’ e até os dias de hoje continua difamando as políticas de valorização da folha de coca, reafirmando que se a folha não tivesse o alcaloide de cocaína ela não seria sagrada e ninguém a usaria, argumento suficiente para defender que esta deve ser erradicada⁴⁹.

Vale ressaltar que enquanto era chefe de Inteligência, em 1993, foi detido no caso das ‘*Narco Estatuillas*’, escândalo de narcotráfico no qual eram misturadas pequenas estatuas de porcelana com cocaína para sua exportação. Ele foi preso e liberado um mês depois: “Valverde foi sim detido em 1993 por um caso ligado ao narcotráfico, mas foi excluído do processo ao não serem encontrados suficientes indícios de participação no fato, portanto, nunca chegou ao julgamento; ou seja, não foi condenado” (FUNDACIÓN PARA EL PERIODISMO, 2021)⁵⁰. Também é relevante constatar que Valverde é casado com Cynthia Nallar, filha e irmã de Amador e Jorge Nallar, respectivamente, conhecidos narcotraficantes das décadas de 80 e 90. Em 2022, ocorreu outro caso que envolveu seu nome com o narcotráfico, quando Misael Nallar,

⁴⁹ Como visto no capítulo 3, existe um histórico de relações dos governos bolivianos com o narcotráfico, mesmo dentro do sistema democrático, a partir da democracia pactuada. Portanto, dadas as fortes relações do Estado com o narcotráfico, mesmo com Morales tendo sido eleito por voto da maioria, este trabalho não exclui a possibilidade do envolvimento de atores estatais em seu governo com a economia. Mas sim, destaca o discurso racista em torno dessa narrativa, a qual não existe na mesma medida nos governos anteriores, precisamente por ser um presidente dirigente cocaleiro e indígena andino que reivindica o fracasso da Guerra às Drogas.

⁵⁰ Esse fato é curioso, uma vez que na época regia a Lei 1008, comentada no capítulo 3, que determinava a detenção do acusado como obrigatória e sem direito à liberação provisória, levando geralmente anos para o julgamento dos acusados.

filho de Jorge, portanto seu sobrinho, foi preso por assassinar 3 agentes da polícia em Santa Cruz, na cidade de Porongo, vizinha de Santa Cruz de la Sierra (SALMÓN, 2022).⁵¹

É curioso que figuras políticas que possuem essas conexões, ou coincidências, em relação ao tráfico de drogas constantemente acusem o ex-presidente e dirigente cocaleiro de ser narcotraficante. Ao mesmo tempo, nota-se que essas acusações, além de estarem contribuindo a narrativa de ‘guerra às drogas’, também contribuem às elites econômicas e políticas que lucram com o tráfico de drogas enquanto os elos mais frágeis continuam sendo atacados repetidamente.

Desse jeito, por seguirem uma política de valorização da folha de coca e anti-imperialista, o líder e o movimento cocaleiro se tornam as principais ameaças ao modelo político-social e econômico existente, liderado pela hegemonia estadunidense em aliança com as elites locais. É nesse sentido que as políticas repressivas do paradigma ganham um substrato social identitário racista, visto que os movimentos cocaleiros são militarmente atacados, ao passo que indivíduos indígenas andinos e seus costumes são constantemente retratados como narcotraficantes e narcoterroristas. Dessa forma, a contradição central desse imaginário contém um forte elemento racial pois, por mais que muitos sejam submetidos a fazer parte da fase inicial do circuito da droga, quem lucra com o narcotráfico não são os camponeses que sobrevivem através do cultivo, mas sim as forças sociais das elites que se beneficiam da economia clandestina, como também visto nos capítulos 2 e 3.

Por outro lado, embora o ex-ditador Banzer tenha tido inúmeras ligações com o narcotráfico, no seu governo democrático ele não foi retratado ou atacado da mesma forma pela sociedade e mídia hegemônica, precisamente por seguir com a cartilha de ‘guerra às drogas’: erradicação da folha de coca e repressão aos cocaleiros. Isso mostra a hipocrisia dentro do discurso dessa política, que junto ao moralismo e racismo da sociedade ganha legitimidade para perseguir militarmente a estratos da população considerados ameaças ao *status quo*, que já eram marginalizados e atacados por causa da sua etnia.

⁵¹Foram encontradas dúzias de imóveis inscritos no nome de Misael, que possuem animais exóticos, carros e luxos ao verdadeiro nível de Pablo Escobar, mas não tem sido possível estabelecer vínculos diretos entre Misael e o tráfico de drogas, além da sua família ser um dos mais poderosos grupos de narcotráfico boliviano ligado ao Cartel de Cali. Outro nome interessante que apareceu nessa conexão de relações familiares é o da ex-presidente autoproclamada Jeanine Añez. O sogro de Misael Nallar é Jesus Einar Lima Lobo, extraditado e condenado a 14 anos na prisão por traficar 300 quilos de cocaína ao Mato Grosso do Sul. Já o cunhado deste último é Célmo Andrade Quintero, representante do Cartel de Cali na Bolívia, emprisionado por vários anos no país. Por sua vez, o filho de Célmo e Carmen (irmã de Einar Lima Lobo), Adhemar Andrade, foi preso no Brasil com 480 quilos de droga, junto com Carlos Andrés Añez Dorado, filho do irmão de Jeanine Añez. Além disso, a família de Lima Lobo é de San Joaquín, uma pequena cidade do Beni, mesmo local natal da ex-presidente autoproclamada (SALMÓN, 2022; EL DEBER, 2022).

Portanto, enquanto os indígenas andinos continuam sendo explorados, reprimidos e atacados como traficantes, os grupos econômicos dominantes do sistema internacional, e mega corporações como a Coca-Cola (que contribui com o deterioro da saúde de milhões de pessoas e é uma das maiores poluidoras de plástico do mundo), seguem lucrando exacerbadamente com a mesma folha de coca que o governo dos EUA insiste em criminalizar, mas com as devidas exceções para que os interesses das elites empresariais continuem sendo atendidos.

Do mesmo modo, dados fornecidos pela própria DEA e pelo Financial Times, constataam que o sistema financeiro, representado por bancos como o Citigroup, sustenta e facilita o tráfico de drogas ao lavar o dinheiro proveniente do narcotráfico. Funcionários da DEA relataram que traficantes escolhem o Citigroup para essa atividade porque o banco é considerado “mais favorável” e possui controles de fraude menos rigorosos (FINANCIAL TIMES, 2024). Ao passo que o camponês boliviano é criminalizado por cultivar folhas de coca, uma prática ancestral e milenar, os verdadeiros beneficiários do tráfico de cocaína continuam operando impunes. Certamente, o pequeno agricultor boliviano não é acionista de bancos como o Citibank. Pelo contrário, quem está lucrando com essas atividades ilícitas são pessoas mais próximas a Wall Street, que acabam sendo também centros de consumo dessa droga estimulante que se assemelha mais à voracidade dos circuitos do mercado financeiro do que à cultura andina milenar (RODRIGUES, 2014).

Portanto, essa realidade boliviana expõe alguns dos paradoxos da ‘guerra às drogas’, pois a própria DEA confirma que o tráfico de drogas é sustentado por grandes instituições financeiras, não pela produção de coca dos camponeses. Assim, a criminalização dos agricultores bolivianos desvia a atenção dos verdadeiros culpados e perpetua uma injustiça sistêmica, onde os mais poderosos continuam a operar fora do alcance da lei, enquanto os mais vulneráveis são perseguidos e punidos.

Em outras palavras, intencionalmente se investe e propaga uma política de Guerra às Drogas, com base numa perspectiva de mundo ocidental e proibicionista, fracassada em seus próprios termos. Como consequência, ao contrário de cumprir com seu objetivo declarado de diminuir o narcotráfico, a guerra comprovadamente aumenta os níveis de violência da sociedade, fortalece o tráfico de drogas e militariza tanto os órgãos públicos de repressão como as organizações ilegais de narcotráfico. Assim, ao mesmo tempo em que são estigmatizadas as práticas culturais andinas, ataca-se tais corpos racializados, identificados como fonte do problema. Tal prática discursiva parece favorecer as elites políticas e econômicas locais, bem como os atores hegemônicos da ordem mundial, não os alegadamente ‘narcotraficantes’, por subsistir e resistir com o cultivo de folha de coca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo principal compreender como se articulam as três dimensões da realidade - internacional, estatal e societal – através das quais o paradigma da ‘guerra às drogas’ se manifesta para sustentar as suas políticas repressivas em torno de corpos racializados. Para tal, foram considerados três objetivos específicos: (i) revisitar a origem do paradigma e sua internacionalização, buscando situar os principais alvos da mesma; (ii) examinar a implementação do paradigma dentro das políticas de controle de drogas na Bolívia e a sua relação com as elites locais; e (iii) analisar a construção do preconceito social contra a folha de coca na sociedade boliviana para entender o seu papel na legitimação das repressões militarizadas contra os produtores dessa folha.

Diante dos fatos colocados ao longo do trabalho, percebe-se que a ‘guerra às drogas’ é um dispositivo de poder de escala global que também se apresenta em contextos locais. Dentre seus resultados efetivos não se encontra o seu propósito declarado de diminuição do consumo de drogas, pelo contrário, paradoxalmente, se fomenta a criação de um mercado de monopólio exclusivo para os traficantes. Além disso, causa o encarceramento em massa, a violência policial direcionada, a negação do acesso à saúde e o controle social e extermínio de grupos sociais racializados e pobres. Assim, resulta na fabricação de figuras sociais retratadas como ameaças à sociedade por serem discursivamente associadas ao narcotráfico e à violência, legitimando o uso de medidas repressivas e militarizadas contra esses grupos racializados e historicamente marginalizados (RODRIGUES, 2014).

Na Bolívia, as contradições desse paradigma se expressaram favorecendo uma elite política e econômica ligada, em muitas ocasiões, às atividades clandestinas. Através de políticas de distribuição de terras, concessão de créditos e subsídios no Oriente boliviano, foi estabelecido um modelo de mediação estatal com o tráfico de drogas, implementando uma relação de proteção do Estado com o narcotráfico e favorecendo as elites ligadas a esses negócios (SIVAK, 2001; MORALES, 1996). Ao mesmo tempo, se direcionavam políticas de erradicação forçada dos cultivos de folha de coca, estigmatizando os cocaleiros como narcotraficantes.

Ao passo que traficantes de alto nível conseguiram evitar o encarceramento graças ao modelo empresarial de subornos, os menos favorecidos, camponeses, indígenas e pobres, enfrentam constantes violências, detenções arbitrárias, prolongadas e sem julgamentos. Com

isso, a guerra às drogas no país passou a ser aplicada exclusivamente contra os produtores de coca e os estratos mais baixos, reféns do negócio da cocaína (MORALES, 1996).

Já em Santa Cruz, a construção do imaginário contra esse ‘outro’ inimigo *colla* foi fundamental para perpetuar o preconceito específico contra o produtor de folha de coca. Assim, o paradigma da ‘guerra às drogas’ se encontra com o preconceito racial existente contra os indígenas andinos, sua cultura e costumes, passando a contribuir para a legitimação das repressões militares contra os cocaleiros. Dentro desse imaginário, o assédio contra os produtores de coca se mostra também um ódio de classes contra as organizações sindicais, que fazem uso e defendem a folha, entendidas como delinquentes pelo Estado boliviano. Logo, encontra-se junto ao objetivo da erradicação dos cultivos também o fim do sindicalismo. Por isso, se utiliza o discurso do paradigma para fazer políticas de controle social e político, impedindo a organização de setores populares contrários à ordem hegemônica.

Precisamente, as reivindicações dos movimentos cocaleiros se centram na construção de um imaginário de valorização da folha de coca como sagrada para a cultura andina, uma vez que para a ‘guerra às drogas’ existir se faz necessária a existência dessa alteridade. Em outras palavras, não tendo esse imaginário não seria possível sustentar esse paradigma na Bolívia.

Da mesma forma que o cultivo da folha de coca em massa é inaugurado com a imposição do colonialismo, pela demanda dos espanhóis para continuar explorando com maior eficiência os povos originários, também dentro do sistema capitalista atual o cultivo da folha de coca não se expande por falta de repressão aos produtores de coca, mas sim pela demanda externa mundial crescente de matéria prima de uma droga altamente viciante (especialmente nos EUA e Europa Ocidental). O cultivo dessa folha na cultura andina, antes dessas demandas externas, não precisava das vastas plantações que foram impostas pelo extrativismo mineiro colonial e depois pela expansão da economia da cocaína, potencializadas com a implementação da política de ‘guerra às drogas’.

Portanto, essa problemática merece continuar a ser investigada sob diferentes ângulos pelos estudiosos de Relações Internacionais de modo a iluminar estudos futuros acerca dos múltiplos paradoxos que emergem de uma abordagem crítica ao paradigma da Guerra às Drogas. A partir das sendas analíticas e empíricas levantadas ao longo desta monografia, outras hipóteses, metodologias e exemplos podem ser examinados. Espera-se que o estudo apresentado tenha contribuído para estimular o interesse no público brasileiro nas temáticas aqui abordadas, tendo em vista as relações históricas, econômicas, geoestratégicas e culturais entre Bolívia e Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABYA YALA SOBERANA. Día del acullico. 2024. Imagem. Disponível em: <https://abyayalasoberana.org/buen-vivir/la-hoja-de-coca-y-la-demonizacion-de-sus-efectos/>. Acesso em: 02 jul. 2024.
- ALBÓ, Xavier. **Pueblos indios en la política**. La Paz: Plural Editores, 2002. 246 p.
- ALEXIA DABDOUB. **Marcha pacífica de mujeres 2 de enero del 2023. Comando Departamental de la Policía, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia**. Santa Cruz de la Sierra. 2 de Jan. 2023. Instagram: @alexiadabdoub. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cm6_oT2pR1m/?igsh=MXhmbzZ4Y3pweXQxYQ==. Acesso em: 10 de Maio de 2024
- ANTELO, María Andrea Mercado; SCHULMEYER, Marion K. Motivos, Práctica y Percepción Social del Boleo de la Hoja de Coca en Universitarios de Santa Cruz, Bolivia. **APORTES**, [S. l.], n. 31, p. 9-21, dez. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2306-86712021000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 6 jun. 2024.
- ASOCIACIÓN PRO DERECHOS HUMANOS (Bolivia). **Comunicación Senkata y Sacaba**. [S. L.]: ., 2019. 25 p. Disponível em: https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2021/05/Versi%C3%B3n-P%C3%BAblica_Comunicaci%C3%B3n-individual_Senkata_Sacaba_Bolivia.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.
- BARBERENA, Federico Cué. La crisis en Bolivia reaviva históricas tensiones étnicas. **France 24**, 18 nov. 2019 Disponível em: <https://www.france24.com/es/20191118-crisis-bolivia-tensiones-etnicas-racismo-indigenas>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BARBOSA FILHO, Antonio. **A Bolívia de Evo Morales**. São Paulo: Livro Pronto, 2008. 216 p.
- BARTOLINI, Augusto Alberto. **Bolivia: El Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) entre los años 1952 y 2003, triunfo y derrumbe entre dos revoluciones**. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/1000.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BECKMANN, N. A. Luces para entender el prohibicionismo: los orígenes sudamericanos de la “guerra contra las drogas”. **Revista de Estudios Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 77, p. 21–39, 2021. DOI: 10.7440/res77.2021.02. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/6168>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- BORGES, Samuel Silva da Fonseca. **A EFICÁCIA INVERTIDA DA GUERRA ÀS DROGAS: gestão diferencial das ilegalidades e dominações sociais**. 2016. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16858/1/2016_SamuelSilvaDaFonsecaBorges_tcc.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998. 237 p.

CHAVES, Daniel; SÁ, Miguel. PODER POLÍTICO E EXPRESSÕES AUTONOISTAS NA MEIA LUA A PARTIR DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA. *In*: DOMINGUES, Jose Mauricio; GUIMARÃES, Alice Soares; MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio Pereira da (org.). **A BOLÍVIA NO ESPELHO DO FUTURO**. Belo Horizonte: EDITORA UFMG, 2009. p. 105-132.

CLAROS, Claudia Peña. Ser cruceño en octubre y los desafíos de la identidad. **T'inkazos. Revista Boliviana de Ciencias Sociales**, La Paz, Bolivia, n. 20, p. 105-132, 20 jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426141563006>. Acesso em: 10 maio 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **CIDH presenta sus observaciones preliminares tras su visita a Bolivia, y urge una investigación internacional para las graves violaciones de derechos humanos ocurridas en el marco del proceso electoral desde octubre de 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2019/321.asp>. Acesso em: 24 jun. 2024.

COMITÉ PRO SANTA CRUZ (Santa Cruz de La Sierra) (ed.). **Terebinto**. 17 maio 2013. Escrito por Carlos Dabdoub Arrien. Facebook: Comité pro Santa Cruz. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=168855943281642&id=129857310514839&set=a.129874490513121>. Acesso em: 20 maio 2024.

COX, Robert W.. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de relações internacionais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37, jan. 2021.

DRUMOND, Nathalie. **A Guerra da Água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização**. Biblioteca Anarquista, 2013. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/nathalie-drumond-a-guerra-da-agua-na-bolivia-a-luta-do-movimento-popular-contr-a-privatizacao#toc9>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DUNKERLEY, James. **Rebelión en las venas: La lucha política en Bolivia 1952-1982**. La Paz – Bolivia: Plural Editores, 2003. 419 p.

EL DEBER. La relación de Misael Nallar con Lima Lobo y la red de Célimo Andrade: en 2021 la felcn detectó una fiesta de lima lobo en un hotel junto a su yerno y colombianos. **El Deber**. Santa Cruz de La Sierra, 23 jun. 2022. Disponível em: https://eldeber.com.bo/santa-cruz/la-relacion-de-misael-nallar-con-lima-lobo-y-la-red-de-celimo-andrade_282742. Acesso em: 01 jul. 2024.

ESCOBAR, Khantuta Muruchi; CÁRDENAS, Andrés W. Calla. Fronteras Identitarias: ¿Quién cambia? ¿Quién colla?. *In*: REPÚBLICA DE BOLIVIA. Defensor del Pueblo; UNIVERSIDAD DE LA CORDILLERA (ed.). **Observando el racismo: Racismos y Regionalismos en el proceso autonómico desde una perspectiva de clase**. 1. ed. La Paz: [s. n.], 2008. cap. 4, p. 77-100. Disponível em: https://www.academia.edu/9599888/Observando_el_Racismo_Racismos_y_Regionalismo_en_el_proceso_autonomico_desde_una_perspectiva_de_clase. Acesso em: 7 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS. **Harrison Narcotic Act**, de 17 de dezembro de 1914. The National Archives of the United States Federal Register, Washington, DC, 7 jun.1938. Disponível em:

<https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-1938-06-07/pdf/FR-1938-06-07.pdf> Acesso em: 23 set. 2023.

EVO Morales aos golpistas: ‘Assumam a responsabilidade de pacificar o país’. **Rede Brasil Atual (RBA)**, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/evo-morales-aos-golpistas-assumam-a-responsabilidade-de-pacificar-o-pais/>. Acesso em: 10 de Maio 2024.

FARTHING, Linda; KOHL, Benjamin. Social Control: Bolivia’s new approach to coca reduction. **Latin American Perspectives**, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 197-213, jul. 2010. Mensal. SAGE Publications. <https://doi.org/10.1177/0094582X10372516> Acesso em: 17 maio 2022

FEDERACIÓN INTERNACIONAL POR LOS DERECHOS HUMANOS. **Masacre de Pando**: Comienza juicio contra ex prefecto Leopoldo Fernández. Bolivia, 19 jun. 2010. Disponível em: <https://www.fidh.org/es/region/americas/bolivia/Bolivia-Masacre-de-Pando-Comienza>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FLESKEN, Anaïd. The Constructions and Reconstructions of an Identity: An Examination of the Regional Autonomy Movement in Santa Cruz, Bolivia. **Ethnopolitics Papers**, [S. l.], n. 22, p. 1-32, 1 jan. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258517907_The_Constructions_and_Reconstructions_of_an_Identity_An_Examination_of_the_Regional_Autonomy_Movement_in_Santa_Cruz_Bolivia. Acesso em: 7 dez. 2023.

FUNDACIÓN PARA EL PERIODISMO (ed.). **El periodista Carlos Valverde no fue condenado por narcotráfico. Bolivia Verifica**. Bolívia, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://boliviaverifica.bo/el-periodista-carlos-valverde-no-fue-condenado-por-narcotrafico/#:~:text=En%20resumen%2C%20Carlos%20Valverde%20s%20C3%AD.de%20Periodistas%20por%20el%20Cambio..> Acesso em: 01 jul. 2024.

GIL, Aldo Duran. CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOLPE MILITAR DE 21 DE AGOSTO DE 1971 NA BOLÍVIA. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 56, n. 56, p. 291-300, maio 2014. Mensal.

GIL, Aldo Durán. **ESTADO MILITAR E INSTABILIDADE POLÍTICA NA BOLÍVIA (1971-1978)**. 2003. 496 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GOIS, Diego Araújo; SÁ, Miguel Borba de. Viva Rio no Haiti e o ‘modelo brasileiro de pacificação’: securitização via hegemonia?. **Pensamiento Propio**, Buenos Aires, v. 51, n. , p. 159-204, 2020. Disponível em: <https://www.cries.org/?p=5496>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GOOTENBERG, Paul. **Andean cocaine**: the making of a global drug. [S. L.]: The University Of North Carolina Press, 2008. 442 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4306829/mod_resource/content/1/Gootenberg%20-%20Andean%20Cocaine.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

GUEVARA, Carla Espósito. El discurso del Movimiento autonomista: El Comité Cívico Pro Santa Cruz y la nación cambia. Proyecto de clase, regionalismo y discursos racistas. *In*: REPÚBLICA DE BOLIVIA. Defensor del Pueblo; UNIVERSIDAD DE LA CORDILLERA (ed.). **Observando el racismo**: Racismos y regionalismos en el proceso autonómico desde una perspectiva de clase. 1. ed. La Paz, 2008. cap. 3, p. 41-76. Disponível em:

https://www.academia.edu/9599888/Observando_el_Racismo_Racismos_y_Regionalismo_en_el_proceso_autonomico_desde_una_perspectiva_de_clase. Acesso em: 7 maio 2024.

HISTORIA de la Unión Juvenil Cruceñista. 1 Vídeo (23 min), Publicado pela página Oficial do Facebook da Unión Juvenil Cruceñista, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=435717973742188>. Acesso em: 21 mar 2024.

LEDEBUR, Kathryn; YOUNGERS, Coletta A. CRISIS or OPPORTUNITY? Bolivian Drug Control Policy and the U.S. Response. 2006. Washington Office in Latin America.

LOBO, Abel Gil. **Mapa Físico da Bolívia**. El Orden Mundial, 2021. Mapa. Disponível em: <https://elordenmundial.com/mapas-y-graficos/el-mapa-fisico-de-bolivia/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LOWREY, Kathleen. Bolivia Multie'tnico y Pluricultural, Ten Years Later: White separatism in the Bolivian lowlands. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 63-84, abr. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17486830500509945?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LUCHA cruceña por el 11% de las regalías petroleras cumple 60 años. **El Deber**. Santa Cruz de La Sierra. 5 nov. 2017. Disponível em: https://eldeber.com.bo/septimo-dia/lucha-crucena-por-el-11-de-las-regalias-petroleras-cumple-60-anos_54035. Acesso em: 20 maio 2024.

MARIACA, M. **As nações bolivianas**. Apuntes Jurídicos, 2009. Mapa. Disponível em: <https://jorgemachicado.blogspot.com/2009/11/naciones-de-bolivia.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MÁSMELA, Carolina Cepeda; TICKNER, Arlene B.. Desecuritizing the 'War on Drugs'. In: SUAREZ, Marcial A G *et al* (ed.). **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. [S. L.]: Palgrave Macmillan, 2017. p. 295-318.

MENDOZA, Luz. **Los opositores ven una 'narcocampaña' de Evo**: Evo propone referéndum sobre cultivos de coca; Justiniano dice que sería consultar para delinquir. Apoyo con coca afecta la imagen de Bolivia en el contexto internacional. **EL DÍA**, Santa Cruz de la Sierra, 29, jul. 2009. Disponível em: <https://eju.tv/2009/07/los-opositores-ven-una-narcocampaa-de-evo/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MERINO, Álvaro. **El mapa político de Bolivia**. El Orden Mundial, 2021. Mapa. Disponível em: <https://elordenmundial.com/mapas-y-graficos/mapa-politico-bolivia/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MIRANDA, Boris. Quem é Luis Fernando Camacho. **BBC News Brasil**, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LA BIBLIA ha vuelto a entrar al Palacio, dice Añez, la autoproclamada Presidenta de Bolivia. **SinEmbargo**, Ciudad de México, 12, nov. 2019. Disponível em: <https://www.sinembargo.mx/12-11-2019/3677846> Acesso em: 22 jun. 2024.

MORALES, Hugo Rods. **Huanchaca**: modelo empresarial de la cocaína en bolivia. La Paz: Plural Editores, 1996. 282 p.

MORENO, Alcides Parejas. **HISTORIA DE LOS CRUCEÑOS**. 3. ed. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia: Grupo Editorial La Hoguera, 2019. cap. 16.

NACIÓN CAMBA, **Memorandum**, folheto desdobrável, Santa Cruz de la Sierra - Bolivia, 2001. 2 p. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/14524e19-d7c1-4126-9850-6fd84f90621e?locale=es#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-731%2C-1%2C8896%2C4799>. Acesso em: 23 mai. 2023.

OLMO, Rosa del. Drogas: distorsiones y realidades. **Nueva Sociedad**, [S. L.], v. 102, n. 102, p. 81-93, jul./ago. 1989. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/1780_1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

OPINIÓN, Presentan Klaus Barbie, un Novio de la Muerte. Opinión. Diálogo Digital, 14 dec. 2014. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/ramona/presentan-klaus-barbie-novio-muerte/20141214184800668410.html> Acesso em: 04 jul. 2024

ORGULLOSAMENTE CAMBA. **Lo que TODO CAMBA QUIERE~~~!!**. Santa Cruz de la Sierra, 8 de Jan. 2013. Facebook: Orgullosamente-CAMBA. Disponível em: https://www.facebook.com/516996091654213/photos/pb.100059939160070.-2207520000/517017094985446/?type=3&locale=id_ID. Acesso: 10 de Maio 2024

ORTUÑO, Fernando Salazar. El Plan Dignidad y el militarismo en Bolivia. El caso del Trópico de Cochabamba. 2003. In C. L. de C. S. CLACSO (Ed.), *Movimientos sociales y conflicto en América Latina* (CLACSO, pp. 94–103).

ORTUÑO, Fernando Benito Salazar. **MOVIMIENTOS SOCIALES EN TORNO A LA PRODUCCIÓN DE COCA EN BOLIVIA**: políticas de asentamiento, producción - erradicación de coca y desarrollo alternativo en el trópico de cochabamba bolivia, 1920 ÷ 2006.. Cochabamba: Instituto de Estudios Sociales y Económicos (Iese) - Universidad Mayor de San Simón (Umss), 2009. 669 p. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/iese-umss/20171024055444/pdf_555.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

O'SHAUGHNESSY, Hugh. **Revealed: Pinochet drug smuggling link**. The Guardian, 10, dez, 2000. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2000/dec/10/chile.pinochet>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Prohibido bolear Carajo. WhatsApp: Grupo Villarroeles. 29 de Abril 2023. 1 mensagem de WhatsApp.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: CLACSO (ed.). **Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires, 2014. p. 777-832.

QUISPE, Miguel Angel Choque. **LA HOJA DE COCA EN BOLIVIA EN EL PERIODO NEOLIBERAL 1985 AL 2002**: Debates Y Políticas Públicas. 2020. 159 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Historia) - Facultad De Humanidades Y Ciencias De La Educación, Universidad Mayor De San Andrés, La Paz, 2020. Disponível em: <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/25282>. Acesso em: 16 dez. 2022.

RADIO TELEVISIÓN POPULAR (Bolivia). **Queman la wiphala en Cochabamba**. 10 nov. 2019. Facebook: RTP Bolivia. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1242937969249331>. Acesso em: 20 jun. 2024.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. 2. ed. São Paulo: Desatino, 2014. 101 p.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, 27 ago. 2012. Semestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>. Acesso em: 20 out. 2023.

SALMÓN, Jaime Iturri. El asesinato de tres policías revela una red familiar que vincula al narcotráfico y a la derecha boliviana. **Página 12 e Público**. Madrid, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.publico.es/internacional/asesinato-tres-policias-revela-red-familiar-vincula-narcotrafico-derecha-boliviana.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

SANTA CRUZ, Marcelo Quiroga de. La victoria de abril sobre la nación. In: PNUD; FES-ILDIS; PLURAL EDITORES (ed.). **Revoluciones del siglo XX: Homenaje a los cincuenta años de la Revolución Boliviana**. 1. ed. rev. La Paz – Bolivia: Plural editores, 2003. p. 315-320. Disponível em: <https://docplayer.es/53232834-Revoluciones-del-siglo-xx-homenaje-a-los-cincuenta-anos-de-la-revolucion-boliviana.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SIN LETRA CHICA, **El Ridículo De Evo Morales**, Santa Cruz de la Sierra: Cadena A, 12 mar. 2009. Programa de TV. Disponível em: < <https://eju.tv/2009/03/tv-especial-el-ridiculo-de-evo-morales/> > Acesso em: 01 jul. 2024.

SIVAK, Martín. **El dictador elegido: Biografía no autorizada de Hugo Banzer Suárez**. La Paz: Plural Editores, 2001. 387 p.

SIVAK, Martín. **Jefazo: retrato íntimo de evo morales**. Argentina: Debates, 2008. 241 p

SOUSA, Rosinaldo Silva de. **Os Cocaleros do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia**. Orientador: Dr. Gustavo Lins Ribeiro. 2006. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 178.

STEFANONI, Pablo; ALTO, Hervé do. **La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. 111 p.

STIPPEL, Jörg; MORENO, Juan Enrique Serrano. La nacionalización de la lucha contra el narcotráfico en Bolivia. **Polít. crim.**, Santiago, v. 13, n. 25, p. 264-321, jul. 2018. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33992018000100264&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33992018000100264>.

SUPLEMENTO OJARASCA. **BOLIVIA HOY**. 06 de Nov. 2019. Facebook: suplementOjarasca. Disponível em: <https://www.facebook.com/suplementOjarasca/photos/a.246495605503344/1524876327665259/?type=3>. Acesso em: 10 de Maio 2024

THE ASSOCIATED PRESS. Presidente Hugo Banzer hablando sobre la erradicación de coca en Bolivia. YouTube. La Paz: 2001. Cor. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uzhIOVfw44Q&list=PL6ixU43OInQLVThKpcwnfB1mLO8SKyAqX&index=2>. Acesso em: 15 set. 2023.

UNIÓN JUVENIL CRUCEÑISTA - SCZ. **La lucha de Santa Cruz es por un nuevo modelo de Estado y supera aspiraciones autonómicas.** Santa Cruz de la Sierra - Bolívia. 31 de Jan. 2023. Facebook: unionjuvenilsczOficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/unionjuvenilsczOficial/posts/pfbid02dxenRxK7Vyc6Dt8RU58Vct6gXg65nicsanJD7HMiuCc7oRw8CXtNHjkiSWcE9DTdl>. Acesso em: 10 de Maio 2024

UNIÓN JUVENIL CRUCEÑISTA - SCZ. **Basta de Narcotráfico!!Fuera!!.** Santa Cruz de la Sierra - Bolívia. 28 de Jun. 2022. Facebook: unionjuvenilsczOficial. Disponível em: https://www.facebook.com/unionjuvenilsczOficial/photos/a.1202782466577775/1946757485513599/?type=3&locale=es_LA. Acesso em: 10 de Maio 2024

UNITED NATIONS. **World Drug Report.** 2024. Drug market patterns and trends. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Mapa. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2024-drug-market-trends.html> Acesso em: 20 jun. 2024.

VAZUALDO, Diego Mattos. Coca y representación: La hoja de coca en la constitución de la nación boliviana en la época neoliberal. **Latin American Research Review**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 23-38, 2014. DOI 10.1353/lar.2014.0002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43670151>. Acesso em: 16 dez. 2022.

WALSH, John; JELSMA, Martin. **Crónicas de la coca:** bolivia desafía la prohibición de la hoja de coca por parte de la onu. Bolivia desafía la prohibición de la hoja de coca por parte de la ONU. 18 out. 2023. The Washington Office on Latin America (WOLA). Disponível em: <https://www.wola.org/es/analisis/cronicas-coca-bolivia-desafia-prohibicion-coca-onu/>. Acesso em: 21 maio 2024.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). **On Security**. [S. L.]: Columbia University Press, 1995. Cap. 3. p. 1-31. Disponível em: https://d11.cuni.cz/pluginfile.php/872615/mod_resource/content/1/Waever.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.